

CINTHIA MARIA DO CARMO GOMES

**“O que era preto se tornou vermelho”: representação, identidade e autoria
negra na imprensa do século XIX por Luiz Gama**

SÃO PAULO

2020

CINTHIA MARIA DO CARMO GOMES

**“O que era preto se tornou vermelho”: representação, identidade e autoria
negra na imprensa do século XIX por Luiz Gama**

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração I (Teoria e Pesquisa em Comunicação), Linha de Pesquisa 2 (Linguagens e Estéticas da Comunicação), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP), sob orientação da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre.

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Gomes, Cinthia Maria do Carmo
O que era preto se tornou vermelho: Representação,
identidade e autoria negra na imprensa do século XIX por
Luiz Gama / Cinthia Maria do Carmo Gomes ; orientadora,
Mayra Rodrigues Gomes . -- São Paulo, 2020.
98 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Luiz Gama 2. representação 3. autoria negra 4. imprensa
5. jornalismo I. Gomes , Mayra Rodrigues II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

GOMES, Cinthia Maria do Carmo. “O que era preto se tornou vermelho”: representação, identidade e autoria negra na imprensa do século XIX por Luiz Gama. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes (presidente)

Profa. Dra. Cláudia Lago

Profa. Dra. Ligia Fonseca Ferreira

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Olodumare pela criação. A todos os voduns, orixás, nkisis, encantados, caboclos e entidades que habitam o Orun. A Babá mi Odé, no Ketu, que é Toy Aguê, no Tambor de Mina, por me apontar sempre a direção certa. Okê Arô! Arolê!! À minha mãe Oxum, Nochê Navê, minha senhora. Oraiê iê ô!

Aqui no Aiyê, agradeço inicialmente à minha família carnal. Minha mãe, Jacimar, meu pai, Carlos, e meu irmão, Igor. Amo muito minha família e sem vocês eu não existo. Aos tios, tias, primos e primas da família Carmo e da família Gomes.

Agradeço também à minha família espiritual. Agradeço à Mãe Neuza de Xangô Aganju, a quem desejo serenidade e sabedoria na condução do axé da Casa Branca do Engenho Velho. Saúdo às minhas mais velhas do terreiro Santo Antônio das Lages (o Mil e Seiscentos), especialmente às finadas Mãe Zezé e Mãe Mariinha, e à minha mãe carnal, egbomy Jacimar. À Dona Teresa Légua, à Onontochê Sandra de Xadantã, ao Alagbê Carlos de Vondereji e à toda a família do Kwê Mina Odan Axé Boço Da-Hô. A bença!

Agradeço às minhas irmãs e irmãos de militância e aquilombamento. À Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, à Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e aos batuqueiros e batuqueiras de Piracicaba, Tietê, Capivari e Rio Claro. À vereadora Erika Hilton e ao mandato boca de confusão que vamos fazer nessa São Paulo. A todos os amigos e amigas que sentiram minha falta todas as vezes em que não pude estar com eles porque tinha que estudar. E também aos amigos que se dispuseram a ler, discutir conceitos e compartilhar conhecimentos e experiências para a construção deste trabalho – é tudo nosso!

Agradeço à Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes por ter escolhido orientar esta pesquisa¹. À Profa. Dra. Ligia Ferreira, por ser a maior *gamófila* deste país, nos possibilitando conhecer a obra do Getulino. À Profa. Dra. Cláudia Lago pela sensibilidade, acolhimento e trabalho na Comissão de Direitos Humanos da USP. Ao brilhante e generoso Prof. Dr. Juarez Xavier por contribuir, mais uma vez, com meus estudos. Ao meu editor e amigo querido Flávio Carrança, pelos livros emprestados e pela revisão. E, é claro, agradeço ao meu mestre Luiz Gama, a Luíza Mahin e a toda a nossa ancestralidade. Ubuntu!

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Personagem central da História da Imprensa no Brasil, Luiz Gama inscreveu seu nome entre os pioneiros da comunicação. Fundador do primeiro jornal ilustrado da cidade de São Paulo – *Diabo Coxo*, em 1864 – e colaborador regular de diversos outros, o abolicionista negro também teve artigos reproduzidos nos jornais da Corte. Esta dissertação analisa de que forma um novo lugar de voz na escrita produzida no Brasil na segunda metade do século XIX inaugura uma autoria negra, observada na obra de Luiz Gama na Literatura e no Jornalismo, e modifica a representação do sujeito negro na mídia. Seu discurso busca promover uma mudança no imaginário social, desnaturalizando a escravidão e restituindo a humanidade ao sujeito negro. O corpus da pesquisa é formado por artigos de Gama publicados em diversos periódicos entre 1864 e 1882. Para a condução do estudo, elegemos articular os conceitos relacionados aos estudos de representação e de autoria negra, os métodos da Análise do Discurso e o paradigma da Afrocentricidade. Trata-se de uma pesquisa documental, em que a comparação e o contraste entre os textos que serviram para dar materialidade aos discursos circulantes também integram os procedimentos de análise. Luiz Gama inaugura uma tensão dicotômica que perdura até os dias de hoje, entre a sub-representação, com a associação de imagens negativas ou mesmo a ausência da população negra no noticiário, e o surgimento dessa figura reumanizada, distante da redução e da estereotipia, um novo discurso possibilitado pela insurgência de uma escrita e de uma voz negras.

Palavras-chave: Luiz Gama; representação; imprensa; autoria negra; jornalismo.

ABSTRACT

Central character of the History of the Press in Brazil, Luiz Gama inscribed his name among the pioneers of communication. Founder of the first illustrated newspaper in the city of São Paulo - Diabo Coxo, in 1864 - and a regular contributor to several others, the black abolitionist also had articles reproduced in the newspapers of the Court. This dissertation analyzes how a new place of voice in writing produced in Brazil in the second half of the 19th century inaugurates a black authorship, observed in the work of Luiz Gama in Literature and Journalism, and modifies the representation of the black subject in the media. His speech seeks to promote a change in the social imaginary, denaturalizing slavery and restoring humanity to the black subject. The research corpus consists of articles from Gama published in several journals between 1864 and 1882. For conducting the study, we elected to articulate the concepts related to studies of representation and black authorship, the methods of Discourse Analysis and the paradigm of Afrocentricity. It is a documentary research, in which the comparison and contrast between the texts that served to give materiality to the circulating speeches are also part of the analysis procedures. Luiz Gama inaugurates a dichotomous tension that persists until today, between under-representation, with the association of negative images or even the absence of the black population in the news, and the appearance of this re-humanized figure, far from reduction and reduction. stereotype, a new discourse made possible by the insurgency of black writing and voice.

Keywords: Luiz Gama; representation; press; black authorship; journalism.

SUMÁRIO

Apresentação	09
Introdução	19
Capítulo 1 - O Haiti é aqui	26
1.1 A invenção do negro.....	26
1.2 <i>Vivre libre ou mourir!</i>	32
1.3 Luiz Gama, filho de Luíza Mahin	36
Capítulo 2 – Um poeta na imprensa	49
2.1 A província de São Paulo	50
2.2 O Getulino: traços pioneiros de uma autoria negra	52
2.3 A voz negra na imprensa	61
Capítulo 3 – Um Cristo negro: representação e restituição da humanidade	69
Considerações finais	84
Anexos	87
O imperador e a liberdade de imprensa	87
Carta ao Dr. Ferreira de Menezes	89
Referências Bibliográficas	92

Apresentação

*Se o Luiz Gama fosse vivo
Ele chorava com muita razão
Porque foi ele que voltou com a liberdade
Tem nego na cidade que ainda chora escravidão*

Moda de Caiumba (ou Batuque de Umbigada)
cantada por Dona Anecide Toledo

Hoje é dia 20 de abril de 2020. É meu aniversário. Completo 39 anos de existência no Aiyê² em meio a uma pandemia. Há cerca de um mês, metade da população mundial está em isolamento social, recolhida em suas casas para diminuir a circulação de pessoas e, conseqüentemente, a proliferação do vírus covid-19. A medida, preventiva, é a única coisa que se pode fazer até o momento, pois ainda não se conhece a cura e nem vacina contra a doença, que já matou mais de 2 milhões de pessoas em vários países do mundo. Daqui a um mês, os hospitais deverão estar com 100% de leitos ocupados e haverá um grande caos no sistema de saúde. Pessoas com moléstias curáveis vão morrer por falta de atendimento. Comprovando a validade da lei do retorno, sobre a qual falam espíritas e espiritualistas, experimentamos o resultado de decisões anteriores: falta de investimento em ciência e pesquisa, sucateamento do Sistema Único de Saúde, expulsão de médicos estrangeiros e, é claro, a eleição de um incapaz para a Presidência da República, que tem agora a oportunidade de demonstrar toda sua incompetência e irresponsabilidade ao enfrentar a maior crise sanitária e social dos últimos tempos. Por isso, este é um aniversário em que não me alegro, mas em que reflito sobre nosso caminho, enquanto humanidade, até aqui. Reflito sobre os motivos pelos quais *iku*, a morte, anda solta na Terra. Reflito sobre porque o velho da palha³ (Atotô!) deixou a peste sair de seu xaxará. Enquanto aguardo respostas, procuro viver esse momento como se estivesse num ronco – porque, pra mim, é isso que está acontecendo: o planeta Terra virou um grande ronco. Peço agô às minhas mais velhas e aos meus mais velhos para falar um pouco sobre nossas práticas

² O mundo material, segundo a cosmologia africana.

³ Referência e saudação a Omolu ou Obaluayê, divindade de origem africana, do panteão Jeje, que rege o domínio da doença.

de terreiro. Roncó é o quartinho onde ficamos recolhidas para fazer nossas obrigações (bori, feitura, obrigação de anos, etc.) durante 3, 15, 20, 30 dias (dependendo da casa e da obrigação). Enquanto estamos lá, não podemos conversar com pessoas de fora, ver televisão, usar o celular, ingerir bebidas alcóolicas ou fazer sexo. E temos horário para fazer nossa higiene, refeições, rezas e rituais necessários. Parece uma tortura tanta privação e disciplina, mas não é. É uma forma poderosa de internalização, de olhar pra dentro e conhecermos a nós mesmas, e de conexão com a ancestralidade. E, obviamente, o processo termina com uma grande festa – porque festa, na matriz africana, significa muito mais do que entretenimento e diversão. São pausas em que se reestabelece a condição humana para além da exploração da força de trabalho, das opressões dos papéis sociais e da expropriação do próprio tempo. São respiros em que podemos ver e ser vistas, e por fim, reconhecidas. E plasmamos alegria no mundo.

Enquanto aguardo a festa depois do roncó planetário e chegando ao final dessa iniciação acadêmica, volto ao começo. O ano em que iniciei minha pesquisa de mestrado, 2018, foi um ano muito triste para a democracia brasileira. Em março, no dia 14, assassinaram Marielle Franco, vereadora eleita pelo PSOL no Rio de Janeiro, e o motorista que trabalhava com ela, Anderson Gomes. Marielle foi uma ativista e intelectual negra, bissexual e favelada, com carreira política e estava no exercício do mandato. Sua morte representou um dos maiores atentados contra a democracia e a defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Foi também um exercício de necropolítica, nos mostrando quais são os corpos descartáveis ou “excedentes” em nossa sociedade, como nos fala Achille Mbembe. No segundo semestre, já no contexto das eleições presidenciais, violência e crimes de ódio, incluindo o assassinato de pessoas negras, LGBT, entre outras, foram noticiados em diversas regiões do país.

Ao mesmo tempo em que se renova o discurso da intolerância, também se fortalecem os movimentos e discursos identitários, que reivindicam protagonismo, respeito às diferenças e representatividade. E uma das áreas em que se evidencia a urgência dessas demandas é a pesquisa acadêmica.

As primeiras universidades brasileiras datam do início do século XIX. Antes disso, os filhos da aristocracia viajavam para Lisboa e Coimbra, em Portugal, ou ainda para outras cidades europeias, para receber instrução formal de ensino superior. Não podemos esquecer do contexto da criação das nossas universidades: éramos uma colônia com atividade econômica baseada no escravismo e uma sociedade racista (como ainda somos), na qual negros (africanos e brasileiros, escravizados ou libertos) não eram considerados seres humanos. Não podemos esquecer, tampouco, dos povos originários, nossos parentes indígenas, que deviam ser convertidos ao catolicismo, assimilados ou eliminados. Uma lei complementar à

constituição de 1824 e que vigorou até 1891 proibia negros de frequentarem escolas. Durante a Primeira República, no início do século XX, os legisladores aprovaram o direito a uma educação utilitária para os negros, capaz de dirimir a "indolência" dos "ingênuos" (como eram chamadas as crianças negras libertas desde Lei do Ventre Livre, de 1871). Apenas no século XXI, durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, é que antigas reivindicações do movimento negro se tornaram realidade. Foram sancionadas leis que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena em todos os currículos, da Educação Básica ao Ensino Superior (10.639/03 e 11.645/08), bem como foi aprovada a Lei de Cotas nas Universidades (12.711/12), reconhecida como medida reparatória necessária à exclusão institucional e marginalização do sistema oficial de ensino.

Tal cenário impacta diretamente a produção acadêmica. Impedido por quase 400 anos de acessar a educação formal, o negro figura, durante muito tempo – tempo demais – apenas como “objeto”, assunto de variadas investigações científicas, muitas das quais produziram resultados nefastos para nós, como os trabalhos inspirados pelas teorias da eugenia e usados para nos inferiorizar ou criminalizar. É o caso, no Brasil, dos estudos de Nina Rodrigues (*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894; *O animismo fetichista dos negros baianos*, publicado em 1900, entre outros), ou da associação entre estigmas e delinquência, defendida na obra do italiano Cesare Lombroso, considerado o pai da Criminologia (*O Homem Delinquente*, de 1876; *A Mulher Delinquente: a Prostituta e a Mulher Normal*, de 1893, entre outros), que influenciou parte da *intelligentsia* brasileira. Por isso, oportuna e atual se faz a constatação do antropólogo congolês Kabengele Munanga, professor aposentado da Universidade de São Paulo e, atualmente, professor visitante sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, durante a conferência de abertura no X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros⁴:

A entrada dos e das militantes negros e negras na academia vem para superar a relação sujeito-objeto. Se antes aparecíamos como objeto historiográfico, agora o negro surge como sujeito histórico. Isso acontece na Sociologia, na Antropologia, nos Estudos Literários, etc. Eu construí minha carreira com um pé na academia e o outro no movimento negro. Não seria quem sou sem um ou sem o outro.

⁴ A conferência "Protagonismo do(a) pesquisador(a) negro(a) na produção do conhecimento sobre a População Negra" foi proferida durante a abertura do X Copene, que ocorreu entre 12 e 17 de outubro de 2018 em Uberlândia, Minas Gerais.

Não só a mudança na relação sujeito-objeto na produção do conhecimento é urgente para a construção de uma nova academia – mais diversa, plural e libertária - mas também se torna imprescindível pensarmos, descobriremos e resgatarmos antigas e novas epistemologias, em contraponto e complementarmente ao cânone. O racismo que estrutura de forma eficiente e infalível a sociedade brasileira desde a sua invenção se adapta a todas as circunstâncias, épocas e ambientes. Assim, ao iniciar esse estudo, reconheci imediatamente mais uma modalidade: o racismo epistemológico. Ele é o motivo pelo qual autores como Luiz Gama, Lélia Gonzales ou Beatriz Nascimento não são estudados e reconhecidos em proporção justa às suas contribuições geniais para a emancipação da humanidade. Também é a explicação pela qual a academia considera que a história mundial é a história do Ocidente, contada por autores homens, brancos e europeus, cujos nomes ocupam quase a totalidade das referências bibliográficas dos cursos de pós-graduação. E obviamente, justifica o fato de não sermos apresentadas a conceitos e metodologias africanas e afrodiaspóricas durante nossas pesquisas. Assim, este estudo é um exercício inicial no sentido de conciliar o cânone acadêmico (hegemônico) com o conhecimento produzido por autoras e autores negras e negros, acadêmicos ou tradicionais, escritos ou orais, do mundo material ou da ancestralidade. Não se trata de uma tentativa de negação ou extermínio do acúmulo intelectual do Ocidente, mas uma recusa ao “pacto narcísico da branquitude”, como bem descreveu Cida Bento⁵. Recuso-me a pactuar com o ostracismo e o apagamento a que matrizes teóricas diversas são relegadas. Assim, passo a apresentar a mim – jornalista, intelectual negra em formação e autora do presente estudo, e a Luiz Gama – co-autor e sujeito desta pesquisa.

Meu nome é Cinthia Maria do Carmo Gomes. Nasci no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Duque de Caxias, de onde a geração dos meus pais é. Meus avós maternos vieram da Bahia e os paternos de Minas Gerais. Minha avó paterna também falava de uma bisavó índia (ela usava esse termo). Meu avô materno, José Agrário do Carmo, era saxofonista, trabalhou no Corpo de Bombeiros e depois foi funcionário público. Meu avô paterno era ferroviário e líder trabalhista. Seu Zé Gomes foi perseguido durante o governo Vargas, chegou a ser preso por sua atuação política e foi obrigado a desenvolver suas atividades na clandestinidade. Minhas

⁵ BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo: Instituto de Psicologia/USP, 2002.

avós, Dona Leonor e Dona Cotinha, eram donas de casa (mas minha avó paterna, Cotinha, se orgulhava de ter sido telefonista). Minha mãe, Jacimar Eloiza do Carmo Gomes, é professora de Matemática. Meu pai, Carlos Ferreira Gomes, é formado em engenharia operacional e trabalhava em uma indústria química. Meu irmão, Igor José do Carmo Gomes, é publicitário e barista. E eu sou jornalista e ativista.

Minha consciência racial se desenvolveu junto com a fala e as habilidades motoras, creio. Não me lembro de uma fase da vida em que eu não soubesse que era negra e não observasse e sentisse os impactos disso. Nasci em 1981. Lembro do Sarney e de que morávamos em um subúrbio carioca, Guadalupe, que já era uma ascensão social em relação ao lugar onde eu nasci, a Baixada Fluminense. Lembro que havia uma menina loira no jardim de infância que ditava as brincadeiras. Todos a obedeciam e tinham que brincar do jeito que ela queria. As professoras a achavam linda.

Quando eu tinha 6 ou 7 anos, nos mudamos para Jacarepaguá, ainda no subúrbio, mas na zona Oeste e longe da Avenida Brasil, o que foi mais uma modesta ascensão social. Como minha mãe era professora, ela conhecia as melhores escolas públicas, e fomos, meu irmão e eu, estudar no Golda Meir, na emergente Barra da Tijuca. Meus pais nos levavam para a escola de carro e ficavam lá esperando até a hora da saída, sem voltar pra casa, pra economizar gasolina. Papai gostava de aproveitar as horas de espera para ler e mamãe gostava reforçar o bronze na praia. Aliás, íamos bastante à praia. Até fizemos um curso de férias com os salva-vidas, que ensinavam as crianças a não se afogarem, a salvar os outros do afogamento e tinha exercícios e corrida e natação no mar e era bem legal. Brincávamos bastante com as crianças do prédio. Foi uma infância boa. Mas teve umas coisinhas.

Na escola, eu era bem excluída, embora ainda não conhecesse formalmente essa palavra. Só conseguia fazer amizade com outros excluídos: a menina que era filha de mãe solteira, a menina que morava tão longe que já dormia de uniforme pra não se atrasar, a menina que era zoada porque tinha o pé torto e o menino gordo. Lembro que ninguém conversava muito comigo, que eu não participava das brincadeiras e que tinha um menino insuportável que me chamava de "Petróleo". Quando chegou a idade de ir para as matinês, eu sabia que ninguém ia me chamar pra dançar porque eu era negra e essa categoria não é muito valorizada no mercado amoroso. E era isso que acontecia. Eu tinha 12 anos.

Minha mãe costumava dizer que “a gente que é mais escurinho, tem que ser o mais inteligente, o mais bem arrumado, o melhor em tudo”. Embora eu compreenda a tentativa de nos preparar para o mundo – e o mundo é assim mesmo – isso é um peso que nós, pessoas negras, carregamos desde a infância e nunca tem fim. Bem, a única coisa que me restava mesmo era estudar. Comecei a tirar notas altíssimas. Ganhei concursos de redação e fui aprovada no Colégio Pedro II, uma escola pública federal conhecida pela excelência no ensino. Só havia 10 vagas no ano em que fiz a prova e eu passei, foi um grande feito. A diretora da escola me exibiu de sala em sala para professores e outros alunos, como um troféu. Eu não me lembro disso, minha mãe que contou. Minha mãe também contou que havia uma professora negra nessa escola e que as mães dos alunos diziam que ela era burra e que era minha mãe quem preparava as aulas dela. Foi dessa escola que saí para receber uma melhor educação formal.

No Pedro II, além das disciplinas habituais, tive aulas de música, inglês, francês, espanhol e latim. E uma disciplina antiga e bizarra chamada Educação Moral e Cívica. Mas eu achava as músicas legais. Todo ano tinha o Fogo Simbólico, uma reunião de todas as unidades – na época, o CPII tinha cinco unidades – em que cantávamos “Fibra de Herói” e “Anhangá fugiu” e outras coisas de exaltação ao espírito nacional; havia, ainda, competições esportivas, das quais obviamente nunca participei, dada minha falta de gosto por competições e por esportes. Também não havia muitos negros nessa escola.

A vida foi seguindo, fiz outro concurso e fui aprovada para o segundo grau técnico no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suco da Fonseca, o que me proporcionou ser aprovada, posteriormente, em um concurso da Infraero e, assim, conseguir meu primeiro emprego. Sim, trabalhei como técnica em Meteorologia por sete anos, período em que, paralelamente, cursei a faculdade de Jornalismo. Como a vaga oferecida no concurso era para trabalhar no Aeroporto Internacional de Guarulhos, mudei-me, aos 21 anos, para São Paulo. Ah, esqueci de citar que já cursava Letras na UFRJ, habilitação em Português-Literaturas, e estava no terceiro semestre quando tive que decidir sobre a mudança. Paradoxalmente, tive mais colegas negras na faculdade do que havia tido até então na vida escolar. Mas sem grandes comemorações: eram a Tatiana e a Helena, só duas.

Em São Paulo, a questão racial ficou mais escancarada. A geografia da cidade é segregada e segregatória. Negros na periferia e brancos no centro expandido. Alguns brancos e muitos nordestinos na periferia. Nas mansões do Jardim Europa, só como empregados. E agora,

bolivianos, haitianos e várias nacionalidades de africanos no centrão. Apartheid mesmo. Decidi mudar de curso e fazer Jornalismo porque achei que minhas perspectivas de intervenção no mundo por meio do adjunto adnominal eram bastante reduzidas. Estudei na Faculdade Cásper Líbero. Ainda no primeiro ano, uma garota de quem eu nem era amiga disse que achava que se eu usasse meu cabelo crespo, ficaria muito mais bonita. Eu ainda alisava o cabelo – alisava desde os seis anos de idade, a meu próprio pedido, pois “queria ficar igual à Xuxa”. Um dia resolvi experimentar. Não escovei nem enrolei bobes no cabelo; apenas lavei e o deixei secar naturalmente. Ele encrespou. A partir daquele dia, fui deixando a química sair e a negritude entrar.

Na Cásper, encontrei a mesma escassez de negros com a qual já estava acostumada em toda minha vida escolar. Mas houve uma conjuntura astral, um plano espiritual ou um *odu*, que fez com que, nessas condições, eu organizasse meu pensamento e minha primeira ação de militância racial. Constituímos um grupo chamado Dandaras, que editava fanzines, produzia debates e palestras e produzia um programa de rádio, tudo sobre questão racial, negritude, cultura negra. Isso foi em 2005. Foi fantástico. Não deveríamos perder nunca essa sensação de que se pode mudar o mundo. Conheci muita gente, transitei por vários ambientes, ouvia e era ouvida. Produzi muitas coisas das quais me orgulho e que fizeram sentido para muita gente. Conte a história dos bailes black da capital, conheci os batuques do interior, o hip-hop de Diadema, sacerdotes do candomblé e da umbanda, quilombolas, profilei guerreiros contemporâneos e artistas, cobre políticas públicas de ministros, secretários, deputados, senadores e vereadores. Me formei e continuei a trabalhar na questão. Em todo esse tempo, tive a honra de conviver e continuar convivendo com jornalistas incríveis e militantes históricos, amigos e referências, como Oswaldo Faustino e Flavio Carrança, na Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. Mas, assim como em toda a minha vida escolar, também não há muitos negros nas redações, menos ainda apresentando programas ou reportagens de TV. Como sonhava em ser repórter, foi nesse ambiente que fui me meter.

Já fazia frilas durante a faculdade (sem deixar a observação meteorológica no aeroporto) e, um ano depois de concluir o Curso de Focas do Estadão (um programa de aperfeiçoamento e treinamento para jornalistas recém-formados), consegui meu primeiro emprego na área. Comecei a trabalhar na Rádio Eldorado AM em 2009. Passei pelas funções de produção, apresentação, edição e reportagem. Acho que foi o melhor lugar onde eu trabalhei. O salário era ruim mas as pessoas eram ótimas, a gente se divertia e aprendia muito. Em 2014 fui

contratada como repórter na CBN. Em dezembro de 2015, soube que haveria uma cerimônia na Universidade Mackenzie em que a Ordem dos Advogados do Brasil conferiria um “diploma póstumo” e inscreveria o nome de Luiz Gama nos quadros da instituição. A pauta foi aprovada pelo chefe de reportagem e lá fui para o evento. Eu já conhecia o nome de Luiz Gama como poeta e líder abolicionista. Durante o evento, fiquei sabendo também de sua magnitude enquanto advogado e JORNALISTA! Fiquei absolutamente surpresa. Em quatro anos de faculdade e dez de profissão, eu NUNCA tinha ouvido falar que Luiz Gama foi jornalista. Comecei a pesquisar a respeito e descobri que ele não foi um jornalista qualquer: fundou, com o caricaturista Ângelo Agostini, o primeiro jornal ilustrado da cidade de São Paulo – o *Diabo Coxo*, em 1864 – colaborou com diversos outros e, sobretudo, foi revolucionário e inovador na forma de representação do sujeito negro, que, por meio da escrita de Luiz Gama, deixava de ser visto apenas como peça ou mercadoria (tal como figurava nos anúncios de compra e venda de escravos), e voltava a ter nome, origem, emoções e vontades – voltava, enfim, a ser *humano*.

A omissão ou subnotificação do nome de Luiz Gama na História do Jornalismo configura o que conhecemos como *epistemicídio*. O conceito, trabalhado por Sueli Carneiro, explica o apagamento histórico de Gama.

É um conceito extraído da reflexão de Boaventura Sousa Santos (1995), que integramos ao dispositivo de racialidade/biopoder como um dos seus operadores por conter em si tanto as características disciplinares do dispositivo de racialidade quanto as de anulação/morte do biopoder. É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de seqüestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca. (CARNEIRO, 2005, p. 10)

Sem dúvida, Luiz Gama foi personagem central da História da Imprensa em São Paulo e no Brasil. Fundador de periódicos e colaborador regular de diversos outros, entre eles *A Província de S. Paulo* – antigo nome do contemporâneo *O Estado de S. Paulo* – o abolicionista negro também teve diversos de seus textos reproduzidos nos jornais da Corte e se tornou, ele mesmo, notícia, quando de sua morte, recebendo homenagens em artigos publicados até dois anos depois. A pergunta, portanto, é: por que, apesar da evidente relevância histórica, este personagem não é estudado nos cursos de Jornalismo e sua atuação foi subnotificada nos livros mais comumente usados nas faculdades?

Em contrapartida, encontramos facilmente referências e deferências ao trabalho do ilustrador italiano Ângelo Agostini, amigo e parceiro de Gama, co-fundador do *Diabo Coxo*. Examinemos alguns exemplos. Em *História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma*, de Oscar Pilagallo, o autor dedica apenas um parágrafo a Luiz Gama. Na página 34, ele afirma que o *Diabo Coxo* “também pode ser incluído no rol dos pioneiros” e que “o jornal estava a cargo de Luiz Gama, poeta, advogado e o mais importante abolicionista de São Paulo”. Em seguida, faz alguns apontamentos biográficos, afirma que Gama assumiu a publicação “na condição de ex-escravo e poeta” e conclui que “a maior atração do periódico, no entanto, não era Luiz Gama, e sim as caricaturas de Ângelo Agostini”. Em outra obra de referência, *História da imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré registra, na página 204, o surgimento do *Diabo Coxo*, com informações sobre as características e circulação do impresso. Destaca a contribuição de Ângelo Agostini, a quem se refere neste e em outros trechos da obra como “extraordinário artista” e limita-se a dizer que Luiz Gama era “o mais velho do grupo” e se dedicava ao “apostolado” de libertar escravos. Algumas páginas depois, na nota de rodapé nº 138, Sodré traz uma brevíssima biografia de Gama e, ao final, declara: “Luís (sic) Gama, além de dirigente político dos mais avançados de sua época, foi dos maiores jornalistas que ela conheceu.” Entretanto, aparentemente a constatação não o motivou a escrever mais que uma nota de rodapé sobre um “dos maiores jornalistas” do século XIX.

Luiz Gama foi um dos principais intelectuais de seu tempo. Já atuava em rede, de forma interdisciplinar, *hackeando* o sistema e as instituições, demonstrando erudição em áreas como Literatura, Direito, Política, História, Religião e Filosofia, entre outros temas citados em seus escritos. Gama produziu em todos os campos possíveis das Letras: proferiu discursos, redigiu petições jurídicas, publicou na imprensa, escreveu poesia e registrou diversos fatos históricos em cartas. Pensando especialmente em sua atuação no campo então iniciante do Jornalismo, ela nos remete a questões centrais ainda nos dias de hoje: ética, liberdade de imprensa, representação e representatividade. No entanto, a luta contra os desmandos dos poderosos, a denúncia dos mecanismos pelos quais se perpetuava a escravização ilegal e a defesa dos ideais abolicionistas e republicanos tiveram um custo. Gama foi perseguido, ameaçado, demitido e morreu pobre. Mas nunca recuou ou mudou de posição, a despeito de toda a pressão exercida pelos opositores. Luiz Gama é, portanto, um referencial de ética no jornalismo, é o exemplo daquele que o usa como instrumento, mas não é por ele iludido nem manobrado. E ele o faz de forma pioneira em sua época: trazendo uma representação inovadora do sujeito negro – que, até

então, aparecia apenas em anúncios de compra, venda, aluguel e fuga de escravos, ou ainda nos editoriais que reproduziam as teorias do racismo científico – nos textos que publicava em diversos veículos da imprensa paulista, também reproduzidos fora da província. Em seus escritos, ele restituía a humanidade a seus irmãos de cor, entendidos pelos valores e pela cultura da época como mercadoria, *peça* ou *coisa* (SCHWARCZ, 1996), contribuindo para a mudança do imaginário social e desnaturalizando a escravidão. Luiz Gama conquista, assim, o direito à fala e se coloca como uma voz negra que se insurge contra os discursos dominantes, com uma aspiração principal: uma terra “sem rei e sem escravos”. Essa ideia, expressa em carta e artigo de jornal⁶, sintetiza o projeto político e civilizatório de Luiz Gama. A abolição da escravatura e a proclamação da República chegaram, no fim do século XIX, e promoveram mudanças no status jurídico e político. Contudo, a luta pela verdadeira e total emancipação da humanidade continua.

⁶ A expressão aparece em, pelo menos, dois documentos: no artigo “Pela última vez”, publicado em 1869, no *Correio Paulistano*, e na carta que escreveu ao filho Benedito Graco Pinto da Gama, em 1870.

Introdução

Antecedentes

O surgimento da imprensa em São Paulo data de 1823, com o jornal *O Paulista*, quinze anos depois do estabelecimento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro e da autorização para se publicar jornais, livros e panfletos no Brasil. O primeiro periódico paulista era um manuscrito, de exemplar único, que circulava entre cinco assinantes, publicado duas vezes por semana. Embora os jornais na maioria das demais províncias contassem com uma distribuição crescente, graças à tipografia, as dificuldades técnicas retardaram o desenvolvimento da imprensa em São Paulo. Em comum a todas as regiões do país, havia a efemeridade das publicações, algumas chegando a ter apenas uma única edição. O caráter político e panfletário também era marca das publicações da época, algumas alinhadas à manutenção da monarquia, outras, aos ideais republicanos, além daquelas que defendiam a abolição da escravatura.

É nesse contexto que, em 1864, o poeta, advogado e abolicionista negro Luiz Gama cria, ao lado do ilustrador e caricaturista italiano Ângelo Agostini, o semanário “informativo, crítico e humorístico” *Diabo Coxo*. Bem recebido pelo público leitor da capital paulista, o periódico contava ainda com as colaborações dos irmãos Américo e Bernardino de Campos e de Sizenando Nabuco de Araújo, então bacharéis em Direito. A publicação sai de circulação no ano seguinte e, a partir daí, Gama continua sendo um obstinado colaborador dos meios de comunicação, escrevendo para o *Correio Paulistano*, *Radical Paulistano*, *O Ipiranga*, *A Província de São Paulo*, *A República*, *Gazeta do Povo*, *Gazeta da Tarde*, *O Abolicionista*, *Tiradentes*, tendo colaborado também no *Cabrião* (1866) e tendo sido proprietário e redator d’*O Polichinello* (1876).

Este estudo se propõe a analisar de que forma um novo lugar de voz na escrita produzida no Brasil na segunda metade do século XIX inaugura uma autoria negra, observada na obra de Luiz Gama na Literatura e no Jornalismo, e modifica a representação do sujeito negro nos meios de comunicação. Luiz Gama foi uma voz dissonante, produtora de um discurso contra-hegemônico, que se opunha à ordem escravocrata e monarquista vigente. Por meio de seu discurso nos meios de comunicação, ele busca interferir na *Cultura* – entendida enquanto “conjunto de valores ou significados partilhados” (HALL, 1997) – da época, desnaturalizando a escravidão e restituindo a humanidade a esse sujeito negro.

Referenciais teóricos

Luiz Gama foi um escritor profícuo, com incursões na Literatura e no Jornalismo. Também empregava com eloquência e retórica a palavra falada, em suas conferências, encontros maçônicos, republicanos e abolicionistas, além das defesas diante dos tribunais. Mas são especificamente os textos destinados ao campo ainda iniciante do Jornalismo que nos interessam. Nosso ponto de partida é a pesquisa da Prof^a Dr^a Lígia Fonseca Ferreira, docente da Universidade Federal de São Paulo. Pesquisadora da vida e obra de Luiz Gama, ela é autora da tese de doutorado *Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'œuvre d'un Noir citoyen, militant de la lutte anti-esclavagiste au Brésil*, defendida na Universidade Paris 3/Sorbonne Nouvelle, em 2001. O *corpus* da presente dissertação é composto pelos 61 artigos publicados por Lígia Ferreira no livro *Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*, de 2020, parte deles anteriormente trazida a público em *Com a Palavra, Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*, de 2011. Os artigos foram publicados originalmente entre 1864 e 1882, ano da morte de Gama, em diversos periódicos. Sobre eles, Ferreira comenta:

Assim como seus poemas, os artigos de Luiz Gama não são textos simples. Além da complexidade referencial e da necessidade mínima de se compreender o contexto, refletem um estilo elaborado, um domínio retórico e de vários gêneros discursivos. Por outro lado, ficam evidentes seus ajustes enunciativos, à medida que se ampliam os temas, o foco, os alvos e os destinatários, implícitos e explícitos, de um personagem multifacetado que busca magnificar acontecimentos locais e pessoais, politicamente interpretadas à luz de questões candentes enfrentadas pelo país. (FERREIRA, 2011, p. 97)

A forma como o escravizado é representado nos artigos de Luiz Gama diverge completamente das formas habituais em que o sujeito negro figurava no noticiário da época – e ainda atualmente. Gama parece inaugurar uma tensão dicotômica que perdura até os dias de hoje, entre a sub-representação, com a associação de imagens negativas ou mesmo a ausência da população negra na mídia, e o surgimento desses indivíduos apresentados de outra perspectiva, distante da redução e da estereotipia racistas, um novo discurso possibilitado por uma escrita e por uma voz negras. Sem dúvida, a *representação* é uma das principais estratégias enunciativas de Gama na tentativa de promover uma mudança no imaginário da época, sem a qual o projeto abolicionista não teria êxito. Hall a define como

uma parte essencial do processo por meio do qual o significado é produzido e compartilhado entre os membros de uma cultura. Isso necessariamente envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam coisas. (...) Representação é a produção de sentido através da linguagem". (HALL, 1997, p. 15. Tradução nossa)

A definição de Hall, concebida no âmbito dos Estudos Culturais, dialoga com a produção em Psicologia Social de Moscovici sobre o mesmo tema. O autor defende o pressuposto de que as representações têm o poder de igualar “toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2003, p. 46) e de que elas são a base das interações humanas. As representações sociais, ainda, têm a função de tornar familiar aquilo que era, até então, desconhecido – o novo, e muitas vezes, o Outro – o qual passa a ser apreendido e compreendido de forma inevitavelmente parcial e limitada. Por sua impossibilidade de captar e reproduzir fidedignamente a totalidade das situações ou dos seres aos quais se pretende simbolizar ou dar a conhecer, os limites das representações acabam por gerar um outro fenômeno: a estereotipia.

Categoria também analisada por Hall (1997), o estereótipo é objeto de estudo de diversos pesquisadores, e por eles nomeado de diferentes formas. Goffman desenvolve a noção de *estigma*: uma marca física ou simbólica que o indivíduo estigmatizado carrega e que o identifica como diferente e menos humano perante aqueles que performam a normalidade em determinada situação, sociedade ou circunstância. O estigma forja uma relação arbitrária entre determinada característica (ser uma pessoa portadora de deficiência, por exemplo) a uma ideia pré-concebida (ser incapaz/inapto) com tal eficiência que passamos a acreditar “que alguém com um estigma não seja completamente humano” (GOFFMAN, 1998, p. 15).

Adentremos com as noções de estereótipo e estigma ao campo das relações raciais. Por raça, entendemos que não se trata de um conceito biológico, mas de “uma forma de representação primária, incapaz de distinguir entre o interno e o externo, os invólucros e o conteúdo”, como nos diria Achille Mbembe. No Brasil, raça se torna uma ideia especialmente perigosa, pois se configura em condição prática sobre a qual se exerce o direito de determinar quem vive e quem morre, encerrado na necropolítica. A morte é a sentença para aquele outro que não é constituído como semelhante, mas como “objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total” (MBEMBE, 2019, p. 27).

A eliminação da ameaça por meio da morte física, no entanto, é custosa e trabalhosa, além de, no estágio atual da civilização, requerer justificativa. A necropolítica, portanto, necessita de certos antecedentes para parecer legítima diante da sociedade. O estereótipo (e sua

capacidade de desumanizar o ser estigmatizado) age como um elemento do discurso que garante essa legitimidade.

O mesmo fenômeno é chamado por Patricia Hill Collins de *imagens de controle*. Aqui, a impossibilidade de exterminar os seres abjetos se converte em estratégias de sujeição e dominação, às quais as imagens de controle servem como instrumento. Elas estão no alicerce da invenção da hierarquia das diferenças na medida em que “são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (COLLINS, 2019, p. 136). Como resultado, a normalização e internalização das opressões convergem para o aniquilamento do ser, decretando sua morte simbólica.

Não apenas os textos jornalísticos de Gama, mas a totalidade de seus escritos em diversos gêneros introduz uma inovação nas Letras brasileiras: o surgimento do primeiro autor negro que se enuncia como tal (FERREIRA, 2011), que interpreta, representa, produz imagens e se posiciona diante dos fatos de acordo com esta subjetividade.

A autoria negra, reivindicada por Luiz Gama e por alguns poucos escritores afrobrasileiros do século XIX, como o poeta Cruz e Souza, possibilitou tal mudança de perspectiva. Cuti (2010, p. 51) chama essa inovação de “constituição de um sujeito étnico negro”, para quem “dizer-se implica revelar-se e, também, revelar o outro na relação com o que se revela”.

A autoria negra – ou a “constituição de um sujeito étnico negro” na literatura e no jornalismo – é um desdobramento da noção de *ethos discursivo*. Diferindo da concepção aristotélica do *ethos* retórico, Maingueneau o conceitua como sendo a voz que emana do texto escrito e que “permite articular corpo e discurso”. Para ele, “a instância subjetiva que se manifesta através do discurso não se deixa perceber neste apenas como um estatuto, mas sim como uma voz associada à representação de um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado” (MAINGUENEAU, 2014, p. 271).

A biografia de Luiz Gama confere-lhe uma posição destacada e diferenciada da de outras pessoas de mesma origem. Considerando as palavras do psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008, p.33), “falar é estar em condições de empregar certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.” À época, ao negro, fosse brasileiro ou africano, escravizado ou livre, cabia o silêncio. Mas Gama,

a partir de seu letramento, autodidatismo e atuação política e social, conquista um lugar de fala, uma voz insurgente e dissidente, a bradar por um novo e insurgente projeto de nação.

Procedimentos metodológicos

Analisar a obra de Luiz Gama não é uma tarefa simples, embora extremamente prazerosa. É estar diante de um pensador que movimenta referenciais populares e o imaginário clássico, que maneja com destreza as ferramentas da Língua Portuguesa e os processos da linguagem, que é um hábil produtor de imagens e, sobretudo, alguém que entendeu que a libertação dos corpos negros se daria a partir da emancipação da mente humana. Não faz parte das pretensões deste estudo dar conta da obra completa de Luiz Gama – que sequer é conhecida em sua totalidade. Integram o *corpus* desta pesquisa os artigos publicados em diversos periódicos paulistanos entre os anos de 1864 e 1882, trechos de cartas e poemas.

Ao nos debruçarmos sobre esse conjunto de textos, a partir dos conceitos expostos no item anterior e utilizando a metodologia descrita a seguir, intentamos: analisar os processos de representação do sujeito negro na escrita do jornalista Luiz Gama como estratégia enunciativa fundamental para promover uma mudança na Cultura, a partir da desconstrução de estereótipos e restituição de humanidade; identificar os elementos constitutivos de um sujeito étnico negro, ou *ethos* negro, que inauguram a autoria negra na Literatura e possibilitam uma narrativa contra-hegemônica no Jornalismo; e compreender a contribuição de Luiz Gama para a emancipação do sujeito negro, como parte de seu compromisso com sua comunidade, e para a libertação de mentes, como parte de seu compromisso com a humanidade.

Profundamente marcado pela vivência do racismo, pelas ideias republicanas e pela certeza abolicionista, o discurso de Gama o coloca como uma voz dissonante, que enuncia proposituras inovadoras e subversivas em seu contexto. Para condução da pesquisa, elegemos articular os conceitos relacionados aos estudos de representação e de autoria negra (HALL, 1997; MAINGUENEAU, 2001; GOFFMAN, 2002; MOSCOVICI, 2003; MBEMBE, 2018; CUTI, 2010, FERREIRA, 2011) e os métodos da Análise do Discurso (AD) de origem francesa, a partir do paradigma da Afrocentricidade. Trata-se de uma pesquisa documental, em que a comparação e o contraste entre os textos que serviram para dar materialidade aos discursos circulantes também integram os procedimentos de análise.

Considerando o jornalismo como “um lugar de circulação e produção de sentido” (BENNETTI, 2010, p. 107), a AD aplicada a esse campo nos oferece ferramentas para identificar as ideologias contrapostas em um dos principais debates sociais do século XIX: a manutenção ou a abolição da escravatura no Brasil. A partir das marcas discursivas nos textos analisados – artigos publicados na imprensa oitocentista – pudemos depreender os sentidos, correntes ou subversivos, associados ao sujeito negro. A perspectiva adotada nessa análise é a de uma pesquisadora negra da produção de um autor negro, o que motivou a aproximação da AD ao paradigma afrocêntrico. Ama Mazama assim o define:

A afrocentricidade surgiu no início da década de 1980, com a publicação do livro *Afrocentricidade*, de Molefi K. Asante (1980), seguido por *A ideia afrocêntrica* (1987) e *Kemet, a afrocentricidade e conhecimento* (1990). (...) Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que qualquer ideia, conceito ou teoria, por mais ‘neutro’ que se afirme ser, constitui o produto de uma matriz cultural e histórica particular. (...) Assim, a afrocentricidade surgiu como um novo paradigma para desafiar o eurocêntrico, responsável por desprezar os africanos, destituí-los de soberania e torna-los invisíveis – até mesmo aos próprios olhos, em muitos casos. (MAZAMA, 2009, p. 111, 113 e 114)

A afrocentricidade como epistemologia e proposta metodológica é, antes de tudo, uma mudança de paradigma, um outro ponto de análise, que reposiciona sujeitos e objetos de pesquisa de acordo com a experiência africana – não mais a partir do ponto de vista hegemônico e dominante do paradigma eurocêntrico. Para isso, são utilizados conceitos e pressupostos que podem ser aplicados a quaisquer campos temáticos, como *agência*, *localização psicológica* e *africano*. Assim, a análise é produzida a partir da prerrogativa de que “todo conhecimento deve ser emancipador” (ASANTE, 2009, p.104).

Uma investigação afrocêntrica deve desenvolver uma metodologia orientada pelas seguintes características: determinação da localização psicológica, percepção do lugar do africano como sujeito, identificação dos elementos culturais africanos, olhar descolonizador sobre a linguagem e compromisso com uma nova narrativa sobre a história da África. Cabe aqui elucidar que, na compreensão afrocentrista, *africano* é

uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia. (...) falamos dos africanos como indivíduos que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo da África para as Américas, o Caribe e outras partes do mundo durante os últimos quinhentos anos. (...) Os que vivem hoje no continente constituem a conexão interna; os que vivem fora dele, a conexão externa. (ASANTE, 2009, p. 102)

Por *agência*, entende-se “a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana” (ASANTE, 2009, p. 94). Em outras palavras, é o que cada um de nós faz, em suas possibilidades e área de atuação, que seja capaz de influenciar, deixar uma marca ou mesmo interferir no curso da História. No paradigma afrocêntrico, a *localização psicológica* é fundamental para se “determinar se uma pessoa está localizada em uma posição central em relação ao mundo africano pelo modo como ela se relaciona com a informação africana”. A localização psicológica, portanto, remete-nos à dicotomia *Eu versus O Outro*, basilar no campo da Antropologia.

A partir das concepções da afrocentricidade, postulamos que Luiz Gama se posiciona como um *africano nascido no Brasil*, assumindo um lugar central em sua cultura – compreendida sempre como “um conjunto de valores ou significados partilhados” (HALL, 1997, p. 13). E é a partir desse lugar que ele se torna um agente da transformação social, pela libertação de corpos e emancipação de mentes, encerrada na luta abolicionista.

Capítulo 1 – O Haiti é aqui

1.1 A invenção do negro

A Europa é indefensável.

Aimé Césaire

A ideia de que as pessoas de origem africana, em suas diversas características fenotípicas, étnicas e culturais, constituem uma sub-raça humana – ou desumana, ou mais precisamente, desumanizada – desprovida de “alma” e de intelecto, sem passado e sem futuro e, conseqüentemente, inferior, é uma acepção presente há séculos no imaginário ocidental. Entretanto, foi a partir do século XV que essa ideia passou a se tornar lucrativa. A invenção do negro e de sua inferioridade foi a justificativa usada por quase quatro séculos para legitimar a escravidão atlântica. Bastante diferente da escravidão da Antiguidade ou da servidão medieval, os portugueses (principalmente, mas também toda a Europa envolvida no comércio de carne humana) inovaram ao desumanizar o sujeito negro, torná-lo uma mercadoria, obter lucro com isso e criar as primeiras companhias multinacionais para a exploração do novo negócio. A escravidão foi a base do sistema capitalista. O enriquecimento da Europa às custas da expropriação do continente africano financiou a industrialização, aprofundou as desigualdades sociais, perpetuou o racismo, enfim, estruturou o mundo como conhecemos hoje. Nada disso foi feito por ignorância ou falta de compreensão sobre *o outro*: foram decisões deliberadas e apoiadas por instituições para satisfazer a interesses particulares.

Portugal era um reino bastante peculiar. Uma ínfima porção de terra na ponta da Europa debruçada sobre o Atlântico, menor que o estado de Pernambuco. Passou a Idade Média lutando contra os reinos vizinhos, tentando sobreviver à dominação árabe e buscando estabelecer sua própria identidade e soberania nacional. No século XII, após o reconhecimento pelo Vaticano de D. Afonso Henriques como rei de Portugal, – obtido após generosa distribuição de cargos que permitiram a ascensão social do clero em terras portuguesas – o monarca e seus sucessores incorporaram a ideologia do “Destino Manifesto”. Basicamente, a doutrina dizia respeito a uma suposta predestinação divina para lutar contra os chamados “infiéis” (os muçulmanos) e

autorizava a “conquista” (ou invasão) de novos territórios. Com a incursão sobre o continente africano, a “missão divina” ganhou contornos diabólicos.

Antes da invasão portuguesa no continente africano, não éramos negros – e nem africanos. Éramos bakongo, ovibundo, jeje, yourubá, zulu, fula, hauçá, wolof, ibo, ashanti, xhosa, diola, mandinga, manjaco, macanha, bambara, dogon, shona, ndebele, suahíli, macua, bitonga, ajaua, bowa, bango, bangala... Inúmeras etnias, com semelhanças e diferenças entre si, herdeiras da sabedoria, dos valores, das divindades e da civilização do Kemet, desde milhares de anos antes da Era Comum. Kemet, a Terra do Povo Preto, é como chamávamos o Antigo Egito. Era para lá que as elites do mediterrâneo enviavam seus filhos para estudar. Muito da base do conhecimento desenvolvido por filósofos e inventores gregos, por exemplo, são filosofia e tecnologia kemética, fundamento epistemológico do mundo africano.

Tanto o apagamento histórico quanto a ideologia foram estratégias usadas para se produzir a desumanização dos africanos e de seus descendentes. Aparentemente, a invenção e a condenação do negro se iniciaram, no Ocidente, com os mitos bíblicos de Adão e Eva, de Caim e Abel, e da maldição de Cam e seu filho Canaã. A interpretação desses mitos foi “um grande esforço para se fundir a imagem do cativo/escravo com a figura do negro/africano no pensamento cristão” (OLIVEIRA, 2018, p. 29). A condenação da humanidade ao trabalho como consequência do pecado original de Adão, a associação da pele negra à marca feita na pele de Caim como castigo pelo assassinato do irmão e atribuição aos povos africanos da característica de serem descendentes de Canaã – condenado a escravidão por causa de uma falha moral de seu pai, Cam – foram alguns dos exercícios imaginativos feitos por clérigos filósofos do século XV. Assim começa a ser criada a ideologia racista, inicialmente no discurso religioso, expandindo-se posteriormente para os discursos jurídico e científico.

Se no começo a ideia de expandir a fé cristã era suficiente para lançar barcos ao mar e se envolver em guerras contra os povos de pele escura, a extrema violência, as condições degradantes, a separação de famílias começaram a chocar até mesmo os brancos.

No citado leilão de Lagos em 1444, muita gente do povo interrompia o evento, se dirigindo de forma enfurecida aos comerciantes, indignados, por verem famílias inteiras de escravos sendo separadas. Mas, a inquietude do povo português não seria motivo para fazer a coroa e os mercadores de escravos desistirem dessa atividade, já que os lucros só aumentavam além do tráfico ser, já naquele momento, fundamental para financiar mais expedições em direção ao continente negro. A reação de solidariedade e de consternação do povo na defesa dos cativos só fez impelir o surgimento de argumentos que justificassem o retorno da escravidão no ocidente de forma mais contundente (já que ela nunca desapareceu em terras mediterrâneas), tratando o escravismo como consequência da guerra, levantando argumentos filosóficos, religiosos, fiando-se no do direito romano, nos textos bíblicos, no saber

aristotélico, além dos benefícios que a cristandade da civilização europeia traria a esses verdadeiros povos primitivos. (OLIVEIRA, 2018, p. 79)

Era preciso melhorar a argumentação. Assim, Portugal e o Vaticano estabelecem uma aliança que resultou em poder e enriquecimento para ambos, com a emissão de duas bulas papais por Nicolau V. A bula *Dum Diversas*, publicada em 1452, estabeleceu poderes e limites da jurisdição ultramarina portuguesa. Nesse documento, o papa autoriza explicitamente os portugueses a “invadir, conquistar, combater, subjugar os sarracenos e pagãos, outros infiéis e outros inimigos de Cristo”, e a “conduzir esses povos em escravidão perpétua”⁷. Na prática, segundo Oliveira, a bula foi uma concessão ao reino de Portugal de privilégios que iriam sustentar jurídica e religiosamente sua expansão ultramarina nos séculos seguintes, com a originalidade de outorgar o direito de escravizar, atividade comercial que já se mostrava lucrativa, e na qual os comerciantes portugueses concorriam com os do reino de Castela.

Três anos depois, em 1455, Nicolau V publica a bula *Romanus Pontifex*, em que reafirma o direito português de invadir e escravizar, expandindo os limites da dominação ultramarina, estabelecendo um monopólio nas regiões desde o Marrocos até as Índias e também ao sul do Bojador, no Oeste africano. O argumento de conversão do infiéis para justificar as invasões era flagrantemente contrastado com a autorização dada ao rei Afonso para “destinar para si e seus sucessores, e se apropriar e aplicar para uso e utilidade sua e de seus sucessores os reinos, ducados, condados, principados, domínios, possessões e bens deles”⁸ – posso estar equivocada, mas não me parece que ser roubado e expropriado de seus bens ajuda a aceitar determinada fé.

Tais ideias se fixaram no imaginário ocidental e a eventual estranheza à dominação do homem pelo homem se dissipou. Nos séculos seguintes, ainda recordando a história ocidental, pensadores se posicionaram contra as opressões, buscaram identificar a unidade da espécie humana, se preocuparam com questões como liberdade e igualdade, mas deliberadamente deixaram negras e negros de fora – afinal, eles não eram humanos. Kabengele Munanga, ao refazer o percurso das ideias ocidentais sobre o sujeito negro, critica as elaborações dos “grandes pensadores iluministas” do século XVIII que, ao elaborar uma pretensa “ciência geral

⁷“As bulas aqui analisadas *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*, com tradução para o português, estão presentes na obra de SUESS, 1992, pp. 225 a 230”. Apud: OLIVEIRA, 2018, p. 83.

⁸ Idem.

do homem”, perderam a oportunidade de desconstruir esse imaginário negativo forjado séculos antes.

Pelo contrário, eles apenas consolidaram a noção depreciativa herdada das épocas anteriores. Nesse século, elabora-se nitidamente o conceito de perfectibilidade humana, ou seja, do progresso. Mas o negro, o selvagem, continua a viver, segundo esses filósofos, nos antípodas da humanidade, isto é, fora do circuito histórico e do caminho do desenvolvimento. Sexualidade, nudez, feiura, preguiça e indolência constituem os temas-chave da descrição do negro na literatura científica da época. (MUNANGA, 2009, p.24)

Seja por convicção ideológica, seja por interesses financeiros, o fato é que o pensamento europeu em nada mudou ou evoluiu nos anos seguintes em relação à compreensão das diferenças humanas – na verdade, muitos intelectuais se empenharam em aprofundar as teorias racistas, com as quais também obtinham lucro e outras vantagens econômicas e sociais. O filósofo inglês John Locke, um dos autores do conjunto de teorias sobre o contrato social, de elaborações sobre a natureza humana e a organização social em estados, por exemplo, também empreendeu esforço intelectual para justificar a escravidão. O “pai do liberalismo” era acionista da Royal African Company, uma empresa britânica que explorava o comércio e a escravização de seres humanos. Tomemos outro exemplo, rememorado por Mayra Rodrigues Gomes:

Montesquieu é pensador respeitável, dedicado a encontrar uma justeza, dedicação que o levou a pensar os três poderes como forma de conter abusos e promover maior equilíbrio. No entanto, são dele estas palavras:

“Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm nariz tão achatado, que é quase impossível lamentá-los.

Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo uma alma boa, num corpo completamente negro. (...) Uma prova de que os negros não têm senso comum é que dão mais importância a um colar de vidro do que ao ouro, fato que, entre as nações policiadas, é de tão grande consequência.” (GOMES, 2004, p. 61 e 62)

Talvez por causa de interpretações como essa é que houve a necessidade de se desenvolver, no âmbito das Ciências Sociais, a noção de relativismo cultural. O que Montesquieu julga como “prova” do que chama de “senso comum”, nada mais é que uma inaptidão para entender que o valor que se dá às coisas é variável de acordo com cada sociedade e que não há valores absolutos quando se analisa culturas diferentes. Além de evidenciar uma

inabilidade individual, a afirmação também revela uma tendência ideológica que acabou se tornando um comportamento recorrente e coletivo da branquitude: o eurocentrismo.

Como o nome evoca, o eurocentrismo é a prática de referenciar a cultura europeia como o centro, o padrão, a medida de todas as coisas, o caminho, a verdade e a vida. Tem-se como marco histórico dessa criação as teses defendidas por Georges-Louis Leclerc, conhecido como Conde de Buffon. Autor de um sistema de classificação das “raças” humanas, Buffon as analisou e chegou à conclusão de que a humanidade se alocaria em três diferentes estágios. Nesse sistema, as civilizações pré-colombianas das américas ocupavam o degrau mais baixo e apenas seguiam seus instintos naturais, com inocência e selvageria; em um nível intermediário estariam os povos africanos e asiáticos, tidos como animistas e degenerados morais, e obviamente ocupando o patamar dos povos mais evoluídos nessa escala, os europeus, sinônimo de civilização e progresso. Esse, para Achile Mbembe, é o “momento gregário do pensamento ocidental”, no qual se consolida a impossibilidade da autonomia, da autodeterminação e da autorrepresentação do sujeito negro. Mbembe aponta a obra *A Razão na História*, de Hegel, como “o ponto culminante desse momento gregário”. O conceito de raça teria uma função explícita: nomear – e hierarquizar, de acordo com interesses – as humanidades não europeias.

Figura excedente em relação a qualquer figura e, portanto, fundamentalmente infigurável, o negro em particular era o exemplo consumado desse ser-outro, vigorosamente forjado pelo vazio, e cujo negativo havia penetrado todos os momentos da existência – a morte do dia, a destruição e o perigo, a inominável noite do mundo. Hegel dizia a propósito de tais figuras que eram estátuas sem linguagem nem consciência de si; entes humanos incapazes de se despir de uma vez por todas da figura animal com a qual se confundiam. No fundo, era da sua natureza abrigar o que já estava morto. (MBEMBE, 2018, p.30)

O esvaziamento e a morte (física e simbólica) do negro criado pelo pensamento ocidental originaram, no século XIX, as teorias sobre a mestiçagem e a criminologia. Destaco o nome de Gobineau. Autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines*, influenciado pelos pressupostos darwinistas, é responsável pela ideia de “degeneração da raça”, um resultado da mistura dos diferentes genótipos humanos. Arthur de Gobineau considerava que não havia esperança para as decadentes nações miscigenadas: “seu argumento previa a impossibilidade do progresso para algumas sociedades compostas por sub-raças mestiças não civilizáveis” (SCHWARCZ, 1993, p. 83).

Essa é uma amostra não exaustiva da produção e ordenação do discurso racista no pensamento ocidental. Ao rememorar esse percurso, como já o fizeram tantos e tantas autores

e autoras antes de mim, constato que o racismo absolutamente não é fruto de ignorância, inocência ou desconhecimento sobre o outro – o outro do branco – mas uma tecnologia social arditamente criada e sustentada para garantir a manutenção do poder ao grupo autoproclamado superior, produzir enriquecimento à custa de exploração e uma estrutura social baseada em privilégios. Foi o racismo que permitiu a escravidão e a colonização, a que Aimé Césaire define como sinônimo de “coisificação”. Mas há o outro lado da moeda: a colonização desumaniza não só o colonizado.

Onde quero eu chegar? A esta ideia: que ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida (...).

(...) a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a ação colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo do homem indígena e justificada por esse desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência se habitua a ver no outro o *animal*, se exercita a tratá-lo como *animal*, tende objetivamente a transforma-se, ele próprio, *em animal*. (CÉSAIRE, 1978, p. 21 e 24)

Assim, o projeto de restituição de humanidade ao sujeito negro iniciado na segunda metade do século XIX por Luiz Gama tinha como objetivos não apenas a reconquista da autonomia e da liberdade individuais e coletivas do povo preto, mas era também um projeto emancipatório para toda a humanidade.

1.2 *Vivre libre ou mourir!*

Nou mouri déjà, nou pa pè santi

(nós já estamos mortos, não tememos o cheiro da morte)

Provérbio haitiano

Embora transformado em ação revolucionária no final do século XVIII, o desejo de liberdade sempre existiu em cada mente e cada coração africano tornado escravo em Saint-Domingue, a principal colônia produtora de açúcar das américas. Com aproximadamente 90% de população negra (entre africanos e crioulos⁹), a ilha que voltaria a se chamar *Ayti* foi a primeira e única nação a se tornar independente após uma rebelião de escravizados. Por isso, o processo iniciado em 1791 e concluído com êxito em 1804, conduzido por líderes como Toussaint L’Ouverture e Jean-Jacques Dessalines foi marginalizado pela história oficial. Como diria Luiz Gama – em outro contexto, mas aplicável aqui – era “perigosíssima a imitação. Era indeclinável um pronto e edificante castigo”¹⁰. As sanções aplicadas ao Haiti – um longo bloqueio comercial, que durou 60 anos, e só terminou com a concordância em pagar uma indenização astronômica à ex-metrópole, a França – produziram o resultado que hoje conhecemos: o Haiti se tornou o país com o pior índice de desenvolvimento humano das Américas.

A Revolução do Haiti se tornou um interdito, um tabu, não apenas pelo medo de se popularizar como um exemplo de revolta de escravizados bem-sucedida. Havia um outro subtexto, tão ou mais perigoso, a ser silenciado: o episódio se tornou uma prova material que contradizia o discurso racista da época, que propagava como verdade a bestialidade e a inferioridade intelectual dos africanos e seus descendentes. Os colonos franceses foram “surpreendidos” por uma ação autônoma e organizada daqueles que até então tratavam com violência, consideravam como naturalmente submissos e vendiam como mercadoria. Como resultados diretos da vitória dos revolucionários de Saint Domingue, Marques e Anjos (2015)

⁹ Como eram chamadas as pessoas negras nascidas nas colônias.

¹⁰ “Carta a Ferreira de Menezes” – A Gazeta da Tarde, 16 de dezembro de 1880 e A Província de São Paulo, 18 de dezembro de 1880. In: *Lições de resistência...* (*op.cit.*).

destacam uma ruptura na estrutura social e política e um forte abalo na solidez da ideologia dominante, “não somente na proclamação de um novo Estado, livre e independente, mas no questionamento profundo das certezas europeias em relação àquele “negro-animal” que até então era instrumento de sua riqueza.

“*Vivre libre ou mourir*” – “Viver livre ou morrer” – era o grito de guerra usado por Dessalines para animar seus combatentes nos últimos anos da revolução. O lema fora emprestado de um dos grupos políticos mais radicais da Revolução Francesa, o qual também estenderia a alcunha aos rebeldes haitianos. Os *jacobinos negros* eram a radicalização da liberdade.

É corrente dizer que as lutas pela abolição da escravatura e pela independência das colônias foram influenciadas pelas ideias iluministas. O movimento intelectual foi um exercício de pensadores europeus do século XVIII de estabelecer um novo ordenamento filosófico, baseado na razão, em contraponto aos dogmas do Cristianismo e ao poder absoluto da monarquia. O iluminismo contou com as contribuições de Voltaire, Rousseau, Kant, Diderot, entre outros. As ideias por eles propostas ganhariam materialidade, no campo político, com a deflagração da Revolução Francesa, e nas artes, com a estética do Romantismo. O slogan “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” desembarcou nas Américas e ganhou novos sentidos.

As ideias que impulsionaram a agitação política que tomou a Europa durante o “Século das Luzes” se aplicavam de maneira diferente no contexto das colônias. A liberdade, a igualdade e a fraternidade eram almeçadas para todos os homens (no sentido de humanidade) – mas apenas para aqueles que eram considerados homens. O ideário iluminista surge ainda no contexto de desumanização do sujeito negro e por isso não fomos incluídos como destinatários dessas categorias políticas.

A eclosão da Revolução Francesa, em 1789, fortaleceu as divisões raciais, à medida que os membros mais articulados dos grupos mestiços, com o respaldo dos revolucionários metropolitanos, tomaram para si as declarações revolucionárias acerca dos direitos naturais, reclamando igualdade; enquanto os colonos brancos insistiam, mais enfaticamente que nunca, na necessidade de se manter as linhagens de cor. Foi este debate, mais que o levante escravo de 1791, que levou um colono a publicar o primeiro panfleto francês, que pode ser inequivocamente classificado como racista (na acepção moderna do termo), alegando que “os negros, pertencendo, deste modo, a uma espécie diferente, tanto física, quanto moralmente, da raça branca, e cujas faculdades são, por assim dizer, não existentes, não devem ter papel ativo na sociedade, onde só podem causar danos”. Este autor propunha, ainda, medidas para impossibilitar que os mestiços adquirissem propriedades. (POPKIN, 2008, p. 301)

A apropriação e ressignificação do ideário iluminista foi obra e fruto da insurgência negra, que sempre usou essas e outras estratégias em sua constante resistência e luta pela liberdade. Mas não apenas ideias surgidas no continente europeu circularam entre a população negra nas Américas. Desembarquemos no Brasil.

Alá é Grande!

Salvador, Bahia, 1835. Chicote estralava. Mas eles não aceitavam. Eles não podiam obedecer a nenhum outro senhor senão Alá. O Mais Alto. O Mais Glorioso. O Eterno Piedoso. Alá é Grande! *Eles* eram os malês: africanos muçulmanos escravizados no Brasil. Sabiam ler e escrever em árabe. De origem sudanesa, de terras ao norte da África, eram principalmente haussás e nagôs. E eles tinham um plano: libertar os pretos¹¹, matar os brancos e instituir um estado islâmico no Brasil. A revolta estava programada para ocorrer no dia 25 de janeiro, um domingo, quando a vigilância sobre os cativos era reduzida. Porém, o plano foi delatado na véspera e a insurreição não obteve êxito. Mesmo não sendo vitoriosa, a Revolta dos Malês também teve grande repercussão no imaginário social, assim como a Revolução do Haiti:

Ao longo do século XIX, os escravos da Bahia estabeleceram uma reputação de rebeldia em todo o Brasil. Embora frequentes em tempos anteriores, sobretudo na forma de quilombos, as rebeliões se multiplicaram a partir do início desse século. (...) Entre outros fatores, incluem-se a geografia favorável à formação de quilombos, a ineficiência do controle policial, sobretudo a importância organizacional da religião africana, em especial o islamismo, e da identidade étnica, em particular entre alguns dos grupos étnicos mais numerosos. (REIS, 2003, p. 68)

Além de ter sido um exemplo seguido por rebeldes em toda a América, a Revolução do Haiti foi um antecedente não apenas no plano simbólico, mas também na ordem prática, no impacto sobre a economia colonial: com a saída do principal produtor de açúcar do mercado (já que os revolucionários haitianos incendiaram as plantações), a produção e a exportação brasileiras aumentaram exponencialmente. Por conseguinte, cresceu a demanda por mão de obra, o que levou à intensificação da “importação” de africanos para serem escravizados nos engenhos do Nordeste. Isso teve consequência direta no incremento da rebeldia: os africanos, fossem ladinos (falantes da língua portuguesa) ou boçais (aqueles que não falavam português) eram majoritariamente os protagonistas dos confrontos diretos contra a ordem escravocrata, em

¹¹ Como eram chamados os negros nascidos no continente africano.

comparação com os crioulos (negros e mestiços nascidos no Brasil), que em geral aderiam mais às estratégias de resistência cotidiana, tais como causar perda de produtividade (danificando as ferramentas de trabalho, destruindo parte da plantação ou trabalhando com lentidão), além de fugas de curta duração, a dissimulação, a procrastinação, entre outras.

De todos os elementos interessantíssimos dessa história, o de que mais gosto são as acusações feitas aos rebeldes. Um dos líderes do levante era o mestre malê Dandará, que atendia também pelo nome cristão de Elesbão do Carmo. Dandará era haussá, liberto, morador do Caminho Novo do Gravatá, comerciante e proprietário de uma loja de fumo no mercado de Santa Bárbara. Era casado com a “escrava” Emereciana, da mesma etnia, vendedora de comida. Seu crime? “Ensinar aos pretos”, segundo uma testemunha.

Em sua loja, foram encontrados ‘uma alva branca, um rosário preto sem cruz embaixo, a que chamam Rosário de pagão, umas tábuas, e papéis escritos em língua arábica, e uma baioneta velha’. Não era tudo que ali tinha. Dandará fora visto retirando de sua loja uma caixa cheia de papéis. (...) Mas a acusação mais comprometedora referia-se a um bom número de parafusos que uma testemunha vira guardadas na loja do líder malê. Essas compridas armas brancas teriam sido usadas durante os combates de 1835. (REIS, 2003, p.296).

Assim como a Revolução do Haiti, também o levante dos malês surpreendeu os colonos pela inteligência estratégica do plano, que incluía registros e comunicações por escrito, numa época em que a esmagadora maioria da população – inclusive a população branca – era analfabeta. As mulheres negras, libertas ou “escravas de ganho” (como as quituteiras e vendedoras de tabuleiro), tiveram um papel fundamental na articulação do levante, pois a partir de sua possibilidade de circulação pela cidade, mantinham os insurgentes informados sobre todas as etapas da organização. Ambas as revoltas contradiziam o discurso dominante sobre a inferioridade intelectual atribuída ao sujeito negro.

Não existem registros¹² na historiografia oficial, mas diz-se que a mãe de Luiz Gama, Luíza Mahín, teria participado do Levante dos Malês. Tendo ela participado ou não, esse episódio da resistência negra à escravidão foi determinante no destino do menino Luiz. Cinco anos após o levante, a fama de perigosos e revoltosos ainda pairava sobre os negros baianos – e assombrava os brancos de todo o Brasil. Tanto é que, ao ser colocado à venda por um

¹² É importante observar que, no caso da história dos africanos e seus descendentes no Brasil, a inexistência de registros e documentos é uma constante, pois se trata de uma história que intencionalmente foi negada, invisibilizada ou marginalizada, de forma que não se pode afirmar que determinados fatos não aconteceram apenas por não terem sido localizados documentos ou registros correspondentes.

comerciante de escravizados, Luiz Gama, então com 10 anos, foi rejeitado por diversos compradores:

- Hás de ser um bom pajem para os meus meninos; dize-me: onde nasceste?

- Na Bahia, respondi eu.

- Baiano? – exclamou admirado o excelente velho. – Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno.

Repelido como “refugo”, com outro escravo de Bahia, de nome José, sapateiro, voltei para casa do sr. Cardoso, nesta cidade, à rua do Comércio nº 2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia.¹³

Assim como o mestre Dandará, tornou-se um criminoso: aprendeu a ler e a escrever. Um ano depois, aos dezoito, conseguiu reunir provas de que sua escravidão era ilegal, fugiu do cativeiro e reconquistou sua condição de homem livre. A partir daquele momento, fez da palavra sua principal arma na luta pela nossa liberdade coletiva.

1.3. Luiz Gama, filho de Luíza Mahin

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mna (Nag de Nação), de nome Luíza Mahin, pag, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do doutor Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que a conheciam e que me deram sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que com esta carta envio-te¹⁴.

¹³ “Carta a Lúcio de Mendonça”. In: *Com a palavra...*, op. cit., pág. 201.

¹⁴ “Carta a Lúcio de Mendonça”. In *Com a Palavra... op. cit.*, p. 199.

O fruto não cai longe da árvore; filho de peixe, peixinho é; quem sai aos seus não degenera: muitos são os ditos populares para expressar que ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais. A citação de abertura é um trecho da carta que Luiz Gama escreveu ao amigo Lúcio de Mendonça no ano de 1880, em que registra informações e episódios de sua vida. Sem nos fixarmos nas possíveis discussões sobre autobiografia, autoficção, escrita de si e outras reflexões que esse texto suscita, gostaria de destacar aqui que a carta pode ser, simbolicamente, entendida como a certidão de nascimento do próprio Luiz Gama e de sua mãe, Luíza Mahin. Ambos são sujeitos históricos que deixaram suas marcas no mundo, mas cujos documentos de nascimento, batismo ou entrada no Brasil nunca foram encontrados. Para um povo a quem a necropolítica decreta diariamente uma sentença de morte, como é o caso da população negra a partir do pós-abolição; sobre uma gente que não era gente, e por isso mesmo, não houve nenhuma preocupação em preservar sua história; aliás, sobre uma história que se quis apagada, não houve fidelidade, frequência, correção e confiabilidade na produção de registros. Daí a importância do letramento de Luiz Gama: ele aprendeu a ler, ensinou seus camaradas e no século XIX produziu registros históricos a partir da perspectiva de um homem negro.

Ao descrever a mãe, Gama nos fornece o retrato de uma mulher insubordinada, em luta contra um sistema de opressões e desumanização, opondo-se ao poder estabelecido. A carta também é um testemunho da herança de Luiz Gama: a africanidade e o caráter de Luíza Mahin.

A dimensão última dessa narrativa legitimava um ponto fundamental do seu caráter: a insubordinação. Sempre presente nas atitudes narradas em sua carta nos mais variados momentos de sua vida – como por exemplo quando fugiu do cativo ou quando não se submeteu às pressões do governo e, por defender causas em favor da liberdade, foi demitido da Secretaria de Polícia. A conjunção dessas histórias – de um lado, a rebeldia da mãe africana, de outro, o filho inconformista – trazia um nítido recado: filho de africana insurgente, insurgente era. A identificação de Luiz Gama com a África estava portanto ligada à insubordinação, à ideia de que os africanos podiam ser, e muitas vezes o tinham sido, agentes na construção de sua própria história. (AZEVEDO, 1999, p.68)

Luiz Gonzaga Pinto da Gama conta que nasceu livre em 21 de junho de 1830, em Salvador. Seu pai, “não ousa afirmar que fosse branco”, mas era fidalgo de “uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa”. Assim como Luíza Mahin, ele também participou da Sabinada, em 1837. Gostava de cavalos e de jogos – mas talvez não jogasse tão bem. Gastou toda a herança que recebeu de uma tia fazendo dívidas de jogo. Para quitá-las, teve (ou

concordou com) a ideia de vender o próprio filho como escravo, aos 10 anos de idade. Gama relata ter sido criado com carinho pelo pai, até o momento em que ele cometeu o crime de escravizar ilegalmente o próprio filho. E condena o pai ao esquecimento, ao jamais revelar seu nome.

Luiz Gama foi vendido para um “negociante e contrabandista” de São Paulo, que não conseguiu revendê-lo, por causa da fama de revoltosos que adquiriram os negros baianos após o Levante dos Malês. Durante oito anos, período em que permaneceu escravizado, aprendeu e exerceu os ofícios de copeiro e sapateiro, também aprendeu a lavar, engomar e costurar roupas. A experiência o fez detestar “o cativo e todos os senhores, principalmente os reis”¹⁵.

Ter aprendido a ler e a escrever aos 17 anos foi determinante para mudar o rumo da história – e não apenas da história pessoal. A alfabetização foi um *turning point*¹⁶ na vida de Luiz Gama. Usamos aqui o termo anglófono pois evocamos mais que uma tradução literal para algo como “ponto de inflexão”. Buscamos nos referir ao conceito, emprestado da dramaturgia, que diz respeito “ao momento específico e significativo em que alguma coisa começa a mudar”. Foi um *turning point* para os recém-criados Adão e Eva, segundo a mitologia cristã, o momento em que eles decidiram comer a maçã proibida. A alfabetização e o autodidatismo foram essa virada na trajetória do intelectual Luiz Gama. A partir daí, ele se torna um agente de letramento, constituindo sua atuação social e política em um grande letramento de resistência¹⁷.

Para um homem negro, ainda que livre, os caminhos para a inserção social eram (e continuam sendo) limitados. Gama optou pela via do serviço militar. Ingressou no exército no ano de 1848, nele permanecendo por seis anos. Foi desligado das Forças Armadas depois de “responder a conselho por ato de suposta insubordinação”, por ameaçar um oficial que o havia insultado. Luiz Gama sendo Luiz Gama.

Certamente consciente de que a passagem pelo serviço militar era apenas uma primeira via de inserção social, Gama usou seu tempo livre para dedicar-se a aprender o ofício de copista, atividade que veio a exercer profissionalmente como amanuense (escrivão) da Secretaria de

¹⁵ Idem, pág. 203.

¹⁶ “A turning point is a specific, significant moment when something begins to change. Historians might say that Rosa Park’s famous bus protest was a *turning point* in the Civil Rights Movement”. Fonte: vocabular.com. Acesso em 31/05/2019

¹⁷ “(...) nos letramentos de resistência, os discursos e as práticas letradas dão visibilidade a um segmento socialmente invisibilizado – majoritariamente constituído por negros e negras (...)” (SOUZA, 2011, p. 158)

Polícia, no gabinete do conselheiro Furtado de Mendonça, que era também catedrático da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e se tornou uma espécie de “padrinho” de Luiz Gama. Furtado de Mendonça era o responsável pela biblioteca da faculdade, onde provavelmente Gama fez sua formação autodidata.

Em 1859, o poeta Luiz Gama publica *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino (PTB)*, que, em 1861, teria uma segunda edição, corrigida e ampliada, publicada no Rio de Janeiro. A primeira e única obra poética do Orfeu de Carapinha inscreve seu nome na história da Literatura Brasileira: Gama é o primeiro autor a se enunciar negro e a dedicar versos de amor às mulheres negras. No mesmo ano do lançamento das *PTB*, torna-se pai de Benedito Graco Pinto da Gama¹⁸. A mãe de seu filho era Claudina Fortunata Sampaio, mulher negra com quem vivia maritalmente e com quem oficializaria o casamento dez anos depois.

O ano de 1864 foi marcante na biografia de Luiz Gama: o amanuense e poeta se tornaria também advogado, jornalista e maçom¹⁹. Era o início de uma vida pública dedicada à luta pela liberdade. O primeiro artigo do jornalista Luiz Gama publicado na imprensa (dentre os textos conhecidos até o momento) foi veiculado pelo jornal *Correio Paulistano* em 26 de agosto de 1864. Nele, Gama responde a uma carta pública a ele destinada e publiciza o teor de uma petição em favor do escravizado Tomás. O texto é o registro de uma dupla estreia: na imprensa, Gama publica seu primeiro artigo; nos tribunais, defende “provavelmente, a primeira ação de liberdade” (FERREIRA, 2020, p. 88). Em seu *debut* na imprensa, já faz uso do direito de resposta, bem como se apresenta como colunista jurídico, especialista em questões de manumissão de escravizados, unindo as vocações de advogado e jornalista:

Guiaram-me neste procedimento as minhas livres e inabaláveis convicções e o rigoroso dever que impus-me de zelar pelos meus irmãos desvalidos. (...) Eu bem sei que na escala social onde foi-me designado ocupar o mais ínfimo lugar, (...) ombreio com o infeliz por cujos direitos pugnei, mas nem por isso desistirei da empresa começada (...).

Tanto em seu artigo de estreia quanto em vários outros, Gama enuncia nitidamente seu posicionamento ético e evidencia “o ponto de emanção do discurso”, que “reivindica para si a

¹⁸ Benedito é o nome de um santo negro cultuado na Igreja Católica e patrono de irmandades negras em todo o país. A festa de São Benedito, realizada na cidade de Tietê há cerca de 150 anos, é uma das mais tradicionais celebrações da comunidade negra no interior de São Paulo.

¹⁹ Não foi encontrado o registro do ano de iniciação de Luiz Gama na maçonaria. Sabe-se que ele foi filiado à loja Sete de Setembro, passando posteriormente a integrar o quadro da Loja América. A pesquisadora Renata Ribeiro Francisco (ver referências bibliográficas) estima que a iniciação tenha ocorrido entre os anos de 1864 e 1865.

identidade com os discriminados e não com os discriminadores” (CUTI, 2010, p. 63). No mesmo ano de 1864, ele também empreende no ramo da imprensa, com a criação do *Diabo Coxo*, primeiro jornal ilustrado da cidade de São Paulo, fundado em parceria com o ilustrador italiano Ângelo Agostini. Bem recebido pelo público leitor da capital paulista, o periódico contava ainda com as colaborações dos irmãos Américo e Bernardino de Campos e de Sizenando Nabuco de Araújo, então bacharéis em Direito. O número 1 desse jornal saiu no dia 2 de outubro daquele ano. Era um domingo. Tumulto e confusão na porta da Tipografia e Litografia Alemã, de Henrique Schröder: leitores ansiosos disputaram o exemplar inaugural do *Diabo Coxo*, que fazia frente à *Semana Ilustrada*, publicada no Rio de Janeiro por Henrique Fleiuss. O jornal tinha oito páginas – quatro de ilustrações e caricaturas, e outras quatro de textos (entre artigos, poemas, notícias e anedotas). O lançamento foi um grande êxito, segundo descreve Antônio Luiz Cagnin no texto de apresentação da edição fac-similar da coleção completa do periódico:

Foi um sucesso, como ele próprio [Ângelo Agostini] registrou numa caricatura: os leitores afoitos acotovelavam-se diante da Litografia Alemã para adquirir o número inaugural de 2 de outubro de 1864. Foi um pandemônio! Um atropelo! Foi o diabo! O *Diabo Coxo* alvoroçou, de fato, a pequena e pacata São Paulo de então.²⁰

Foram publicadas duas séries de 12 números cada, a primeira, de 2 de outubro a 25 de dezembro de 1864, e a segunda, de 23 de julho a 31 de dezembro de 1865. O *Diabo Coxo* não era barato: cada exemplar custava 500 réis, mais que o dobro de um jornal diário, equiparado ao preço dos semanários ilustrados publicados no Rio de Janeiro, a então Corte Imperial.

Luiz Gama era o redator principal do *Diabo Coxo*. Embora não assinasse os textos, é impossível dissociar o espírito abolicionista e insubordinado, com demarcação da subjetividade negra, em passagens como a que se segue, publicada no número 9 da série II, em 24 de setembro de 1865:

²⁰ CAGNIN, Antonio Luiz. *Foi o Diabo!* In: GAMA, Luiz. *Diabo Coxo*. São Paulo: Edusp, 2005.

"*RUA DO COMMERCIO*"

...*Na padaria italiana precisa-se alugar um preto bom para o serviço da mesma.*"

Repelimos a insinuação e desafiamos ao dono da padaria para um duelo de marradas. Este anúncio é um insulto atirado grosseiramente a face dos fidalgos brasileiros de origem lapuza e africana.

Mande o sr. padeiro vir um malungo seu da Europa, e abstenha-se de insultar a sombra venerada de nossas avós.

O forte do jornal eram as sátiras políticas, que ironizavam o imperador e sua corte, os costumes da época, os problemas sociais e cotidianos. No entanto, Gama não perdeu a oportunidade de inscrever seu *ethos* negro nesse projeto editorial, em exemplos como o trecho acima, e em outros momentos. Após um intervalo em sua produção poética, Gama publica *Meus amores* na edição número 7 da série II do *Diabo Coxo*, usando o já conhecido pseudônimo *Getulino*.

Meus amores são lindos, cor da noite
Recamada de estrelas rutilantes;
Tão formosa crioula, ou Tétis negra,
Tem por olhos dois astros cintilantes.

Nas quatorze estrofes do poema, canta para uma musa negra, inaugurando um lugar de pertencimento e reconhecimento para a mulher negra, simultaneamente, na literatura e no jornalismo. Após o encerramento das publicações do *Diabo Coxo*, Gama colaborou no jornal *Cabrião*, fundado em 1866 por Américo de Campos, Antônio Manuel dos Reis e Ângelo Agostini, e que foi o mais famoso dos semanários ilustrados da capital paulista. Segundo Ferreira, “é possível reconhecer a mão de Luiz Gama em vários artigos do *Cabrião*, especialmente quando se evoca o fim do escravagismo” (FERREIRA, 2001, p. XXXIV). Assim como o *Diabo Coxo*, também o *Cabrião* se dedicava a criticar e ironizar a vida política e social do Império, com destaque para a repercussão dos acontecimentos que envolviam a Guerra do Paraguai²¹. No número 12, Gama, morador do bairro paulistano do Brás e conhecedor das histórias da Bíblia, assina sob o pseudônimo de *Barrabrás* a sátira “Epístola familiar”:

²¹ A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul, que opôs a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) ao Paraguai, entre 1864 e 1870. Na verdade, tratou-se de um massacre que praticamente dizimou a população masculina do Paraguai e um instrumento para os governantes dos países envolvidos

Bem eu sei, que a velha história,
 Por querer turbar a glória
 Aos preclaros descendentes
 Dos heróis armipotentes,
 – Cubas, Pires e Buenos –,
 Que venceram Turcos, Brenos,
 Chinos, Persas, Anglicanos,
 Fanfarrões heróis hispanos
 – Sancho Pança e Dom Quixote –
 (...)

A bodoque e chifarote,
 Quer, por força, que o Deus Marte
 Fosse nado em outra parte.
 Eu, porém, protesto e juro,
 Do que digo bem seguro,
 Que a estrangeira história mente;
 Porque Marte é desta gente.
 Inda mais, dizer-te quero,
 Contra a voz do mundo fero,
 Que as vitórias desta terra
 Quer lançar do rodo à berra,
 Que São Jorge, o grão-guerreiro,
 Aqui viu a luz primeiro;
 Que São Pedro, o pescador,
 Aqui foi agricultor;
 E São Paulo, o cabalista,
 Pela fama, foi *paulista*.
 (...)

realizarem uma “faxina étnica” em seus territórios. Grande parte dos pelotões eram formados por homens negros, pobres ou escravizados, que iam combater com trajes inadequados, mal alimentados e com armamento pífio. Aos escravizados que não morriam no campo de batalha, era prometida a alforria. A Guerra do Paraguai acabou se tornando, após o término do conflito, um antecedente para a abolição da escravatura, já que os baixos oficiais do exército, incumbidos de perseguir “escravos” fugidos, passaram a se recusar a fazê-lo, pois haviam combatido ao lado daqueles homens.

Nos versos acima, que são parte da estrofe inicial do longo poema, Gama se refere à herança bélica e à participação dos paulistas na Guerra do Paraguai. Era facultado aos fazendeiros que enviassem escravizados em substituição a eles próprios e seus familiares. Os “Voluntários da Pátria”, ao contrário do que o nome sugere, eram um contingente formado por pessoas condenadas à prisão, em situação de rua e em cativeiro, que eram compulsoriamente alistadas e enviadas para a guerra. As mortes e mutilações dos combatentes, aos poucos, foram deixando de chocar a opinião pública. Embora o conflito tenha sido duramente criticado, especialmente por ter sido devastador para a economia do Império, as 50 mil mortes de brasileiros – especialmente negros escravizados e libertos – no conflito passaram a ser “o novo normal”. A péssima repercussão da Guerra do Paraguai alimentou o crescimento dos movimentos abolicionista e republicano, que sempre tiveram na imprensa sua principal forma de propagação de ideias.

Em 1876, Gama torna-se proprietário e redator do jornal *O Polichinello*. O semanário circulava aos domingos e tinha ilustrações de Huáscar de Vergara. Nessa publicação, Gama, que já se utilizara de diversos gêneros textuais (tais como a crônica, o editorial e a poesia), lança mão das máximas, na seção *Máximas à Prensa*. Presentes a partir do número 14, as máximas eram “aforismos, ditos populares ou regras de conduta, que eram uma maneira de colocar as ideias na esfera pública de uma forma mais direta e panfletária” (DELEGÁ, 2012, p. 81). Gama, evidentemente, também colocou as máximas a serviço do ideário republicano e abolicionista:

A escravidão nasceu da moral religiosa e tem sido *tolerada* por todas as seitas.²²

A honra é uma excelente recomendação para os que quiserem morrer de fome nas sociedades poluídas.²³

Os brancos que tanto orgulho têm da sua cor devem lembrar-se que as pérolas mais finas são produzidas na lama.²⁴

²² *O Polichinello* nº 15, 23 de julho de 1876.

²³ *O Polichinello*, nº 17, 6 de agosto de 1876.

²⁴ *O Polichinello*, nº 22, 10 de setembro de 1876.

A atividade do jornalista Luiz Gama na imprensa se estenderia até 1882, ano de sua passagem para a ancestralidade, com a publicação de artigos em diversos periódicos. Segundo o levantamento apresentado por Ligia Ferreira em *Lições de Resistência: Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*, Gama publicou em nove jornais da época: *Correio Paulistano*, *Radical Paulistano*, *O Ipiranga*, *A Província de São Paulo*, *A República*, *Gazeta do Povo*, *Gazeta da Tarde*, *O Abolicionista* e *Tiradentes*. Ainda segundo os dados tabulados, os anos de 1869 e 1881 foram os de produção mais intensa, tendo Gama publicado 12 e 14 artigos, respectivamente. Nos artigos de Gama, vemos o negro escravizado recuperar sua humanidade, por meio da reconstituição de dramáticas histórias de fuga e consequentes castigos recebidos (que, não raro, terminavam em morte), lemos sobre as injustiças praticadas pelos magistrados que faziam vistas grossas à escravidão ilegal e obstavam os deferimentos das “causas de liberdade”, além de recebermos lições sobre o exercício do Direito e a interpretação das leis. Gama faz uso da imprensa como canal de denúncias e veículo para seu direito de resposta, quando atacado como figura pública. E como agente do campo do Jornalismo, atua também como uma espécie de “vigilante” do noticiário e na defesa de princípios como a liberdade de imprensa.

As atividades do advogado alimentavam as do jornalista. E a elas somavam-se as do ativista. Luiz Gama era movido por uma causa: a nossa libertação e emancipação. E para isso usou todas as ferramentas, estruturas e instituições disponíveis no seu tempo. Fez no século XIX o que hoje chamam de “hackeamento”. O termo, emprestado da tecnologia da informação, refere-se à invasão de sites, computadores, etc. Aplicado ao campo da política, diz respeito à estratégia de infiltrar-se num sistema ou numa instituição, se apropriar de seu *modus operandi*, e fazê-la funcionar de acordo com determinados objetivos. Foi o que Gama fez em sua passagem pela maçonaria.

Presente no Brasil desde o fim do século XVIII, a maçonaria é uma sociedade fraterna baseada em valores como caridade e busca do bem comum. Embora sua origem seja escocesa, seu sistema de ingresso e organização, que inclui rito de iniciação e graduações para os irmãos, se assemelha à estrutura de escolas iniciáticas de diversas outras origens, inclusive africanas. Gama foi iniciado por volta de 1864 ou 1865²⁵ na Loja Sete de Setembro, transferindo-se

²⁵ Estimativa da pesquisadora Renata Riveiro Francisco, autora da tese “A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo” (ver referências bibliográficas). Ela afirma que não foram localizados os documentos referentes ao ano de iniciação do maçom Luiz Gama na loja Sete de Setembro.

posteriormente para a Loja América, criada em 1868. Alcançou o grau mais alto da maçonaria, tendo sido o Venerável da Loja América de 1878 até pouco antes de sua passagem para a ancestralidade. Sob sua liderança, a organização se tornou referência em alforriamento de escravizados.

No dia 10 de novembro de 1871, o maçom Luiz Gama publicou no jornal *Correio Paulistano* um relatório de atividades da Loja América referente às ações de manumissão. Coassinam o documento os irmãos Américo de Campos, Ferreira de Menezes, Vicente R. da Silva, Carlos Ferreira, Fernando Luiz Ozorio e Olímpio da Paixão. Por meio dele, ficamos sabendo que:

(...) Em relação ao ensino popular, ela [a Loja América] fundou e sustenta nesta capital uma escola noturna de primeiras letras, onde se acham matriculados 214 alunos, sendo efetivamente frequentes 100. (...)

Relativamente à manumissão de escravos, de não pequeno mérito são os trabalhos da oficina. Por sua iniciativa e esforços foi instalada em julho de 1869 a sociedade *Redentora*, que funciona com estatutos aprovados pelo governo provincial e assinala-se pelos constantes e relevantes serviços a bem da libertação de menores. O número de pessoas emancipadas até hoje por esta sociedade sobe a dez, além de outras que por seu intermédio foram concedidas.

(...)

Não se limitou a loja a fornecer recursos pecuniários exigidos pelo andamento dos processos; o patrocínio destes ocorre sob os cuidados de advogados, sócios dela, ou estranhos por ela incumbidos.

(...)

O número de libertados por via de ações no foro desta capital, e em outros, por determinação da loja, sobe a mais de trezentos.

Em sessão magna do segundo aniversário (nov 1870) de sua fundação, foram concedidas vinte alforrias, sendo algumas por subscrições e outras gratuitamente dadas por irmãos da loja a escravos de sua propriedade.

(...)

O documento não apenas revela as estratégias usadas pelo ativista Luiz Gama, como a utilização dos recursos financeiros da instituição para compra de alforrias e pagamento das custas dos processos, como também evidencia sua concepção abolicionista. A liberdade não se limitava à mudança do *status* jurídico de “escravo” para “liberto”, mas abrangia um projeto completo de inserção social com vistas ao exercício da cidadania. A relação entre imprensa e maçonaria se consolidou na segunda metade do século XIX, não apenas pela presença de muitos maçons nas redações e como proprietários de jornais, mas também pela compreensão de que a

mídia era um espaço para a difusão de ideias e instrumento de legitimação e conquista da opinião pública. “A publicação das atividades maçônicas a partir de então se tornou uma prática comum a muitas lojas. (...) Os jornais *Correio Paulistano*, *Radical Paulistano* e *A Província de São Paulo*, embora não fossem jornais maçônicos, estiveram sob a influência de maçons da Loja América” (FRANCISCO, 2018, p. 71).

Embora fosse muito reservado em relação à sua vida familiar, alguns episódios da vida pessoal de Luiz Gama podem ser recontados a partir de registros feitos por ele próprio nas páginas da imprensa. É o caso da perseguição política que culminou com sua demissão, em 1869.

Em outubro daquele ano, Gama se casa com Claudina. No mês seguinte, ele é demitido do cargo de amanuense da Secretaria de Polícia de São Paulo. Os doze anos de serviços prestados ao funcionalismo público foram interrompidos por uma tentativa de encerrar a atuação de Luiz Gama na defesa das causas de liberdade. Quatro dos artigos escritos naquele ano e veiculados no *Correio Paulistano* dedicavam-se a publicizar as ameaças, a demissão injusta e a intimidação, ao mesmo tempo em que buscavam restabelecer a honra do abolicionista negro.

No conjunto de artigos publicados entre 20 de novembro e 3 de dezembro, encontramos elementos que nos permitem pensar sobre a perseguição política e os mecanismos de censura aplicados para tentar impedir a luta abolicionista, bem como flagrantes da prevaricação dos direitos dos africanos e seus descendentes, além de elementos constitutivos do *ethos* do denunciador. Formada por artigos intitulados “Um novo Alexandre” (20 de novembro de 1869), “O novo Alexandre (21 de novembro de 1869), “Ainda o novo Alexandre” (27 de novembro de 1869) e “Pela última vez” (3 de dezembro de 1869), a quadrilogia sucede a publicação de um outro artigo na seção “Foro da Capital”, do jornal *Radical Paulistano*, no dia 13 de novembro de 1869 – esse, o pivô da demissão. O desligamento de Gama da Secretaria de Polícia foi determinado pelo presidente da província paulista, Antônio Cândido da Rocha, e anunciado pelo chefe de polícia interino, Vicente Ferreira da Silva Bueno. O motivo foi registrado por Gama em “Um novo Alexandre”: “para que deixasse eu de promover e patrocinar causas de manumissão de escravos, sob pena de, continuando, ser demitido do lugar de amanuense da secretaria de polícia; além de outras graves... coerções pendentes da vontade presidencial!...”. Gama relata que a ameaça foi feita dias antes da comunicação oficial. E, em “Ainda o novo

Alexandre”, nos convida a acompanhar o desenrolar da história: “Sentemo-nos de novo na arquibancada, distintos leitores; vai continuar a interrompida representação”.

Por aqueles tempos, advogava Luiz Gama pela causa do africano Jacinto, que havia chegado ao Brasil após a lei de 1831, o que o caracterizaria como africano livre, sendo portanto ilegal sua manutenção no cativo. Jacinto, “congo de nação”, saiu da província de Minas Gerais por iniciativa própria e veio à capital paulista procurar os serviços de Luiz Gama – a fama do advogado negro extrapolava os limites locais. A petição em favor de Jacinto foi apresentada ao juiz Antonio Pinto do Rego Freitas e publicada no jornal *Radical Paulistano* dias antes (no artigo pivô da demissão), seguida do despacho do juiz, comentado por um Luiz Gama irado. Trata-se de uma exposição do mau exercício do direito por parte do juiz, que frequentemente obstava o deferimento das causas de liberdade. E dessa vez não foi diferente: Rego Freitas negou a libertação de Jacinto e o chefe de polícia mandou apreendê-lo e remetê-lo de volta ao antigo “dono”. Gama não teve dúvidas: não só expôs a prevaricação e a obstrução da justiça, como deu “uma proveitosa lição de direito” ao magistrado e, por extensão, ao público leitor, não poupando insultos e indignação. Por causa dessa atuação militante e petulante, a punição trabalhista veio como prova material do abuso de poder e do autoritarismo.

O episódio é importante por mais um aspecto: ele marca o rompimento – público, inclusive – de Gama com o até então “ilustre mestre e honrado amigo” conselheiro Furtado de Mendonça. “A ninguém dei ainda o direito de acoimar-me de ingrato”, dispara Gama no artigo “Pela última vez”, que encerra a quadrilogia. E nele, apresenta um resumo de sua vida como homem livre:

Há cerca de vinte anos, o exmo. Sr. conselheiro Furtado, por nímia indulgência, acolheu benigno em seu gabinete um soldado de pele negra que solicitava ansioso os primeiros lampejos da instrução primária.

Hoje, muitos colegas desse soldado têm os punhos cingidos de galões e os peitos de comendas.

Havia ele deixado de pouco os grilhões de indébito cativo que sofrera por 8 anos, e jurado implacável ódio aos senhores.

Ao entrar desse gabinete, consigo levava ignorância e vontade inabalável de instruir-se.

Seis anos depois, robustecido de austera moral, a ordenança da delegacia de polícia despia a farda, entrava para uma repartição pública, fazia-se conhecido na imprensa como extremo democrata, e esmolava, como até hoje, para remir os cativos.

Não possuía pergaminhos, porque a inteligência repele diplomas como Deus repele a escravidão²⁶.

O ex-soldado hoje, tão honesto como pobre, quaker ou taciturno ebionita, arvorou à porta da sua cabana humilde o estandarte da emancipação, e declarou guerra de morte aos salteadores da liberdade. Tem por si a pobreza virtuosa, o combate contra a imoralidade e o poder.

Os homens bons do país, compadecidos dele, chamam-no de louco; os infelizes amam-no; o governo persegue-o.

Surgiu-lhe na mente inapagável um sonho sublime, que o preocupa: O Brasil americano e as terras do Cruzeiro, sem reis e sem escravos!

A tribuna da imprensa também é o *locus* onde Gama vai apresentar seu projeto de nação: “uma terra sem rei e sem escravos”, um país republicano e de homens e mulheres livres. Totalmente consciente sobre seu estar no mundo, Gama nos deixa contribuições extraordinárias: a autodeterminação, a demarcação da subjetividade negra, o compromisso com a coletividade e a proposição de um mundo em que a liberdade seja mais que um valor e se torne a possibilidade de uma existência plena, com o exercício integral da cidadania. Esse era o projeto de Luiz Gama, filho de Luíza Mahin.

²⁶ Aqui, Gama confirma que não estudou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e desfaz uma confusão persistente até os dias de hoje.

Capítulo 2 – Um poeta na imprensa

*Se negro sou, ou sou bode
Pouco importa. O que isto pode?*
“Quem sou eu?” – Luiz Gama

“Fiz versos” – assim Luiz Gama resume sua contribuição para a Literatura Brasileira, na carta que escreveu ao amigo Lúcio de Mendonça em 1880. Bem menos suscinta que Luiz Gama, pretendo aqui escrever mais do que duas palavras sobre o tema.

Já tendo reconquistado a própria liberdade, Gama se insere no meio literário em 1859, com a publicação de *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* (daqui em diante, *PTB*), em São Paulo. A segunda e última edição seria publicada em 1861, no Rio de Janeiro. Acrescido de poemas de José Bonifácio, o moço, o livro é uma das poucas obras do século XIX publicadas por um autor negro e ostenta um epíteto pioneiro. Ele registra os primeiros versos da literatura brasileira em que o autor se enuncia *negro*, como os da epígrafe deste capítulo, entre outros que veremos mais adiante. Como observa Ligia Ferreira, “Gama fincaria uma voz diferenciada, a do ‘negro-autor’, até então ausente na literatura brasileira” (FERREIRA, 2000, p.XV). É a constituição de um *sujeito étnico negro*, nos termos de Cuti (2010), ou de um *ethos* – que vamos chamar aqui de um *ethos negro* – no entendimento de Maingueneau, que Gama funda na literatura e que o acompanha em sua produção como jornalista.

Os conceitos acima, oriundos dos campos dos Estudos Literários e da Análise do Discurso, serão ferramentas importantes para compreender o que chamamos no título desta dissertação de *autoria negra*. E, como no restante do estudo, trabalharemos a partir do paradigma da *afrocentricidade*, inserindo aqui o conceito de *localização psicológica*, tal como definido por Asante (2009). Será mobilizado, ainda, o conceito de *ubuntu*, frequentemente sintetizado na frase “eu sou porque nós somos”, e que é um princípio filosófico dos povos bantu, preservado pelas tradições afrodiáspóricas.

2.1. A província de São Paulo

Um “burgo de estudantes”: assim era conhecida a capital da província de São Paulo no século XIX. Muito diferente da cidade que conhecemos hoje, à época da morte de Luiz Gama, em 1882, ela não passava de uma vila com cerca de 40 mil habitantes. Era um entreposto para o escoamento da produção de café das fazendas da região de Campinas para o porto de Santos. Segundo o historiador Odilon Nogueira de Matos, durante os três séculos iniciais a partir da fundação do povoado de São Paulo de Piratininga, em 1554, nem a geografia nem os acontecimentos históricos contribuíram para o desenvolvimento local. “Por isso mesmo, na primeira metade do século XIX, a capital paulista pouco diferia da vila e cidade dos tempos coloniais” (MATOS, 1955, p.89).

O declínio da economia canavieira no Nordeste, a crescente produção de café no sudeste, a proibição da importação de africanos e a preocupação das elites em criar uma identidade nacional no pós-independência foram fatores determinantes para o desenvolvimento da cidade de São Paulo. No final do século XIX e início do XX, a chegada massiva dos imigrantes europeus também contribuiria para o crescimento urbano e da atividade industrial, bem como para a exclusão e marginalização da população negra no pós-abolição. A capital da província passa a ter maior relevância política e econômica, e foi o local escolhido por diversos negros e negras para viver “a liberdade conquistada através das fugas ou das alforrias” (BERTIN, 2006, p. 32).

No século XIX a produção cafeeira transforma o Sudeste não apenas na região mais rica do Império, como também a colocara como a mais profícua em termos de alcance do debate sobre a mão-de-obra escrava e o tráfico africano, situação que dará à cidade de São Paulo papel de destaque. (BERTIN, 2006, p. 26)

Como já vimos, a lei de 1831 foi determinante na vida e obra de Luiz Gama. Não apenas porque essa norma era o fundamento para se obter a libertação de africanos livres ilegalmente escravizados, mas também porque seu próprio destino foi impactado pelas consequências dessa legislação. Como decorrência da proibição da importação de africanos, o preço dos escravizados subiu e o tráfico interprovincial aumentou. E esse comércio foi altamente estimulado pela queda na produção dos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste (além da própria desvalorização do produto no mercado internacional) e a crescente demanda pelo café produzido no Sudeste. Negras e negros escravizados na Bahia e outras províncias nordestinas

começaram a ser vendidos em massa para as fazendas do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista. Foi se aproveitando desse fluxo econômico que o pai de Luiz Gama o vendeu, em 1840.

Como também já vimos no capítulo anterior, Luiz Gama permaneceu analfabeto até os 17 anos (condição não só da maioria da população escravizada mas também da maior parte da população livre à época), quando fez “amizade dileta” com um estudante da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Essa foi a primeira vez que a instituição, da qual o abolicionista jamais foi aluno²⁷, cruzou a vida de Gama. Criada em 11 de agosto de 1827, pelo mesmo decreto que também criou a Faculdade de Direito do Recife, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco atendia à necessidade das elites locais de estimular a vida intelectual e formar quadros para ocupar os cargos da administração pública – aspecto prático do anseio por um projeto de nação, surgido após a independência, em 1822, como nos conta o professor Carlos Costa:

Os jornais e pasquins ligados às academias de Direito, de São Paulo e Olinda, foram o grande caldeirão onde se formou mais de uma geração de escritores e personagens que depois influiriam decisivamente nos destinos do país e nos rumos da imprensa brasileira. (...) A escolha de cidades distantes da Corte para instalar as duas escolas traduziu o empenho dos liberais em afastar os futuros operadores do direito e do Estado da política absolutista do Rio de Janeiro. (COSTA, 2007, p. 100)

Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, estudaram importantes abolicionistas e amigos de Luiz Gama, como Ferreira de Menezes, os irmãos Américo e Bernardino de Campos e Sizenando Nabuco de Araújo, com quem Gama também viria a fazer parcerias na imprensa, além de Ruy Barbosa, entre outros. De lá também saíram grandes algozes de Luiz Gama e, por extensão, da luta abolicionista: Antônio Pinto do Rego Freitas e Felício Ribeiro do Santos Camargo, juízes prevaricadores, que criavam impedimentos e dificuldades para o deferimento das “causas de liberdade” pelas quais Luiz Gama advogava.

A chegada dos estudantes do curso de Direito – todos homens – mudou os hábitos da cidade: eles tumultuaram a rotina tranquila dos moradores, lançaram jornais, frequentavam tavernas e livrarias, bebiam, jogavam e se divertiam. Quando do início das atividades da instituição de ensino, São Paulo contava com cerca de 4 mil casas, feitas de taipa, em sua maioria, ou de pedras. Das 10 freguesias (ou bairros) que compunham a cidade, apenas três

²⁷ Por diversas vezes, em seus escritos, Gama afirma não ter sido aluno da instituição. “Não possuía pergaminhos, pois a inteligência repele diplomas como Deus repele a escravidão”, escreveu ele no artigo “Pela última vez”, publicado no *Correio Paulistano* em 3 de dezembro de 1869.

faziam parte do centro urbano: Sé, Santa Ifigênia e Brás (onde residia Luiz Gama). O Palácio do Governo ficava nas adjacências do Pátio do Colégio e da Câmara Municipal, na Praça João Mendes. Entre os principais conventos, havia o de São Francisco, o de São Bento, o do Carmo e o da Luz. Também não faltavam igrejas: da Sé, do Colégio, da Misericórdia, dos Remédios, do Rosário e de Santa Ifigênia, entre outras. O censo de 1836²⁸ aponta para uma população de cerca de 21 mil habitantes, sendo 45% de “brancos”, 2% de “índios”, 29% de “pardos”, 14% de “pretos crioulos” (nascidos no Brasil) e 9% de “pretos africanos”. Cerca de 75% da população era livre, contra 25% escravizada. Já em 1872²⁹, período de intensa atividade jornalística e abolicionista de Luiz Gama, a população aumentara para cerca de 31 mil habitantes, sendo 88% de pessoas livres e 12% de cativos. Bertin destaca que “a constatação de uma proporção de escravos inferior a 30% da população total da cidade, entretanto, não deve ofuscar o fato de que os escravos estiveram presentes até a abolição, ainda que em curva descendente” (BERTIN, 2006, p.32). Mas a maior parte da mão de obra negro-africana era empregada nas fazendas no interior da província: em 1829 representava 57% da população total³⁰.

Era a segunda metade do século de XIX e o sentimento revolucionário estava na sociedade, na política, nas artes, nas lutas pela libertação nas colônias, em tudo. O idealismo presente em cada ação foi traduzido esteticamente e eticamente no Ocidente pelo movimento artístico e literário conhecido como Romantismo. Dele também participaria o jovem Luiz Gama, dedicado a à arte da poesia.

2.2. O Getulino: traços pioneiros de uma autoria negra

A produção poética de Luiz Gama coincide com o período da literatura brasileira classificado como Romantismo, no qual se costuma incluir as *PTB*. No âmbito temático, as coincidências são raras: não podemos aplicar com total aderência nenhuma das “etiquetas” das

²⁸ In: “São Paulo do passado: dados demográficos – capital – 1836-1854-1872-1886-1890-1920”. BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Núcleo de Estudos da População. Unicamp, 2000. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/capital.pdf>. Acesso em 29/07/2020.

²⁹ Idem

³⁰ BERTIN, 2006, p. 30 (*op. cit*)

fases do Romantismo – indianista/nacionalista, ultrarromantismo/mal do século e condoreirismo. Nada mais antirromântico que a sátira social e política de Luiz Gama, como avalia Duarte:

Examinados os manuais – componente significativo dos mecanismos estabelecidos de canonização literária –, verifica-se a quase completa ausência de autores negros, fato que não apenas configura nossa literatura como branca, mas aponta igualmente para critérios críticos pautados por um formalismo de base eurocêntrica que deixa de fora experiências e vozes dissonantes, sob o argumento de não se enquadrarem em determinados padrões de qualidade ou estilos de época. Assim, prevalece em nossa história literária o vai e vem pendular, que ora opõe romantismo a realismo, ora contrasta o texto modernista ao parnasiano, deixando de observar, por exemplo, a diferença construída por um poeta nada romântico como Luiz Gama, a publicar suas sátiras às elites brancas em 1859, no auge do romantismo entre nós. (DUARTE, 2013, p. 146)

Por outro lado, se considerarmos os aspectos ideológicos do Romantismo, aí, sim, encontramos pontos em comum. Berlin (2015) considera que o Romantismo foi uma ruptura na consciência europeia entre os anos 1760 e 1830, e elenca os valores atrelados a essa mudança: “integridade, sinceridade, disponibilidade para sacrificar a vida por alguma chama interior, dedicação a algum ideal, pelo qual valia a pena sacrificar tudo que a pessoa é, pelo qual valia a pena viver e também morrer” (BERLIN, 2015, p. 32 e 33). Tudo a ver com Luiz Gama. O espírito romântico e a aplicação radical das ideias Iluministas que constituíram as bases do ideário republicano – “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – encontram eco na alma africana. O senso de comunidade – *Egbé*³¹ – e a noção de que a existência individual se valida no coletivo – *Ubuntu*³² – remontam à ancestralidade.

Gama estreia na literatura com o pseudônimo *Getulino*. A escolha certamente foi intencional. O gentílico nos dá pistas sobre como o autor se vê e quer ser visto, como elucida Ferreira:

“Getulino” deriva de “Getúlia”, território da África do Norte, correspondente a parte da atual Argélia no passado chamada de Numídia, e da Mauritânia. Esta região fora ocupada por um povo nômade, os “getulos”, durante a Antiguidade e a ocupação romana da África. Vê-se, pois, que Luiz Gama de cara posiciona-se como um “autor” de origem africana, sabendo que adentrava o círculo restrito dos letrados, privilégio exclusivo de brancos. (FERREIRA, 2011, p.39)

³¹ Literalmente “comunidade”, no iorubá falado nos terreiros de matriz africana.

³² Conceito da epistemologia bantu frequentemente sintetizado pela expressão: “eu sou porque nós somos”. Os bantu são um macrogrupo étnico-linguístico e vivem em territórios hoje conhecidos como Angola, Congo, Camarões, Gabão, Zimbábue, Moçambique, Tanzânia e África do Sul. Foram trazidos para o Brasil durante todo o período colonial, sendo o grupo mais numeroso entre nós e o que mais influenciou no que se convencionou chamar de cultura brasileira. Segundo Paula Júnior: “O ubuntu, forma de pensamento filosófico presente entre os povos bantu, indica um modo de ser marcado pela ideia de que, somente se é quando o outro também é, portanto, com princípios de comunidade, coletividade, ancestralidade, espiritualidade e alteridade” (PAULA JÚNIOR, 2019, p. 18).

A criação do pseudônimo – um gesto de autodeterminação, afirmação e orgulho de sua origem africana – ratifica e dialoga com as palavras que deixou registradas ao amigo Lúcio de Mendonça: “sou filho natural de uma negra, africana livre da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin (...)”. Luiz Gama é o Getulino, é o filho da África, filho de Luíza Mahin. O autor usou também outros pseudônimos: Barrabrás, Afro e Luiza. Getulino, no entanto, foi o mais usado e aquele com o qual assinou a autoria de seu único livro.

Não apenas na escolha do pseudônimo mas também na enunciação intratextual de sua subjetividade, Gama não deixa dúvidas em relação à demarcação e à consciência sobre seu pertencimento étnico-racial. Em *Quem sou eu?*, seu poema mais conhecido (e lembrado pelo “apelido” de *Bodarrada*), o poeta joga com o termo “bode”, à época, uma expressão pejorativa pela qual se designava os mestiços de pele escura, como o próprio Luiz Gama. O poema tem 139 versos e não apresenta divisão por estrofes. Do primeiro ao 18º verso, o poeta apresenta uma imagem de si:

Amo o pobre, deixo o rico,
 Vivo como o Tico-tico;
 Não me envolvo em torvelinho,
 Vivo só no meu cantinho:
 Da grandeza sempre longe
 Como vive o pobre monge.
 Tenho mui poucos amigos,
 Porém bons, que são antigos,
 Fujo sempre à hipocrisia,
 À sandice, à fidalguia;
 Das manadas de Barões?
 Anjo Bento, antes trovões.
 Faço versos, não sou vate,
 Digo muito disparate,
 Mas só rendo obediência
 À virtude, à inteligência:
 Eis aqui o Getulino,
 Que no plectro anda mofino.

Vemos aqui, novamente, o uso do pseudônimo *Getulino*, com o qual afirma sua origem africana, mas não apenas isso. Gama desenha o *ethos* do *Getulino*. Ele é alguém que não se importa com riqueza ou bens materiais, prefere a simplicidade dos monges e a liberdade dos pássaros. Recusa o convívio social ostensivo e as relações por interesse, preservando as antigas e sinceras amizades. Posiciona sua atividade no campo literário, exime-se das obrigações impostas pelas convenções sociais e, enfim, declara sua fidelidade e devoção aos valores em que acredita: “à virtude, à inteligência”. O excerto é um exemplo do que Maingueneau classifica como “*ethos* dito”, que nos informa sobre a figura do fiador – naquele momento, o jovem Luiz Gama, ainda iniciando sua inserção na esfera pública, mas já sabedor do ponto de onde emana sua voz – e também a do anti-fiador – os brancos, os ricos, os escravocratas, os detentores do poder. *Ethos* dito, fiador e anti-fiador serão repetidas vezes enunciados e percebidos anos depois, durante a produção jornalística de Luiz Gama.

Podemos definir a noção de *ethos* discursivo desenvolvida por Maingueneau como sendo a voz, a “vocalidade específica”, que emana do texto escrito e que permite articular corpo e discurso: “a instância subjetiva que se manifesta através do discurso” – explica – “não se deixa perceber neste apenas como um estatuto, mas sim como uma voz associada à representação de um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado” (MAINGUENEAU, 2014, p. 271). A partir da identificação da origem africana exaltada no pseudônimo e de outras marcas textuais do *Getulino*, percebemos que o ponto de onde emana a vocalidade específica desse discurso é a subjetividade negra, a que Cuti chama de “constituição de um sujeito étnico negro”.

O divisor de águas na dicção negra se dá em um momento ainda anterior à poesia abolicionista, que fez eclodir a obra de Castro Alves. São os versos de Luiz Gama que configuram um “eu” lírico negro. O autor traça um lugar diferenciado de emanação do discurso, demarca um ponto de subjetividade não apenas individual, mas coletivo. (CUTI, 2010, p. 66 e 67)

É essa coletividade a que se refere o princípio filosófico *ubuntu*. Por ora, retornemos à classificação literária. A formação poética de Gama passa pela sátira portuguesa. Ele era um grande leitor e autor do estilo. São de uma das referências da época, o poeta Faustino Xavier de Novaes³³, várias epígrafes das *PTB*. Franchetti afirma que encontramos “bem realizada” na obra

³³ O poeta português Faustino Xavier de Novaes (Porto, 17 de fevereiro de 1820 - Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1869) mudou-se para o Brasil, onde encontrou grande público leitor, e foi cunhado de Machado de Assis.

de Luiz Gama uma forma de humor particular da segunda geração do Romantismo brasileiro: “o satírico espirituoso e competente, (...) o crítico dos costumes, cuja arma principal é a acentuação dos traços negativos do objeto criticado” (FRANCHETTI, 1987, p.8). Gama empregou fartamente a sátira política e de costumes em sua obra, tendo publicado poemas nesse estilo tanto nas *PTB* como também na imprensa, a exemplo de *O Rei-cidadão* e *Cena parlamentar*, veiculados no jornal *O Polichinello*, entre outros. A sátira aparece também para ironizar as relações raciais. Ainda em *Quem sou eu?*, dos versos 82 ao 95, Gama recorre ao estilo para tecer sua crítica aos equívocos de autopercepção gerados pelo processo da mestiçagem:

(...)
 Se negro sou, ou sou bode
 Pouco importa. O que isto pode?
 Bodes há de toda casta
 Pois que a espécie é muito vasta...
 Há cinzentos, há rajados,
 Baios, pampas e malhados,
 Bode negros, *bodes brancos*,
 E, sejamos todos francos,
 Uns plebeus, e outros pobres,
 Bodes sábios, importantes,
 E também alguns tratantes...
 Aqui, n'esta boa terra,
 Marram todos, tudo berra
 (...)

Primeiramente, Gama inicia o excerto com a autoafirmação de sua negritude (“Se negro sou, ou sou bode”), para em seguida “dar de ombros” e questionar os limites impostos pela classificação e hierarquização das raças³⁴ (“Pouco importa, o que isto pode?”). O poeta usa um artifício linguístico desde sempre empregado pela comunidade negra (e também por outros grupos estigmatizados): a apropriação e ressignificação de termos usados para nos discriminar,

³⁴ Atualmente, o conceito de raça se refere à percepção social sobre determinados fenótipos e as consequentes implicações. Diverge da ideia corrente no século XIX, baseada em diferenças biológicas, explicadas por ideologias racistas.

subvertendo seu sentido e, assim, destituindo sua carga semântica negativa e o poder de nos diminuir. Em alguns casos a subversão do significado chega ao ponto de transformar um termo ofensivo em um denotativo carinhoso. Um exemplo é a expressão “preto/a”. Introduzida pelo colonizador para designar as pessoas negras nascidas no continente africano (em oposição ao termo “crioulo/a”, que caracterizava as pessoas negras nascidas no Brasil), passou a ter uma carga pejorativa e ser usada como xingamento – sozinha, com inconfundível entonação, ou acompanhada de adjetivos como “preto fedido”, “preto sujo”, “preto feio”, “preto ladrão”, etc. Em 1991, porém, o MNU (Movimento Negro Unificado) se apropriou e deu uma conotação afetiva ao termo, usado no slogan da campanha “Reaja à violência policial: beije sua preta em praça pública!”. A frase, estampada na capa do jornal da entidade, vinha acompanhada da foto de um casal negro cis-heterossexual se beijando. A ideia foi divulgada e percebida pela comunidade negra como um ato de resistência contra as diversas formas de violência e desvalorização sofridas pelas mulheres negras, bem como de enaltecimento das relações afetivas e estímulo à formação de famílias entre pessoas negras, historicamente fragmentadas, interrompidas, destruídas e desestimuladas pela colonização.

E Gama continua: “Bodes há de toda casta/Pois que a espécie é muito vasta”, usando a diversidade da pelagem caprina, como metáfora para a pluralidade de fenótipos produzidos pela mestiçagem no Brasil, e empregando a ironia para apontar que até mesmo os que se consideram brancos podem não ser tão caucasianos quanto gostariam. Aponta para as diferentes condições e posições sociais que ocupam esses bodes, para em seguida os igualar e apontar a mestiçagem como uma marca social brasileira que derruba a ideia de raça pura e, portanto, toda a hierarquização inventada a partir dessa falácia. Gama faz aqui referência a uma ideia que é retomada na carta ao amigo Lúcio de Mendonça, quando registra informações sobre o pai: “Meu pai, não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas”. Gama se antecipa à ideia da canção “Olhos coloridos³⁵”, composta por Macau e celebrizada por Sandra de Sá nos anos 1980, e que é conhecida como um hino do orgulho negro no Brasil:

³⁵ Música composta em 1974 por Macau, homem negro e favelado, então morador da Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro. Ele compôs a canção após uma experiência traumática de violência policial: “Você mora naquela lama ali, cheia de bandido. Tudo pobre, tudo favelado, essa coisa toda, tudo negro”, ouviu do policial que o abordou, antes de ser colocado com outros homens negros dentro do camburão e passar a noite preso na delegacia, mesmo sem acusação alguma. “Era uma escuridão, eu sendo esmagado de gente, eu me senti dentro de um porão. Eu fiquei muito mal, fragmentado, com a alma ferida”, contou Macau ao lembrar da experiência. A canção foi gravada em 1982 pela cantora Sandra de Sá. Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/autor-de-olhos-coloridos-conta-que-musica-surgiu-de-caso-de-racismo.html>. Acesso em 24/07/2020.

“Você ri da minha boca/Você ri do meu cabelo/Você ri da minha pele/Você ri do meu sorriso/Mas a verdade é que você/ Tem sangue crioulo/Tem cabelo duro/É sarará crioulo”.

A crítica de Luiz Gama antecipa um dos debates mais importantes dos séculos XX e XXI: a questão das identidades. Tema de estudos em diversas áreas do conhecimento, *identidade* passou a ser um conceito central não apenas no universo acadêmico, mas também para a elaboração de políticas públicas e ações afirmativas, entre outras urgências sociais. À época, como já mencionado, havia o debate em torno da identidade nacional no pós-independência, com a tentativa de impor uma versão idealizada dos povos indígenas, que ficou conhecida como “mito do bom selvagem”, estereótipo encontrado na poesia indianista de Gonçalves Dias, nos romances de José de Alencar, entre outros. Gama não só antecipa o debate sobre as identidades como se opõe à representação literária da figura do escravizado oferecida por seus contemporâneos, destituída de voz e de humanidade. Por isso, Silvio Oliveira destaca que a identidade negra é “desmascarada de modo voluntário” na obra de Luiz Gama e nos proporciona uma mudança de perspectiva, um novo ponto de vista. “A inovação e o valor preponderante dos poemas de Gama residem na convicção de sua identidade. *Quem sou eu?* Deve ser lido como parte integrante do corpo poético construído por Gama (no livro e fora dele)” (OLIVEIRA, 2004, p. 189).

Examinemos mais um exemplo de demarcação do pertencimento étnico-racial – ou “constituição de um sujeito étnico negro” ou “*ethos* negro”. O poema *Lá vai verso!* oferece ainda mais elementos para a análise. Passemos à leitura de um excerto com três das sete estrofes:

(...)
 Ó **Musa de Guiné, cor de azeviche,**
 Estátua de **granito denegrado,**
 Ante quem o Leão se põe rendido,
 Despido do furor de atroz braveza;
 Empresta-me o **cabaço d’urucungo,**
 Ensina-me a brandir tua **marimba,**
 Inspira-me a ciência da **candimba,**
 Às vias me conduz d’alta grandeza.
 (...)

Quero que o mundo me encarando veja,
 Um retumbante *Orfeu de carapinha*,
 Que a Lira desprezando, por mesquinha,
 Ao som decanta de **Marimba** augusta;
 E, qual outro Arion entre os Delfins,
 Os ávidos piratas embaiano –
 As ferrenhas palhetas vai brandindo,
 Com estilo que preza a **Líbia adusta**.
 (...)

Nem eu próprio à festança escaparei;
 Com foros de *Africano fidalgo*,
 Montado num *Barão* com ar de zote –
 Ao rufo do **tambor**, e dos **zabumbas**,
 Ao som de mil aplausos retumbantes,
Entre os netos da Ginga, meus parentes,
 Pulando de prazer e de contentes –
 Nas danças entrarei d’altas *caïumbas*.

Iniciemos com as marcas discursivas apontadas pelo uso do léxico. Os grifos em itálico são do próprio autor. As palavras e expressões em negrito foram grifadas por mim, assim destacadas para melhor visualização e análise. Considerando o excerto uma formação discursiva que exemplifica o que chamo aqui de “constituição do sujeito étnico negro” ou “*ethos* negro”, as palavras e expressões em negrito configuram sequências discursivas que materializam essa ideia. Gama inicia elegendo e evocando uma musa diferente da mulher idealizada pelos autores que compõem o cânone do Romantismo brasileiro: não é a donzela pálida e lânguida de Álvares de Azevedo, tampouco “a virgem dos lábios de mel”, como a indígena criada por José de Alencar. Ao referenciar a “Musa da Guiné, cor de azeviche”, Gama inaugura um lugar para a mulher negra na literatura brasileira. Não é o lugar da escrava, de coisa ou de mercadoria, mas um lugar de humanidade onde ele mesmo, como homem negro livre, já se colocou. Ela é o espelho no qual ele se reconhece. Gama afirma uma identidade negra que não é apenas dele, mas coletiva.

Luiz Gama destaca em itálico duas expressões com as quais explicitamente oferece as imagens às quais quer se associar: “Orfeu de carapinha” e “africano fidalgo”. Os epítetos são mostras da autodeterminação do eu-lírico, que reforçam o *ethos* dito. Há, ainda, um conjunto

de palavras que ancoram o pertencimento étnico-racial no vocabulário. Gama, erudito, eloquente, habilidoso no manejo da norma culta e das referências do imaginário cultural eurocêntrico, demonstra, com o uso dessa sequência discursiva, que domina não apenas o português de Portugal mas também o *pretuguês*³⁶ brasileiro. O uso e a compreensão de palavras e expressões como “cabaço d’urucungo”, “marimba”, candimba”, “zabumbas” e caiumbas” demonstram que Gama era fluente não apenas na língua do colonizador, mas também na de “seus parentes” africanos, impregnando sua poesia da sonoridade própria das palavras que o português herdou das línguas bantu³⁷. Aliás, o verso “Entre os netos da Ginga, meus parentes” traz uma referência importante: “Ginga”, a que se refere, Gama, é a rainha Nzinga³⁸, que liderou a resistência contra a invasão portuguesa em Angola no século XVII. Além de trazer a memória de Nzinga, Gama reconhece e circunscreve sua ancestralidade africana, delimitando, assim, o que Asante chama de *localização psicológica*. No paradigma afrocêntrico, o conceito “refere-se ao lugar psicológico, cultural, histórico ou individual ocupado por uma pessoa em dado momento da história” (ASANTE, 2009, p. 96) ou como essa pessoa se relaciona com a informação africana – posicionando-se como alguém “de dentro” ou “de fora” dessa cultura. Não restam dúvidas de que Gama posiciona-se como um *africano*³⁹ nascido no Brasil. Estes são a perspectiva e o posicionamento que Gama vai manter em toda a sua atividade como jornalista.

³⁶ [...] aquilo que chamo de ‘pretuguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe).” (GONZALEZ, 1988). In: “Lélia Gonzalez e o português afro-brasileiro como ato político e de resistência”. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/15594/lelia-gonzalez-e-o-portugues-afro-brasileiro-como-ato-politico-e-de-resistencia>. Acesso em 31/07/2020.

³⁷ Especificamente no caso desse poema, são palavras em quimbundo.

³⁸ “Os africanos capturados pelos portugueses ou comprados na região onde Jinga vivia e governava foram enviados como escravos para o Brasil e a América espanhola e foram os primeiros africanos a chegar às colônias norte-americanas. Esses escravos trouxeram a história e a memória de jinga com eles”. (HEYWOOD, 2019, p. 9)

³⁹ Asante define *africano* como “uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia. (...) falamos dos africanos como indivíduos que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo da África para as Américas, o Caribe e outras partes do mundo durante os últimos quinhentos anos” (ASANTE, 2009, p. 102).

2.3. – A voz negra na imprensa

A época da produção jornalística de Luiz Gama coincide com o início da atividade de imprensa no Brasil. A publicação de qualquer material impresso na então colônia só passou a ser permitida a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa e a instalação da Imprensa Régia. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal brasileiro, começou a circular naquele mesmo ano. Quinze anos depois, em 1823, o jornal *OPaulista* inaugura a imprensa de São Paulo. O periódico era um manuscrito, de exemplar único, que circulava entre cinco assinantes, publicado duas vezes por semana. O primeiro impresso veio só em 1827, chamado *O farol paulistano*. Embora os jornais na maioria das demais províncias contassem com uma distribuição crescente, graças à tipografia, as dificuldades técnicas retardaram o desenvolvimento da imprensa em São Paulo. Em comum a todas as regiões do Império, havia a efemeridade das publicações, algumas chegando a ter apenas uma única edição, além do caráter político e panfletário dos conteúdos veiculados, alguns alinhados à manutenção da monarquia, outros, aos ideais republicanos, além daqueles que defendiam a abolição da escravatura.

Em 1864, Luiz Gama cria, com o ilustrador e caricaturista italiano Ângelo Agostini, o primeiro jornal ilustrado de São Paulo, o *Diabo Coxo*. O semanário “informativo, crítico e humorístico” é um marco na história do jornalismo no Brasil, tendo influenciado o pensamento e os costumes da capital paulista – que finalmente passava a contar com uma publicação à altura da *Semana Ilustrada*, de Henrique Fleiuss, editada no Rio de Janeiro. Considerando que a esmagadora maioria da população era analfabeta, a criação de um semanário ilustrado possibilitou a inserção democrática de toda a sociedade – e não apenas da elite letrada – nos debates da época. Costa destaca que o ilustrador Ângelo Agostini, parceiro de Luiz Gama na empreitada,

Engajou-se muito bem com a conjuntura política da época, pois além de retratar em suas charges uma postura anticlerical, participou intensamente do debate e dos movimentos abolicionistas e republicanos. Seus cartuns da fase inicial fizeram grande sucesso entre os paulistanos, pois exibiam de forma humorística o dia-a-dia da então provinciana São Paulo e faziam críticas à burocracia local e às políticas do Império, notadamente à campanha bélica contra o vizinho Paraguai. Sua atuação política e social foi decisiva para a formação de uma opinião pública contra a escravidão e as inovações de seus trabalhos refletiram a transformação por que começava a viver a cidade de São Paulo. (COSTA, 2007, p.160)

Gama e Agostini tinham algo em comum: eram produtores de imagens. Agostini com a caricatura e Gama com as palavras. Ao eleger a imprensa como tribuna, Luiz Gama nos presenteia com um conjunto de artigos publicados em São Paulo e reproduzidos também por jornais da Corte, entre 1864 e 1882. Fácil de entender, dado o valor estético e ético invariavelmente neles expressos, para além da influência do autor no meio intelectual e político. Ler seus artigos é entrar em contato com os debates da época, entender detalhes, funcionamento e peculiaridades da escravidão que se perderam do registro oficial, receber lições do jurista sobre as leis acerca da escravidão e manumissão, conhecer os valores e o ideário republicano e abolicionista e, sobretudo, conhecer Luiz Gama. A parceria entre Gama e Agostini se repete em *O Cabrião*, semanário ilustrado dominical fundado pelo italiano e pelos brasileiros Américo de Campos e Antonio Manuel dos Reis, em que o abolicionista negro é colaborador. O jornal circulou entre 1866 e 1867. Após a experiência com o *Diabo Coxo*, Gama volta a empreender no ramo da imprensa quando se torna proprietário d’*O Polichinello*, em 1876, outro semanário humorístico publicado aos domingos, que contava com ilustrações do carioca Huáscar de Vergara.

É importante ressaltar que Luiz Gama não inaugura a imprensa negra no Brasil. Petrônio Domingues destaca o ano de 1833 como sendo o início da circulação de jornais como *O Mulato*, *ou o Homem de Côr*, de Francisco de Paula Brito⁴⁰, *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*. Domingues elucida que os periódicos traziam “a questão racial para o centro do debate público” e tinham “o intuito de proclamar a igualdade de direitos entre os cidadãos brasileiros independentemente da cor” (DOMINGUES, 2018, p. 253). Lembrando que Luiz Gama é um ex-escravo que se alfabetiza tardiamente e se liberta, sua inserção social é fruto de uma *invenção de si*. Para tal, entre outras estratégias, o autor elabora uma *apresentação* à sociedade de quem é Luiz Gama, feita por ele próprio. Ferreira afirma que “(...) Luiz Gama constrói imagens de si, ou éthos, ciente de sua função como traços fundantes e/ou estruturantes da autoridade, legitimidade e eficácia discursiva buscadas junto ao público leitor/ouvinte/espectador (...)” (FERREIRA, 2020, p. 44). E ao produzir essas representações sobre si mesmo em diversos escritos publicados na imprensa, Gama afirma uma identidade

⁴⁰Paula Brito foi o mais importante tipógrafo brasileiro do Império, homem negro e que ofereceu o primeiro emprego ao moleque Machado de Assis.

Individual, e que é ao mesmo tempo coletiva, buscando demarcar o lugar social do homem negro livre, em oposição à figura do escravo – representação social produzida pelo Ocidente.

“Eis aqui o Getulino” – agora, na imprensa. O sujeito étnico negro tão bem constituído e demarcado na obra poética, agora é a voz negra que Gama manifesta nas páginas dos jornais. A enunciação explícita de sua negritude é também marca de sua atividade como jornalista. No artigo publicado no jornal *Gazeta do Povo*, em 1880⁴¹, publicado na coluna “Emancipação”, Gama faz uso do direito de resposta, como porta-voz do movimento abolicionista, e vai a público defender o amigo e correligionário José do Patrocínio⁴²:

Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, à semelhança da terra, ao través da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo da sagrada liberdade.

Vemos aqui a continuidade da exposição do *ethos* do Getulino, explicitado na sátira “Quem sou eu?”, agora no jornalismo. Esse “*ethos* negro” originalmente demarcado por Gama é permeado por sua postura política: ética e estética não se separam. Ou, nas palavras de Maingueneau: “O *ethos* constitui, assim, um articulador de polivalência. Recusa toda separação entre o texto e o corpo, mas também entre o mundo representado e a enunciação que o traz” (MAINGUENEAU, 2014, p.278).

A figura do antifiador também está presente nos artigos de Gama. Em “Escândalos⁴³”, publicado no jornal *Radical Paulistano* em 30 de setembro de 1869, o jornalista denuncia as “indignas autoridades” (o corpo do antifiador) que eram coniventes com a escravização ilegal de africanos trazidos para o país após a lei de 1831:

Em vista do movimento abolicionista que está se desenvolvendo no império, a despeito do **croculilismo do imperador**, e dos **inauditos desplantes de seu**

⁴¹ Idem

⁴² José Carlos do Patrocínio (1853 - 1905) foi um dos principais nomes da luta abolicionista no país. Assim como Luiz Gama, também foi jornalista, escritor e ativista político. À época da publicação do artigo “Emancipação”, Patrocínio estava sendo criticado pela realização das Conferências Abolicionistas no Rio de Janeiro. “Nesta fase, Patrocínio não se limitou a escrever: também preparou e auxiliou a fuga de escravos e coordenou campanhas de angariação de fundos para adquirir alforrias, com a promoção de espetáculos ao vivo, comícios em teatros, manifestações em praça pública, etc.”. Fonte: Rádio Agência Nacional. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-ha-110-anos-morria-o-abolicionista-jose-do-patrocinio/>. Acesso em 01/08/2020.

⁴³ In: *Lições de resistência...* (op. cit.)

imoral governo, começam a acautelar-se os **corrompidos mercadores de carne humana**.

Destaco em negrito as expressões com as quais Luiz Gama caracteriza o anti-fiador do discurso (os inimigos da luta abolicionista) e que, de certa forma, também reforçam o *ethos* do fiador, na medida em que se encontram em relação de oposição. Assim, o autor define quem ele é, e também quem ele não é. Gama nos mostra nitidamente quem são seus alvos, contra o que pretende lutar e o uso que fará da imprensa como instrumento nesse embate de ideias.

Neste ponto, convém lembrar que a palavra *ethos*, de origem grega, significa “modo de ser”. Ela que revela o conjunto de valores que orientam uma pessoa em seu agir, seu estar no mundo. Reflete o modo como se relaciona com os demais e diante das estruturas, define, enfim, sua postura na vida em sociedade. Deriva daí, em português, a palavra *ética*. Em suas atitudes e em suas enunciações (tanto literárias quanto nos textos jornalísticos), Luiz Gama apresenta e sustenta seu conjunto de valores. Analisemos mais um exemplo. O trecho abaixo foi publicado no artigo “Um novo Alexandre”, em 20 de novembro de 1869, no *Correio Paulistano*. Nele, Gama revela o motivo de sua demissão do cargo de amanuense da Secretaria de Polícia: “para que deixasse eu de promover e patrocinar causas de manumissão de escravos”. A tentativa de intimidação veio de seu até então amigo e protetor Conselheiro Furtado de Mendonça, que falava em nome presidente da província, Dr. Antonio Cândido da Rocha. Se Gama abandonasse a atividade abolicionista, manteria o emprego. Porém, não teve arrego:

Eu não sei transigir com a infâmia. Entre mim e o governo da província seria impossível o acordo proposto. (...) o homem honesto sofre, mas não se corrompe, nem se vende. (...) Eu advogo de graça, por dedicação sincera, as causas dos desgraçados; não pretendo lucros nem temo violências.⁴⁴

O trecho remete ao fiador do discurso, buscando atestar seu caráter, evocando o corpo fora do texto. Em inúmeras passagens discursivas e ao longo de toda sua vida, Luiz Gama demonstra suas capacidades intelectuais e seus valores morais, que o posicionam em um lugar de estima social, constituindo, assim, sua reputação.

Associada à honra ou ao prestígio social, a reputação é o bem mais precioso daqueles que têm muito o que perder, mesmo sem nada possuir, como descreveria Gama. Axel Honneth

⁴⁴ “Um novo Alexandre”. Publicado no *Correio Paulistano*, em 20 de novembro de 1869. In *Lições de resistência* (op. cit).

ressalta que a noção de honra se refere à “medida relativa de reputação social que uma pessoa é capaz de adquirir quando consegue cumprir habitualmente expectativas coletivas de comportamento atadas ‘eticamente’ ao *status* social” (HONNETH, 2009, p. 201). A aderência aos valores compartilhados por determinada coletividade confere a estima social, esfera da luta por reconhecimento. A coletividade a que me refiro aqui certamente não é a sociedade escravagista, regida pela política monárquica do Império. A comunidade de valores à qual Luiz Gama adere e pela qual se torna respeitado (por uns, e compulsoriamente tolerado por outros), é aquela compartilhada por abolicionistas, republicanos e maçons, grupos aos quais Gama não apenas se filiou, mas liderou. A essa complexa operação, soma-se o fato de que as “expectativas coletivas de comportamento” no caso dos homens negros eram apenas as de que servissem, trabalhassem e produzissem para os brancos sem reclamar – como uma máquina ou um animal de carga. Não havia uma expectativa social sobre a humanidade desses sujeitos. Dessa forma, Luiz Gama não apenas adere a uma comunidade de valores como também é um dos criadores desse novo sujeito social: o homem negro livre⁴⁵.

O *ethos* construído socialmente é frequentemente reafirmado por Gama em seus artigos, pois, como nos alerta Charaudeau, a identidade social de um grupo é frágil e “deve ser constantemente defendida, reforçada ou simplesmente lembrada, já que tende a enfraquecer” (CHARAUDEAU, 2016, p. 29). Por diversas vezes, Gama se vale da tribuna da imprensa para desmentir boatos a seu respeito, reafirmar seus valores e defender sua honra.

Certa feita, no ano de 1871⁴⁶, inimigos da luta abolicionista e do envolvimento da maçonaria na causa, investiram seu tempo num exercício de imaginação para criar e propagar a falsa informação de que Luiz Gama estaria promovendo “uma tremenda insurreição de escravos”, o que seria atestado por “agentes da internacional⁴⁷” – era o começo das *fake news*⁴⁸!

⁴⁵ A palavra “homem” aqui não é usada como sinônimo de ser humano, designa apenas as pessoas identificadas com o gênero masculino, visto que, à época, os papéis sociais eram fortemente determinados pela condição de gênero, não sendo comum às mulheres a participação na esfera pública (fossem elas brancas ou negras).

⁴⁶ Ano da Comuna de Paris, experiência de tomada de poder pelo proletariado na capital francesa, que durou apenas dois meses e terminou com dezenas de milhares de pessoas presas, torturadas e mortas.

⁴⁷ Refere-se aos membros da organização marxista fundada em Londres em 1864.

⁴⁸ A genial comparação do episódio ocorrido com Gama em 1871 com a indústria de mentiras que determinou os rumos da política brasileira e o resultado das eleições de 2018 foi feita pela Profa. Dra. Ligia Ferreira, em uma das várias palestras dela que tive o prazer de assistir durante o desenvolvimento desta dissertação.

Gama, então, publica um artigo no *Correio Paulistano*, no dia 10 de novembro, intitulado “Luiz G. P. Gama”, em que diz:

Protesto sinceramente, não só para fazer calar os meus caluniadores políticos, como aos inimigos da Loja América, que não sou nem serei jamais agente ou promotor de insurreições, porque de tais desordens ou conturbações sociais não poderá provir o menor benefício à mísera escravatura, e muito menos ao partido republicano, a que pertencço, cuja missão consiste, entre nós, em esclarecer o país.

Se algum dia, porém, os respeitáveis juízes do Brasil esquecidos do respeito que devem à lei, e dos imprescindíveis deveres, que contraíram perante a moral e a nação, corrompidas pela venalidade ou pela ação deletéria do poder, abandonando a causa sacrossanta do direito, e, por uma inexplicável aberração, faltarem com a devida justiça aos infelizes que sofrem escravidão indébita, eu, por minha única responsabilidade, aconselharei e promoverei, não a insurreição, que é um crime, mas a “resistência”, que é uma virtude cívica, como a sanção necessária para pôr preceito aos salteadores fidalgos, aos contrabandistas impuros, aos juízes prevaricadores e aos falsos impudicos detentores.

Tanto o ato de ofender quando o de defender a honra eram comuns na imprensa do século XIX (talvez esse hábito não tenha ficado no passado). Defender a honra, aqui, também é uma necessidade não apenas individual, mas coletiva: a de evitar o rebaixamento ou a detração moral dos grupos sociais identificados com a imagem de Luiz Gama: os maçons, os republicanos, os abolicionistas. Gama era um símbolo que sintetizava essas causas e trazia na própria pele a experiência da luta pela liberdade.

Na esfera individual, o excerto acima nos mostra o caminho percorrido por Gama para a conquista do prestígio social alcançado – como também os constantes embates para mantê-lo. O abolicionista negro era um profundo conhecedor das leis, às quais respeitava e das quais exigia o cumprimento por parte dos operadores do direito. O que não significa, porém, uma postura subordinada ou fatalista diante do *status quo*. Pelo contrário: Gama nunca se conformou com o estado de coisas à sua volta, se rebelou contra os sistemas escravista e monárquico impostos e “declarou guerra de morte aos salteadores da liberdade”⁴⁹. O equilíbrio entre a insubordinação e o respeito às leis parece ter sido um dos componentes para o estabelecimento da reputação do abolicionista negro.

Num exercício ontológico de autodeterminação, Gama recusa essas e outras “mentiras extravagantes” – não só nesse episódio, mas em toda a vida – e não aceita imposições exteriores

⁴⁹ “Pela última vez”. In: *Lições de resistência...* (op. cit.)

a si sobre quem ele é. Recusa, portanto, a “morte social” imposta ao sujeito negro pela escravidão. Caracterizada como “a elaboração coletiva da privação de direitos e da exclusão social” (HONNETH, 2009, p. 218), a morte social se refere a um tipo de negação de reconhecimento pela degradação ou humilhação do grupo ou indivíduo, contra a qual, como vimos, Gama se dispõe a combater, por meio da imprensa, na esfera do debate público.

Tudo isso faz de Luiz Gama um *player* ou um *agente*: aquele que conhece as regras do jogo e está no jogo social. Seguindo o ensinamento do ditado popular que diz que “a melhor defesa é o ataque”, Gama também se utiliza do espaço da imprensa para ferir a estima social dos inimigos das lutas abolicionista e republicana, com a diferença de que, para tal, não se valia de boatos ou *fake news*, mas da exposição da prevaricação do direito, do abuso de autoridade, da interferência entre poderes, etc. Vejamos mais exemplos.

O caso do africano Jacinto rendeu. No artigo publicado no *Radical Paulistano* em 13 de novembro de 1869, Gama traz ao conhecimento do público leitor o caso do preto Jacinto, “africano, congo de nação, importado do Rio de Janeiro, no ano de 1848, e levado para a cidade de Jaguari, província de Minas Gerais, no ano de 1849, por Antonio Gonçalves Pereira”. O texto é um registro da indignação do abolicionista negro diante da obstrução de direitos dos escravizados ilegalmente. Após reproduzir a petição dirigida ao juiz Antonio Pinto do Rego Freitas, na qual argumentava, reunia provas e arrolava testemunhas de que Jacinto havia sido importado para o Brasil após a lei de 1831 e, portanto, era um africano livre, Gama publiciza também o despacho do juiz: “requeira ao juízo competente”. Com essas quatro palavras, Rego Freitas se eximia de analisar a denúncia, sob a determinação de que fosse encaminhada para o município onde residia Jacinto – determinação essa que não contava com qualquer respaldo legal, como elucida Luiz Gama:

E doze dias estudou o sábio jurisconsulto para lavrar esse inconcebível despacho que faria injúria a inteligência mais humilde!

REQUEIRA AO JUÍZO COMPETENTE?!...

Consinta o imponente juiz, sem ofensa do seu amor próprio, que muito respeito, e da reconhecida ilustração de seus venerandos mestres, que eu lhe dê uma proveitosa lição de direito, para que não continue a enxovalhar em público o pergaminho de bacharel que foi-lhe conferido pela mais distinta das faculdades jurídicas do Império.

Esta lição está contida e escrita com a maior clareza na seguinte disposição de Lei, que o meritíssimo juiz parece ou finge ignorar:

“Em qualquer tempo, em que o preto requerer a QUALQUER JUIZ DE PAZ, OU CRIMINAL, que veio para o Brasil depois da extinção do tráfico, o juiz o interrogará sobre todas as circunstâncias que possam esclarecer o fato, e OFICIALMENTE PROCEDERÁ A TODAS AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA CERTIFICAR-SE DELE, obrigando o senhor a desfazer as dúvidas que suscitarem-se a tal respeito.

HAVENDO PRESUNÇÕES VEEMENTES DE SER O PRETO LIVRE, O MANDARÁ DEPOSITAR e proceder nos mais termos da Lei.”

Nessa disposição é que deveria o sr. dr. Rego Freitas estribar o seu despacho, como juiz íntegro, e não em sofismas fúteis que bem revelam a intenção de frustrar o direito de um miserável africano, que não possui brasões nem títulos honoríficos para despertar a simpatia e a veia jurídica do eminente e amestrado jurisconsulto.

A ira de Luiz Gama advém da compreensão de que o “reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado” (HONNET, 2009, p. 220). E diante de tais “sofismas fúteis”, mesmo tendo como autor o “imponente juiz”, Gama não se intimida e dá “uma proveitosa lição de direito” ao magistrado e a todo o público leitor. O “impertinente rábula⁵⁰” não poupa insultos e indignação, com a convicção de quem está do lado certo da justiça, de um cidadão que não se deixa intimidar pelos abusos das autoridades. O *ethos* discursivo revela uma postura ética para fora do texto, que busca demarcar, como já dito, o lugar social do homem negro livre, entre a insubordinação e o respeito aos marcos legais que regulam a sociedade da época.

Gama recorre ao Direito e à Imprensa como estratégias complementares para a obtenção de duas formas de reconhecimento social: no primeiro caso, o alvo são as relações jurídicas, o reconhecimento de negros e negras como sujeitos de Direito e, enfim, a mudança do marco legal que tornava aceitável a escravização de seres humanos. E por meio da imprensa, Gama buscava incidir sobre a esfera do reconhecimento da estima social, que diz respeito à comunidade de valores que permitia o assentimento moral da escravidão, com o objetivo de conduzir a humanidade a um novo marco civilizatório.

⁵⁰ Gama usa a expressão para se referir a si mesmo, de forma irônica, nesse mesmo artigo.

Capítulo 3 – Um Cristo Negro: representação e restituição da humanidade

*Meu estilo é pesado
E faz tremer o chão
Minha palavra vale um tiro
Eu tenho muita munição
Racionais MC's*

Em maio de 2020, a Profa. Dra. Ligia Fonseca Ferreira, a mais importante pesquisadora da obra do Orfeu de Carapinha, publicou o livro *Lições de resistência: Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*. A obra é resultado do trabalho de três anos em arquivos e diferentes acervos, onde se encontravam dispersos e sem catalogação os escritos de Gama na imprensa do século XIX. Até a publicação, pela mesma autora, de *Com a Palavra, Luiz Gama*, de 2011, eram conhecidos 19 artigos do jornalista Luiz Gama. *Lições de resistência* publiciza no total 61 textos (entre já conhecidos e inéditos), fornecendo um panorama mais amplo da atuação desse autor no campo do Jornalismo. Ferreira nos lembra que o meio intelectual e literário da época era predominantemente – e talvez não fosse exagerado dizer *exclusivamente* – masculino, no qual “escrever e ser lido” eram “dois fatos em relação íntima com o poder”:

Promoção social, participação ativa na vida da cidade: entendemos o duplo atrativo da imprensa, atividade de caráter altamente simbólico para Luiz Gama. O ex-escravo, tendo experimentado assim a antítese do status de cidadão, irá, entre outras coisas, procurar exercer a cidadania através da escrita: "cidadão" livre (uma noção etimologicamente oposta àquela do "sujeito" submetido à autoridade do soberano), o "democrata" Luiz Gama ataca ferozmente a monarquia - aos olhos dele, um sistema indissociável da escravidão - e, de um ponto de vista mais amplo, causa da supressão de todas as liberdades⁵¹. (FERREIRA, 2001, p. 247, tradução nossa)

⁵¹ “Promotion sociale, participation active dans l’a vie de la cité: on comprend le double attrait de la presse, activité revêtue d’un caractere hautement symbolique pour Luiz Gama. L’ancien esclave, ayant donc connu l’antithèse du statut de citoyen, cherchera entre autres à exercer as citoyenneté à travers l’écriture: “citoyen” libre (notion d’ailleurs étymologiquement opposée à celle de “sujet” soumis à l’autorité du souverain), le “démocrate” Luiz Gama s’en prend avec acharnement à la Monarchie à ses yeux indissociable du système esclavagiste et, d’un point de vue plus large, cause de la suppression de toutes les libertés.” (FERREIRA, 2001, p. 247)

Dessa forma, a opção de trilhar o caminho da comunicação não foi fortuita e denota uma vontade de demarcação social e de ampliação da audiência. E como o grande pioneiro que foi, Gama também deixou suas contribuições para a definição dos gêneros jornalísticos, os princípios e as regras do campo, e até mesmo as linhas iniciais da função de ombudsman. Revisitando o tema, a partir das discussões iniciadas no Ocidente por Platão e continuadas por Bakhtin, Derrida e José Marques de Melo, Jorge Medina sistematiza uma classificação em três grupos de gêneros textuais jornalísticos: os gêneros informativos (“nota, notícia, reportagem, entrevista, título e chamada”), os gêneros opinativos (“editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, carta, crônica”) e os gêneros utilitários ou prestadores de serviços (“roteiro, obituário, indicadores, campanhas, ‘ombudsman’, educacional”) (MEDINA, 2001, p. 51). Luiz Gama produziu nessas três categorias, tendo sido ainda “empresário do jornalismo, ao fundar o semanário político *O Polichinelo*, ilustrado por Huáscar de Vergara, em formato tabloide de oito páginas, que circulou de 16 de abril a 31 de dezembro (FERREIRA, 2020, p. 47) do ano de 1876. E, a essa altura, Gama já era um empresário experiente: sua primeira incursão nessa atividade havia sido em 1864, com o *Diabo Coxo*.

No século XIX, o jornalismo ainda não era um campo bem definido e se confundia, em diversos momentos, com a literatura. O jornalista não era exatamente um profissional, mas alguém letrado que tinha determinadas ideias, convicções ou pensamento político e um desejo de intervenção social. Era comum e esperado que os jornais tivessem opinião, fossem partidários e panfletários. O jornalismo como conhecemos hoje – noticioso, com lide, pirâmide invertida e pretensa objetividade – é uma convenção moderna, capitalista, já do século XX. Assim, à época da produção do jornalista Luiz Gama, as fronteiras entre os gêneros eram mais fluidas, o que não nos impede de identificar características – mais ou menos – bem definidas. Vale lembrar que o exercício aqui não é o de elaborar um estudo ou uma genealogia dos gêneros textuais ou jornalísticos, mas apontá-los na produção escrita do jornalista Luiz Gama.

Como já mencionado, Gama desenvolve simultaneamente as atividades de advogado e jornalista: “a atuação profissional do advogado complementava-se, pois, com a do ‘jornalista e/ou cronista jurídico’ (FERREIRA, 2020, p. 53). Em sua atuação na defesa de “pessoas livres, ilegalmente escravizadas”, como ele próprio se referia, Gama se tornou um juriconsulto, uma referência na legislação sobre alforriamentos. É como especialista que ele assina as colunas “Foro de [nome da cidade]”, em jornais como o *Correio Paulistano* e o *Radical Paulistano*, e

artigos intitulados “Questão forense” e “Questão jurídica”, entre outros, veiculados em periódicos como *A Província de São Paulo*. Didático como um professor, Gama, no excerto abaixo, escolhe o método de pergunta e resposta para elucidar uma questão sobre escravos fugidos:

– Podem ser vendidos como bens do evento os escravos fugidos, cujos donos se não conheçam depois das diligências legais para descobri-los?

Não podem ser vendidos como bens do evento os escravos fugidos, cujos donos se não conheçam depois das diligências legais para descobri-los; porque tais escravos devem ser declarados livres. (...)

O direito é a vida; repele por sua índole as soluções de continuidade; como a verdade, é sempre o mesmo: como o progresso, é a evolução perpétua; como a luz, é uma força regeneradora: e, como a liberdade, eterno e inquebrantável.

Difere da lei, porque é o princípio, e esta, uma modalidade.

Toda lei que contraria o direito em seus fundamentos é uma violência; toda violência é um atentado. O legislador que o decreta é um tirano; o juiz que o executa, um algoz; o povo que o suporta, uma horda de escravos. A lei só é legítima quando promulgada pelo povo; o povo que legisla é um conjunto de homens livres: a lei é a soberana vontade social; a causa, o direito natural.⁵²

O artigo, opinativo, é longo e subdividido em oito itens. Veiculado no jornal *A Província de São Paulo*, fundado e lido pela elite paulistana, o texto elucidava, baseado em sólida argumentação jurídica, questões sobre o direito dos escravizados: o jurista educa as elites. Ao final do artigo, Gama ainda relata um episódio ocorrido durante uma sessão judiciária em que se discutiu uma ordem de *habeas corpus* por ele impetrada “em favor de seis infelizes”, que motivou a escrita (e aproveita a anedota para expor mais um caso de prevaricação por parte do juiz). Muito antes de as tendências de mercado apostarem na segmentação de conteúdos para diferentes públicos, Luiz Gama desenvolveu algo muito próximo do que posteriormente viria a se caracterizar como Jornalismo Especializado.

Gama antecipa, não exatamente da mesma forma como conhecemos hoje, a função de *ombudsman*. Oficialmente criado em 1967 por uma empresa de mídia nos Estados Unidos e implementado no Brasil em 1989 pela *Folha de S. Paulo*, o cargo de *ombudsman* se popularizou como “advogado dos leitores”. O ou a *ombudsman* (palavra de origem sueca e sem flexão de

⁵² “Questão forense”, artigo publicado em *A Província de São Paulo*, em 14 de outubro de 1880. In: *Lições de Resistência* (ver bibliografia), p. 244 e 245.

gênero) é alguém pago pela empresa para monitorar e criticar o próprio noticiário, observando os princípios do Jornalismo. Como figura pública influente e atuante em seu tempo, Gama acompanhava (e pautava) os debates sociais veiculados na imprensa e não se eximia de tomar posição diante das discussões. Era uma espécie de vigilante da imprensa. Gama se torna um *agente* do campo da comunicação e se posiciona em defesa das regras do mesmo. É o que percebemos com a leitura do artigo “O imperador e a liberdade de imprensa”, publicado no jornal *Correio Paulistano*, em 1º de novembro de 1873 (texto na íntegra nos anexos).

O texto trata de um assunto polêmico: uma dívida que o imperador D. Pedro II contraiu ao se hospedar em um hotel de luxo na cidade do Porto, em Portugal. A conta ficou cara demais e o “imperial hóspede” voltou ao Brasil sem arcar com sua despesa. A proprietária do estabelecimento, então, dirigiu-se à capital do império para cobrar o calote, e publicou um relato no *Jornal do Comércio*. A partir daí, conta e analisa o próprio Luiz Gama:

Ao que parece, a população da corte referveu em grossa indignação ante aquele publicado, tido como descomunal afronta ao imperador.

As iras ergueram-se principalmente contra o *Jornal do Comércio*, tomando parte direta na clamorosa vindicta alguns jornais da corte, e notadamente, o *Diário do Rio* e a *República*.

Esta indignação contra o *Jornal do Comércio* é que se nos afigura absolutamente injusta e mal cabida.

O publicado inserido naquela folha contra o “primeiro cidadão do Império” representa um alto e nobre princípio – a liberdade de imprensa.

Atacar o jornal pelo motivo exposto é atacar aquele princípio; é pretender que a imprensa abata-se às condições de turbulo, sempre que ante ela se assume o vulto de uma alto personagem.

Solicitam muito especial atenção as doutrinas exibidas a tal propósito pelo *Diário do Rio*.

Mais realista que o rei, o *Diário* apela para o inviolável e sagrado da pessoa imperial, elevando a constitucional ficção ao grau de refinado fetichismo.

O que é certo, é que a magna questiúncula está dando brados.

Tão grande importância não costumam ter assuntos de interesse público, o que aliás é lógico e coerente com os tristes abatimentos a que o imperialismo mais e mais afeiçoa o aviltado feudo.

Feios tempos estes!

Não concordamos igualmente com a posição assumida na polêmica pelo jornal *República*.

Pesa-nos sobremodo, mas sem dúvida serão aqueles nossos distintos correligionários os primeiros em reconhecer que em nossa franqueza não vai ofensa alguma, porém somente o exercício de um direito, se não o cumprimento de um dever⁵³.

⁵³ “O imperador a liberdade de imprensa” – *Correio Paulistano*, 1º de novembro de 1873. In: *Lições de resistência* (op. cit.), p. 230.

O artigo é um registro da *legitimidade* que Luiz Gama conquista entre seus pares, por meio do reconhecimento de sua identidade social como sujeito político (CHARAUDEAU, 2006). A legitimação é “um dos três espaços das estratégias de discurso”, que visam “determinar a posição de autoridade que permite ao sujeito tomar a palavra” (CHARAUDEAU, 2018, p. 295). Essa legitimidade está associada à reputação, ao reconhecimento social e ao *ethos*, já analisados no capítulo anterior. A biografia de Luiz Gama confere-lhe uma posição destacada e diferenciada em relação às de outras pessoas de mesma origem. À época, ao negro, fosse brasileiro ou africano, escravizado ou livre, cabia o silêncio. Mas Gama, a partir de seu letramento, autodidatismo, atuação política e social, conquista o direito de falar, torna-se uma voz insurgente e dissidente, a bradar por um novo projeto de nação. Nas palavras de Fanon: “Falar é estar em condições de empregar certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p.33). É a partir desse *locus* enunciativo que Gama se insere na disputa específica do campo da comunicação, no qual ele e outros agentes,

munidos de diversos *quantum* de capital, disputam o direito à legitimidade: não apenas o de “falar” no campo, mas, principalmente, o de determinar o que é legítimo ser falado. O capital específico do campo é o que está em jogo e, ao mesmo tempo, a moeda que dá poder ao jogador. A partida de jogo pressupõe jogadores dotados de um *habitus* que implica o reconhecimento das regras e dos instrumentos de disputa. (LAGO, 2015, p. 735)

A defesa do princípio da liberdade de imprensa não está desconectada das demais bandeiras de luta de Luiz Gama. Como republicano radical, defensor da democracia, ele jamais toleraria amarras ou limitações à livre expressão, ao livre pensamento e ao debate de ideias. Sendo o jornalismo “filho direto dos arranjos institucionais da democracia liberal” (OLIVEIRA, 2020, p. 27), é lógica a opção de Luiz Gama pela tribuna da imprensa como uma das formas de atuação na esfera pública. Como nos lembra o professor Dennis de Oliveira,

Não é à toa que a prática do jornalismo está no mesmo diapasão que ideias como liberdade, cidadania, interesse público, democracia. E também não é à toa que todas as tentativas de instauração de sistemas autoritários sempre têm no controle do jornalismo uma das suas principais medidas. (OLIVEIRA, 2020, p. 27)

Seja como vigilante ou autor das notícias veiculadas nos jornais, Gama foi alguém que se posicionou e registrou o seu tempo – foi um “narrador da contemporaneidade” (MEDINA, 2014).

A narração é característica da reportagem. Nesse gênero, o repórter atua como os olhos e os ouvidos do leitor – que, na maioria das vezes, não teve acesso aos fatos originais. A função do repórter é, portanto, a de apurar e relatar os fatos àqueles que não os presenciaram, com o objetivo de informar a sociedade sobre acontecimentos relevantes. A atuação do jornalista e abolicionista negro permite a circunscrição de Gama na definição proposta por Cremilda Medina: “considera-se o REPÓRTER como autor das narrativas dos conflitos que caracterizam a cidadania e os dela excluídos, e as demais esferas a ela afetas, como a própria ciência” (MEDINA, 2014, p.16). De acordo com a conceituação proposta, pode-se considerar que Luiz Gama é possuidor de

uma estética autoral, o criador de uma assinatura que respira e transpira a coletividade. E diante da riqueza disponível na oratura, o escritor desse texto cria um ou múltiplos narradores. Na cena dramática que a narrativa da contemporaneidade – ou se quiserem, a Reportagem – edita, os conflitos do caos real sustentam o cosmo simbólico e a assinatura coletiva que atravessa um Autor se torna polifônica e polissêmica, descentralizada, democrática. O rigor das referências (dados objetivos, informações colhidas, interpretações especializadas) forma um fundo conceitual, um cenário de ideias que não pode esmagar a saga dos heróis, anti-heróis do protagonismo social em processo. (MEDINA, 2014, p. 18)

O repórter não retrata a realidade isenta e imparcialmente, como as postulações, já superadas, sobre objetividade pretendiam tornar verdadeiras. Ao noticiar um fato, sempre o fazemos atravessados por esse mesmo fato, a partir das nossas subjetividades e influenciados por nossas mediações. Assim, ao retratar a realidade, revelamos também a nossa relação com a realidade (e às vezes, isso fica mais evidente do que o fato em si).

Embora seja uma profissão muito glamourizada e que os próprios profissionais tenham dificuldade de se entender enquanto categoria trabalhista, a escolha pelo jornalismo implica uma vontade de intervenção social, um desejo de ser agente de algum tipo de transformação. Ser repórter é usar as técnicas jornalísticas (apuração, entrevista, seleção e edição) para contar uma história, denunciar irregularidades, fiscalizar o poder público, mas também manter a capacidade de se emocionar com os dramas humanos e de se indignar contra as injustiças sociais. É saber que, ao chegar para fazer a cobertura de um incêndio numa favela ou de uma inundação numa comunidade ribeirinha, às vezes é melhor deixar o equipamento no carro e ajudar as pessoas a salvar seus poucos pertences, e só depois gravar as entrevistas. É desconfiar sempre dos políticos e suas inaugurações às vésperas de eleição. É um dia falar de cinema, no outro de economia e no seguinte de homicídio. É saber um pouco de tudo. A lógica capitalista

impregnada nas redações levou ao achatamento dos salários, enxugamento das redações, acúmulo de função e produção estilo pastelaria: repórteres se desdobram para fechar duas ou três matérias por dia, pouco aprofundadas, em curto tempo. Nem mesmo o aumento do número de processos trabalhistas contra as empresas muda esse cenário. Trabalhei por quase dez anos no jornalismo diário, em emissoras de rádio, e sei que o ritmo de linha de produção não permite, na maioria das vezes, que se reflita sobre o que está sendo feito. E ainda tem as disputas entre os concorrentes por audiência. Mesmo com tudo isso, *SHOW, DON'T TELL!* continua sendo um imperativo para uma boa reportagem. A expressão, em inglês, nos lembra que melhor do que contar uma história é *mostrar* o fato para o leitor, ouvinte ou expectador. E Luiz Gama já sabia disso.

Em 1880, aos 50 anos de idade e certamente já cansado dos golpes e armadilhas contra a luta abolicionista, Gama usa a tribuna da imprensa para publicar uma carta dirigida ao amigo Ferreira de Menezes (texto na íntegra nos anexos). Gama escreveu muitas cartas, algumas célebres, nas quais registrou fatos históricos, desenvolveu argumentos em favor de suas ideias revolucionárias e por meio das quais ele fornece elementos para a construção de sua figura pública. Dessa vez, ele escolhe o gênero epistolar para narrar dois episódios de punição a escravizados que culminaram com a morte dos envolvidos. Exemplos da crueldade humana. O destinatário da carta, José Ferreira de Menezes, foi advogado e jornalista negro, amigo de Luiz Gama, e proprietário do jornal *Gazeta da Tarde*, o principal periódico abolicionista do Rio de Janeiro.

São Paulo, 13 de dezembro de 1880

Meu caro Menezes,

Estou em a nossa pitoresca choupana do Brás, sob ramos verdejantes de frondosas figueiras, vergadas sob o peso de vistosos frutos, cercado de flores olorosas, no mesmo lugar onde, no começo deste ano, como árabes felizes, passamos horas festivas, entre sorrisos inocentes, para desculpar ou esquecer humanas impurezas.

Daqui, a despeito das melhoras que experimento, ainda pouco saio à tarde, para não contrariar as prescrições do meu escrupuloso médico e excelente amigo, Dr. Jaime Serva.

Descanso dos labores e elocubrações da manhã, e preparo o espírito para as lutas do dia seguinte.⁵⁴

⁵⁴ “Carta ao Dr. Ferreira de Menezes” – *Gazeta da Tarde*, 16 de dezembro de 1880 e *A Província de São Paulo*, 18 de dezembro de 1880. In *Lições de Resistência...* (op. cit.), p. 262-266.

Ao decidir publicar a carta, Gama abre mão da privacidade e multiplica os destinatários de sua comunicação. O documento foi publicado no dia 16 de dezembro na *Gazeta da Tarde*, e posteriormente no dia 18 de dezembro no jornal *A Província de São Paulo*. Sobre o texto, Ferreira comenta:

Nesse que se trata de um dos últimos e mais pungentes libelos, Luiz Gama sintetiza em algumas linhas o trágico destino de "milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África" da qual também se sentia filho. O propósito da carta, no entanto, era revestir de heroísmo o gesto desesperado de quatro escravos do interior paulista que, depois de assassinar seu senhor, entregaram-se à polícia, sendo pouco depois linchados pela população ensandecida. Luiz Gama expressava-se mais uma vez com sua ira santa, buscando quem sabe despertar alguma compaixão. Fala, como sempre, movido pela ancestralidade, pelo sangue africano que lhe corre nas veias. Não à-toa, escolheu uma forma original para tratar o assunto, ou seja, uma carta a seu "irmão de cor" Ferreira de Menezes. (FERREIRA, 2011, p.98 e 99)

Após relatar o “martirólogo sublime dos quatro Espártacos” (mencionado na citação acima), o repórter Luiz Gama narra um outro episódio, ocorrido no município de Limeira, no interior paulista. Apesar de fazer uso do gênero epistolar, iniciando o texto com um tom e informações pessoais – estratégia enunciativa para cativar e estabelecer o contrato de comunicação com o leitor – trata-se de um texto híbrido, em que Gama noticia um outro fato: um trágico episódio de fuga de escravizado que culmina com a pena de morte.

Foi no município de Limeira; o fato deu-se há dois anos. Um rico e distinto fazendeiro tinha um crioulo do norte, esbelto, moço, bem parecido, forte, ativo, que nutria o vício de detestar o cativo: em três meses fez dez fugidas!

Em cada volta sofria um rigoroso castigo, incentivo para nova fuga.

[A] mania era péssima, o vício contagioso e perigosíssima a imitação.

Era indeclinável um pronto e edificante castigo.

Era a décima fugida, e dez são também os mandamentos da lei de Deus, um dos quais, o mais filosófico e mais salutar é *castigar os que erram*.

O escravo foi amarrado, foi despido, foi conduzido no seio do cafezal, entre o bando mudo, escuro, taciturno dos aterrados parceiros; um Cristo negro, que se ia sacrificar pelos irmãos de todas as cores.

Fizeram-no deitar; e cortaram-no a chicote, por todas as partes do corpo; o negro transformou-se em Lázaro, o que era preto se tornou vermelho.

Envolveram-no em trapos...

Irrigaram-no de querosene, deitaram-lhe fogo... Auto-de-fé agrário!...

Foi o restabelecimento da Inquisição, foi o renovamento do touro de Fálaris, com a dispensa do simulacro de bronze, foi a figura das candeias vivas dos jardins romanos: davam-se,

porém, aqui duas diferenças: a iluminação fazia-se em pleno dia; o combustor não estava de pé, empalado, estava decúbito; tinha por leito o chão, de que saíra e para o qual ia volver em cinzas.

Isto tudo consta de um auto, de um processo formal; está arquivado em cartório, enquanto seu autor, rico, livre, poderoso, respeitado, entre sinceras homenagens, passeia ufano por entre os seus iguais.

A palavra na folha impressa é como tinta a óleo sobre a tela. Imagens são construídas em nossas mentes palavra após palavra, frase após frase. A dor do chicote, a queimadura do fogo. Medo. Terror. Castigo e impunidade. Sensações, cores, referências bíblicas, história antiga, adjetivos e sequência de fatos são elementos literários e estilísticos que Gama incorpora a esse relato do real, produzindo um texto com características do que se convencionou chamar, a partir dos anos 1960, de Jornalismo Literário. Em um artigo para o Observatório da Imprensa, Angélica Fabiane Weise nos lembra que “o jornalismo é fato da realidade. A literatura, da realidade somada à ficção. O jornalismo literário, logo, é uma miscelânea de ambos”. E nos ajuda na conceituação do estilo: “cumpre a missão de informar, preservando a essência jornalística, porém com ganho em vocabulário, estrutura narrativa e aprofundamento de conteúdo”⁵⁵.

Com descrição, narração e interpretação, o repórter Luiz Gama nos mostra a barbárie da escravidão, sem esquecer de responder às perguntas do lide – o quê, quem, quando, onde, como e por quê? – apenas com a diferença de que essas informações não estão condensadas no primeiro parágrafo. Concordando com Nilson Lage, sobre a reportagem narrativa, Gama “mais relata do que interpreta, mas isso não suprime a militância: participa ao escolher uma perspectiva, que não é necessariamente a do veículo ou do leitor” (LAGE, 2005. p. 145). “Valho tanto como eles⁵⁶”, “ombreio com o infeliz⁵⁷”: com essas e outras expressões escritas por diversas vezes em seus artigos, Gama deixa nítida sua perspectiva: a de homens e mulheres

⁵⁵ “Para compreender o jornalismo literário” – artigo publicado em 22 de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/ed730_para_compreender_o_jornalismo_literario/. Acesso em 30 de novembro de 2020.

⁵⁶ “Eis a razão por que tomei a mim voluntariamente a proteção, se bem que fraquíssima, dos que litigam pela sua emancipação. Valho tanto como eles; estou no meu posto de honra, embora açoitado no patíbulo da difamação pelo azorrague dos escárnios da opulenta grandeza”. – artigo publicado na coluna “Foro da Capital. Questão de Liberdade”, por Luiz Gama no jornal *Correio Paulistano*, em 13 de março de 1869. In: *Lições de Resistência* (op. cit.), p. 118-123.

⁵⁷ Eu bem sei que na escala social onde foi-me designado ocupar o mais ínfimo lugar, (...) ombreio com o infeliz por cujos pugnei, mas nem por isso desistirei da empresa começada (...). – artigo sem título publicado no jornal *Correio Paulistano*, em 26 de agosto de 1864. In: *Lições de Resistência* (op. cit.), p. 99-100.

negras em luta pela liberdade. E é a partir desse ponto de vista que ele representa esses personagens e apresenta suas histórias nas páginas dos principais jornais da época.

Representar é um dos principais atos de linguagem. Através dele, nomeamos, damos sentido, enfim, damos vida a uma existência para além dela mesma. A representação é um duplo: ela se refere ao ser que representa, mas também é um ente em si. Algumas tornam-se maiores que o representado. Outras, cristalizam imagens parciais, que se tornam verdades universais. Representar é usar *ofò*, a palavra, para produzir sentido, para construir realidades. “Representação é a produção de sentido através da linguagem” (HALL, 1997, p.28). A palavra é a matéria da representação.

Ofò é um termo iorubá, preservado pelas religiões de matriz africana, que diz respeito ao poder de realização, materialização e produção de significados e sentidos por meio das palavras. Nada se faz, nada começa, nada existe sem *ofò*. *Ofò* é o *asé*⁵⁸ da palavra e condição primeira da existência de qualquer coisa. Gama é filho de uma “africana livre”, “Nagô de Nação”, ele conhece *ofò*. É por meio do *ofò* que ele empreende seu projeto de restituição de humanidade ao sujeito negro, em todas as áreas em que atuou: nos poemas em livro, nos artigos publicados na imprensa, nas defesas nos tribunais, nos discursos políticos. A arma de Luiz Gama era o *ofò*. E ele tinha muita munição.

A “Carta ao Dr. Ferreira de Menezes” foi publicada na página 5 da edição de 18 de dezembro de 1880 d' *A Província de São Paulo*. Quase toda a página, aliás, é preenchida por textos assinados por Gama: além da carta, ele também assina a coluna *Questão Jurídica*, na qual disserta sobre “os efeitos manumissórios da lei de 26 de janeiro de 1818, depois das de 7 de novembro de 1831 e 4 de outubro de 1850”, conforme pudemos constatar a partir a leitura da versão digitalizada do original, disponível no acervo online do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Percebemos nesse potente e indignado texto alguns dos mecanismos e recursos estilísticos utilizados por Gama para a reumanização do escravo que, ao mesmo tempo, demonstram o ponto de vista do autor. Já no primeiro parágrafo, ele apresenta o protagonista da triste história: “um crioulo do norte, esbelto, moço, bem parecido, forte, ativo, que nutria o vício de detestar o cativo”. Essa descrição, enumerando aspectos físicos e psicológicos do escravizado por meio da adjetivação, tem um objetivo bem definido: caracterizar um *ser*

⁵⁸ *Asé* é um termo iorubá que pode ser entendido como “energia vital”.

humano. Gama está falando de alguém, de uma *pessoa*. Essa observação pode fazer menos sentido nos dias de hoje, mas em 1880, era inovador, subversivo e o foco principal do ativismo de Luiz Gama. Embora alguns políticos da época (e historiadores posteriores) considerassem que o debate abolicionista era apenas sobre a mudança do sistema econômico (substituição da mão de obra escravizada pela assalariada), Gama demonstra ter plena consciência sobre o processo de desumanização intrínseco à escravidão, a consequente necessidade de restituir a humanidade à população negra, bem como garantir a efetiva cidadania após a abolição. Uma das suas estratégias enunciativas é *representar o sujeito negro como ser humano*. E isso ia na contramão da imprensa na época.

Os primeiros registros acerca da figura do sujeito negro na imprensa brasileira foram os anúncios de compra, venda, aluguel e fuga de escravos. Ou seja, nas primeiras representações do negro na imprensa, ele figurava como mercadoria. A experiência da escravidão incluía um profundo processo de “coisificação”, reduzindo o ser humano a apenas peça, coisa (SCHWARCZ, 1996). A representação nas páginas da imprensa ajudou a formar o imaginário acerca do negro na sociedade brasileira até os dias de hoje. Eram comuns anúncios como os que se seguem:

Escravos

Na rua da Consolação, 72, há 38 'peças' para vender (...) todos bonitas peças. Vende-se barato para liquidar.

(Correio Paulistano, 9 de maio de 1880 apud SCHWARCZ, 1987)

Troca-se

[...] uma negra que saiba cozinhar e engomar ou um escravo que sirva para pajem, por uma canoa grande que carrega 1.500 tijolos [...].

(Diário de Pernambuco, 4 de fevereiro de 1832 apud FREYRE, 2010)

Nos anúncios, o sujeito negro é representado de acordo com a principal concepção sobre os africanos e seus descendentes escravizados à época: ele não era um ser humano mas uma peça, uma mercadoria a ser vendida, trocada, alugada ou recuperada. Moscovici nos lembra que “o poder e a claridade peculiares das representações – isto é, das representações sociais – derivam do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da

continuidade que isso pressupõe” (MOSCOVICI, 2003, p. 38). O negro, o escravo, é um total desposuído de si, como nos diz o mestre Oswaldo de Camargo:

Que é o escravo? O vazio, a grande mudez. “*Servus non habet personam*”, nos diz Marcel Mauss; “o escravo não tem personalidade”, não tem corpo, não tem passado, nem nome, nem cognome, nem bens próprios. O escravo entendido como corpo sem persona é, por definição, para o branco, o próprio vazio social. (CAMARGO, 1987, p. 31)

As outras seções dos jornais em que figurava o sujeito negro – bem mais para “objeto” do que para “sujeito”, vale ressaltar – eram os editoriais e as notícias. Era o final do século XIX e o Ocidente refervia em torno das ideias evolucionistas e positivistas que, com a falácia da hierarquização das raças, deram origem às teorias do racismo científico, já comentadas no capítulo 1. Segundo Lilia Schwarcz, *A Província de São Paulo* foi um dos grandes ordenadores desse discurso. “Esse jornal buscava não só questionar a religião como também adotar largamente essa nova filosofia positivista, sendo que Augusto Comte, como seu principal expoente, era incessantemente elogiado” (SCHWARCZ, 1987, p. 101). E após os editoriais, que expressavam a opinião do veículo, seguiam-se as notícias, que funcionavam como uma espécie de “teoria aplicada”: os casos eram relatados e interpretados de forma que servissem como exemplos dos posicionamentos defendidos nos editoriais. Assim, os espaços reservados para nós eram poucos e bem determinados:

existe o negro das "ocorrências policiais", o negro violento que se evadiu, o negro que é centro de notícias escandalosas, o negro dependente e serviçal que é oferecido enquanto "peça de bom funcionamento" ou mesmo o negro "objeto" de discurso dos editoriais científicos. (SCHWARCZ, 1987, p. 99)

Reproduzimos, a seguir, um texto publicado no jornal *A Província de São Paulo* em 4 de setembro de 1881, intitulado *Club dos Escravos*. A notícia informava aos leitores sobre a criação de um clube literário na cidade de Bragança, no interior do estado, por escravizados em busca de letramento. Antes de passar à leitura da notícia, porém, cabe registrar algumas informações a respeito do veículo. O jornal *A Província de São Paulo* começou a circular em 4 de janeiro de 1875, com quatro páginas e tiragem de 2.025 exemplares. O periódico foi fundado por um grupo de liberais republicanos e tinha como lema “fazer da independência o apanágio de sua força”. O grupo de 21 sócios-fundadores era constituído por advogados, fazendeiros e capitalistas das principais cidades do estado (capital e interior). Apenas Américo de Campos assumiu a publicação na condição de jornalista. Entre os fundadores também figuram nomes

como Rangel Pestana, Francisco de Salles e Américo Brasiliense de Almeida Mello. Em 1890 a publicação mudou de nome para *O Estado de S. Paulo*, com o qual circula até hoje. Esse grupo de cidadãos escreveu o seguinte:

Club dos Escravos

Na população escrava da cidade de Bragança, nota-se tendências manifestas para a instrução, indício de que não se preocupam exclusivamente com a submissão ao trabalho. Começam a compreender que não é só a machina subserviente mas que é também dotada de cérebro susceptível de desenvolvimento e que o saber não é privilégio de homens livres.

Alguns escravos empreenderam a função de uma associação literária que tem por fim o desenvolvimento dos sócios por meio de leitura e discussões (...) Esse club onde o maior sábio é que melhor se exprime, lendo ou escrevendo, não tem nem pode ter bases científicas, é um embrião literário. O escravo para se tornar digno de pertencer a essa sociedade que se pode dizer o primeiro degrau na escala da civilização regenerará seus costumes, sacrificará suas paixões para atingir o alvo que pretende e nas horas vagas em vez de se entregar ao ócio e ao vício procurará estudar.

A transcrição que usamos está no livro *Retrato em branco e negro – Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo (1870-1930)*, de Lilia Schwarcz, sem assinatura ou outras informações sobre a autoria do texto. Por isso, evocaremos a noção de *enunciador*, a voz que emana de dentro do texto e que se depreende da enunciação. Para o enunciador de *Club dos Escravos*, o negro é uma raça inferior, submissa e subserviente, mas que pode se regenerar, desde que esteja disposto a fazer sacrifícios para aderir à civilização. A escolha de palavras e expressões como “submissão ao trabalho”, “machina subserviente”, “não tem nem pode ter bases científicas”, “regenerará seus costumes”, “sacrificará suas paixões” e “em vez de se entregar ao ócio e ao vício procurará estudar” são flagrantes da reprodução do pensamento e do discurso racistas vigentes. Denotam e cristalizam, também, a imagem do negro como peça, coisa, máquina, possuidor de uma intelectualidade inferior e moral duvidosa. Alguém que precisa ser salvo, mas que, por mais que se esforce, nunca chegará ao mesmo nível de civilização e humanidade que o branco.

Uma das ideias difundidas pelo discurso do racismo científico era a de que pessoas negras eram degeneradas e naturalmente inclinadas ao *vício*. Essa mesma palavra é usada nos dois textos – na “Carta ao Dr. Ferreira de Menezes” e em “Club dos Escravos” – mas com conotações bem distintas. Em “Club dos Escravos”, ela aparece carregando o sentido usual da época: “o escravo (...) nas horas vagas em vez de se entregar ao ócio e ao vício procurará

estudar”. Essa é uma representação estanque, que cristalizou a imagem do negro embriagado, alcoolista, incapaz, ridículo e risível. Um estereótipo reproduzido pelos meios de comunicação e usado para dar vida a personagens televisivas, como o hilário Mussum, do programa humorístico *Os Trapalhões*, nos anos 1980. A essas associações comportamentais, psicológicas e de outras naturezas, feitas de forma arbitrária, e que resultam em representações (e percepções da realidade) limitadas e limitantes, Goffman chama de *estigma*. É uma marca carregada de sentidos, que determina e reduz as expectativas sociais sobre o ser estigmatizado. O fenótipo negro é associado a estereótipos como criminoso, fujão, serviçal, incapaz. Essas associações tornaram-se imagens produzidas pelo discurso racista, reproduzidas pelos meios de comunicação e entendidas como *verdade*. Essa relação é o estigma e, como aludiu Goffman, “acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” (GOFFMAN, 1988, p. 15).

Já no texto de Luiz Gama, a palavra aparece, por duas vezes, com outra acepção: “um crioulo do norte (...) que nutria o vício de detestar o cativo” e “a mania era péssima, o vício contagioso e perigosíssima a imitação”. Gama usa a ironia para se reapropriar do vocábulo, subverter-lhe o sentido e atribuir-lhe um nova ideia: o vício do escravizado não era o da embriaguez, mas o desejo de liberdade. A produção de sentidos diversos ao discurso dominante – o discurso racista – na evidente tentativa de intervir no imaginário social é uma das estratégias enunciativas de Luiz Gama. E o imaginário, como nos lembra Muniz Sodré,

é categoria importante para se entender muitas das representações negativas do cidadão negro, quando se considera que, desde o século passado, o africano e seus descendentes eram conotados nas elites e nos setores intermediários da sociedade como seres fora da imagem ideal do trabalhador livre, por motivos eurocentrados. (SODRÉ, 1999, p. 204)

A obra de Luiz Gama é repleta de referências da cultura erudita ocidental – seja a antiguidade clássica, a mitologia greco-romana ou os últimos debates sobre as ideias iluministas, republicanas e liberais. Gama dominava e articulava esse universo, esse conjunto menções conhecidas pela elite brasileira de seu tempo. As referências bíblicas são inúmeras vezes acessadas – menos por cristianismo e mais por constituírem um repertório de cenas validadas. Trata-se de articular o conhecimento sobre personagens, passagens ou circunstâncias que habitam o imaginário coletivo de um mundo em que a Igreja Católica e a mitologia cristã tinham grande força, poder e circulação. No excerto da *Carta ao Dr. Ferreira de Menezes*, Gama evoca as passagens de Lázaro e dos dez mandamentos, e uma outra imagem, ainda mais

impactante: “O escravo foi amarrado, foi despido, foi conduzido no seio do cafezal, entre o bando mudo, escuro, taciturno dos aterrados parceiros; um Cristo negro, que se ia sacrificar pelos irmãos de todas as cores”. Gama compara o escravo a Jesus Cristo, símbolo máximo da Igreja Católica, e automaticamente evoca o ideário da santidade, sacralidade, sacrifício, salvação e redenção contidos nesse mito, fazendo uma operação de transferência desses valores para o “crioulo do norte” que “nutria o vício de detestar o cativo”. Transgressor, adjectiva Cristo como “negro”, estabelecendo uma metáfora com qual aproxima a figura do escravo ao maior mártir da cultura ocidental, movimentando e afrontando o imaginário cristão.

Obviamente que tamanha ousadia e tantas verdades ditas não foram bem recebidas pelo público leitor e até pelos próprios editorialistas. No mesmo dia da publicação da “Carta” n’ *A Província*, Gama veicula também um artigo na *Gazeta do Povo*, em que rebate “um curioso e memorável editorial”, “escrito sobre gelo”, em que seus “ilustres e honrados amigos da *Província de São Paulo*” criticam o projeto abolicionista radical – o fim da escravidão imediato e sem indenizações, defendido por Gama – sem, contudo, citá-lo diretamente. Ainda por pelo menos uma outra vez, Gama teve que vir a público rebater reações raivosas contra sua brilhante “Carta ao Dr. Ferreira de Menezes”.

Postulamos aqui que a *positivação da imagem* foi uma das estratégias enunciativas de Luiz Gama em seu projeto de restituição de humanidade ao sujeito negro por meio das páginas da imprensa no século XIX. Era e é uma reação, uma necessidade, uma urgência contra a violência simbólica do aprisionamento pelos estereótipos, limitadores da potência humana. O caso relatado por Gama na “Carta” certamente nos choca hoje em dia pela brutalidade e barbárie. À época de Luiz Gama, no entanto, esse não era o consenso. Para muitos, especialmente para os fazendeiros e proprietários de escravos, a morte de um escravizado significava apenas um prejuízo financeiro, sem qualquer valor humano. Após a abolição, nos tornamos definitivamente seres abjetos. As vidas negras continuaram sem valor humano e passaram também a não significar pecúlio nem lucro – começa, portanto, no dia 14 de maio de 1888 o projeto da *necropolítica*⁵⁹ contra a população negra no Brasil.

⁵⁹ Necropolítica é um conceito articulado por Achille Mbembe, a partir do conceito de biopolítica de Foucault. Entendido como a política da morte, se refere aos mecanismos pelos quais determinados corpos (ou grupos sociais) se tornam abjetos e descartáveis em determinada sociedade. Ver artigo de mesmo nome nas referências bibliográficas.

Considerações finais

São Paulo, 28 de novembro de 2020.

Meu caro Luiz,

Te escrevo hoje deitada na rede. Tu bem sabes que o quintal é o meu lugar preferido em casa. Qualquer lugar com rede, água e plantas sempre me agradou muito. Praia também não é nada mau. Estou animada pensando nas próximas coisas a fazer, apesar de bem cansada da última batalha que travamos. Última, é óbvio, no sentido de mais recente, porque a luta continua. E sua ajuda foi fundamental.

Elegemos a primeira vereadora negra transvestigênera da cidade de São Paulo. Talvez você não conheça essa palavra – *transvestigênera* – pois foi ela mesma que inventou, e vão aí alguns anos de diferença entre vocês. Ela diz que se refere à identidade das pessoas trans (homens e mulheres), travestis e não-binárias. Ela se chama Erika Hilton e foi também a mulher mais votada para o cargo de vereadora no Brasil em 2020. A mulher mais votada, “mesmo que a sociedade não me reconheça como mulher”, ela disse. É afrontosa ela. Foi uma vitória e tanto. Demorou, mas estamos dando mais um passo. Temos um mandato! A tua semente está aqui. Escrevo emocionada e com o coração cheio de alegria por ter a oportunidade de aplicar as “lições de resistência” (como diz a professora Ligia) que você nos deixou. Obrigada por tanto.

Esses três anos foram de muito aprendizado. Tu bem sabes das dificuldades, não vou repeti-las aqui. Muitos outros temas e questões foram surgindo durante a pesquisa e seria impossível dar conta de todos agora. A boa notícia é que continuaremos juntos! Quero ainda falar sobre os traços que antecipam o Jornalismo Literário que vi na tua escrita, sobre crônica e outros gêneros textuais, sobre a representação subversiva das mulheres negras nos teus poemas, sobre o nó que deste na cabeça de todo mundo na carta ao Lúcio de Mendonça quando falas de tua mãe, Luíza Mahin (o que quer dizer “africana livre” ali naquele documento, meu velho? A lei é de 1831, um ano depois do teu nascimento!), sobre hackeamento, advocacy e outras estratégias ativistas, sobre a prevaricação dos direitos dos escravizados como prática flagrante

do pacto narcísico da branquitude e sobre a classificação da tua produção poética no Romantismo. Certamente esqueci de alguma coisa, mas deixo essas ideias registradas aqui para retomarmos no ano que vem. Artigos, doutorado, não sei ainda que caminho seguir. Mas conto contigo.

Neste ano, em 2020, comemoramos 190 anos do teu nascimento com muitas coisas legais. Lá na Cojira (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial), em junho (mês do teu aniversário; canceriano, né, meu velho?), fizemos um seminário chamado “Jornalismo e Liberdade: 190 anos de Luiz Gama”. Também inauguramos uma foto tua na sede do Sindicato dos Jornalistas (que fica na rua que tem o nome daquele juiz racista, o Rego Freitas! Que ironia, não?). Também indicamos teu nome para receber a homenagem póstuma do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos, com o qual foste agraciado. A cerimônia foi linda, no Museu Afro Brasil, onde ficaram guardados tua placa e teu troféu. O Abílio fez a caminhada que repetimos todos os anos em agosto, pra visitar o teu túmulo no Cemitério da Consolação, adaptada para o formato online por causa da pandemia. E a Ligia lançou um livro com artigos teus publicados na imprensa. A edição ficou belíssima! Na USP, continuam analisando *ad aeternum* o pedido para te conceder o título de Doutor Honoris Causa. Tu bem sabes como eles são...

Mas voltemos à nossa pesquisa. Lendo teus escritos junto com os de Achile Mbembe – um filósofo camaronês com quem espero ter a oportunidade de estudar um dia; soube que ele coordena um curso de verão na universidade de Dakar, no Senegal – tenho pensado sobre o papel da comunicação (principalmente o do jornalismo, porque é a nossa área) na necropolítica. Penso que as imagens cristalizadas pelos estereótipos produzidos a partir da desumanização gerada pelo holocausto africano, durante os quase quatrocentos anos de escravidão, são as responsáveis pela naturalização do extermínio dos corpos negros, das vidas negras. E essas imagens são continuamente produzidas e reproduzidas pelos meios de comunicação. Mas como deter isso? Como reverter isso?

Sabe, às vezes penso que nada mudou... faz pouco mais de uma semana, Beto foi no mercado com a mulher. Teve um desentendimento qualquer no caixa, mandaram que o retirassem da loja. No estacionamento, um segurança e um policial militar o espancaram. Só pararam quando ele já não respirava mais. Acho que não preciso te dizer que Beto era preto. Mataram um homem negro no estacionamento de um supermercado enquanto a mulher dele

pagava as compras no caixa. Isso aconteceu no dia 19 de novembro, um dia antes do feriado da Consciência Negra, em Porto Alegre. Nem sei bem como te contar isso. A abolição veio, mudou o status jurídico e o sistema econômico, mas nossa humanidade continua roubada. Ainda não temos plena cidadania. Ainda somos menos humanos. Nossas mortes não chocam. O movimento negro (que tu iniciaste, com a luta abolicionista) chama isso de genocídio negro. E ele atinge principalmente nossa juventude. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. É urgente intervir na Segurança Pública para deter a necropolítica, mas o racismo brasileiro é tão sofisticado que desenvolveu outras inúmeras formas de nos matar. Morremos nas filas dos hospitais públicos à espera de atendimento. Faltam médicos, faltam remédios, faltam equipamentos para fazer exames. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, sendo 82% delas, negras. A luta contra a transfobia também é uma luta antirracista. Falta educação, emprego e moradia. Sobra perseguição à nossa religiosidade, com ataques aos terreiros de matriz africana. Os jovens que sobrevivem ao genocídio não conseguem ingressar na universidade e ficam submetidos ao subemprego, ao desemprego, ao desalento. As mulheres negras têm os menores salários e sofrem mais com a violência doméstica e o feminicídio. Trinta por cento de nós ainda são empregadas domésticas – uma profissão digna, sem dúvida, mas muito precarizada, legado da escravidão. Escravas ainda somos dos estereótipos que recaem sobre nossos corpos: somos sempre putas ou empregadas; homem negro, “parado é suspeito, correndo, ladrão”, como canta o Rappin’ Hood (ias gostar dele). É com esses olhos que nos enxergam.

É difícil precisar quanto tempo vamos levar pra superar essas desigualdades – nem digo acabar com o racismo porque isso aí não dá pra prever mesmo quando vai acontecer. O projeto que estamos encabeçando agora é o de uma sociedade mais justa para todos, todas e todes que estão à margem. Quando não houver mais exclusão, o mundo vai ser melhor pra todo mundo. E espero que possamos comemorar mais essa vitória.

Que possamos contar sempre com suas orientações e proteção. Que Olodumare mesmo nos abençoe, nos dê força e axé.

Da aluna que muito aprendeu com o grande mestre,

Cinthia Gomes

Anexos

O imperador e a liberdade de imprensa

É conhecida a pendência levantada no Porto, quando ali esteve o Imperador, entre este a proprietária de um Hotel, por amor do preço do alojamento do hóspede imperial e sua comitiva. A conta do hotel foi impugnada por excessiva e depositada pelo cônsul brasileiro do Porto, até ser a questão liquidada em juízo.

A ação judiciária proposta pelo cônsul foi anulada pelos tribunais em razão da incompetência do autor que ao que consta ia renovar como mandatário da mordomia imperial do Rio. Entretanto, chega agora à capital do Brasil a proprietária do hotel do Porto a implorar diretamente a paga de sua conta, alegando falência e ruína completa de sua casa, se não conseguir o que suplica à magnanimidade do imperial devedor, ou se em falta disto, não obtiver um equivalente por via de subscrição *pública* que desde já solicita da população do RJ.

Esta última fase a questão foi largamente exposta pela credora portuense em uma publicação feita sob sua assinatura no *Jornal do Comércio*. Até aqui, nada de notável, a não ser o escândalo que as próprias prerrogativas monárquicas prestam ao litígio, pois um rei, embora esteja no pleno direito de resguardar seu dinheiro como qualquer mortal, deve ser o primeiro a remir tais dissabores e salvar a *honra do posto*, em perfeito acordo com o prolóquio antigo: *vão se os anéis, mas fiquem os dedos*. Mas o publicado no *Jornal do Comércio* produziu verdadeira sensação, e dali nasceu nova e importante polêmica.

Ao que parece, a população da corte referveu em grossa indignação ante aquele publicado, tido como descomunal afronta ao imperador.

As iras ergueram-se principalmente contra o *Jornal do Comércio*, tomando parte direta na clamorosa vindicta alguns jornais da corte, e notadamente, o *Diário do Rio* e a *República*.

Esta indignação contra o *Jornal do Comércio* é que se nos afigura absolutamente injusta e mal cabida.

O publicado inserido naquela folha contra o “primeiro cidadão do Império” representa um alto e nobre princípio – a liberdade de imprensa.

Atacar o jornal pelo motivo exposto é atacar aquele princípio; é pretender que a imprensa abata-se às condições de turbulo, sempre que ante ela se assome o vulto de uma alto personagem.

Solicitam muito especial atenção as doutrinas exibidas a tal propósito pelo *Diário do Rio*.

Mais realista que o rei, o *Diário* apela para o inviolável e sagrado da pessoa imperial, elevando a constitucional ficção ao grau de refinado fetichismo.

O que é certo, é que a magna questiúncula está dando brados.

Tão grande importância não costumam ter assuntos de interesse público, o que aliás é lógico e coerente com os tristes abatimentos a que o imperialismo mais e mais afeiçoa o aviltado feudo.

Feios tempos estes!

Não concordamos igualmente com a posição assumida na polêmica pelo jornal *República*.

Pesa-nos sobremodo, mas sem dúvida serão aqueles nossos distintos correligionários os primeiros em reconhecer que em nossa franqueza não vai ofensa alguma, porém somente o exercício de um direito, se não o cumprimento de um dever.

(Publicado originalmente no jornal *Correio Paulistano*, em 1 de novembro de 1873. In: FERREIRA, Lígia (organização, introdução e notas). **Lições de resistência**: artigos de Luiz Gama publicados na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. p. 233-236)

Carta ao Dr. Ferreira de Menezes

S. Paulo, 13 de dezembro de 1880

Meu caro Menezes,

Estou em a nossa pitoresca choupana do Brás, sob ramas verdejantes de frondosas figueiras, vergadas sob o peso de vistosos frutos, cercado de flores olorosas, no mesmo lugar onde, no começo deste ano, como árabes felizes, passamos horas festivas, entre sorrisos inocentes, para desculpar ou esquecer humanas impurezas.

Daqui, a despeito das melhoras que experimento, ainda pouco saio à tarde, para não contrariar as prescrições do meu escrupuloso médico e excelente amigo, Dr. Jaime Serva.

Descanso dos labores elocubrações da manhã, e preparo o espírito para as lutas do da seguinte.

Este mundo é uma mitologia perfeita: o homem é o eterno Sísifo.

Acabo de ler na *Gazeta do Povo*, o martirólogo sublime dos quatro Espártacos que mataram o infeliz filho do fazendeiro Valeriano José do Vale.

É uma imitação de maior vulto da tremenda hecatombe, que aqui se presenciou na heróica, a fidelíssima, a jesuítica cidade de Itu, e que foi justificada pela eloquente palavra do exmo. sr. dr. Leite de Moraes, deputado provincial e professor considerado de nossa faculdade jurídica.

Há cenas de tanta grandeza, ou de tanta miséria, que por completas em seu gênero, não se descrevem; o mundo e o átomo por si mesmos se definem; assim, o crime e a virtude guardam a mesma proporção; assim, o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável de direito natural, e o povo indigno, que assassina heróis, jamais se confundirão.

Eu, que invejo com profundo sentimento estes quatro apóstolos do dever, morreria de nojo, por torpeza, achar-me entre essa horda inqualificável de assassinos.

Sim! Milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África, roubados, escravizados, azorragados, mutilados, arrastados neste país clássico da sagrada liberdade, assassinados impunemente, sem direitos, sem família, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espoliados em seu trabalho, transformados em máquinas, condenados à luta de todas as horas e todos os dias, de todos os momentos, em proveito de especuladores cínicos, de ladrões impudicos, de salteadores sem nome; que tudo isso sofreram e sofrem, em face de uma sociedade opulenta, do mais sábio dos monarcas, à luz divina de santa religião católica, apostólica, romana, diante do mais generoso e mais interessado dos povos; que recebiam uma carabina envolvida em uma carta de alforria, com a obrigação de se fazer matar à fome, à sede e à bala nos esteiros paraguaios e que nos leitos dos hospitais morriam, volvendo os olhos ao território brasileiro, os que, nos campos de batalha, caíam saudando risinhos o glorioso pavilhão da terra de seus filhos; estas vítimas

que, com seu sangue, com seu trabalho, com sua jactura, com sua própria miséria construíram a grandeza desta nação, jamais encontraram quem, dirigindo um movimento espontâneo, desinteressado, supremo, lhes quebrasse os grilhões do cativoiro!...

Quando, porém, por uma força invencível, por um ímpeto indomável, por um movimento soberano do instinto revoltado, levantam-se, como a razão, e matam o senhor, como Lusbel mataria a Deus, são metidos no cárcere; e aí, a virtude exaspera-se, a piedade contrai-se, a liberdade confrange-se, a indignação referve, o patriotismo arma-se: *trezentos cidadãos* congregam-se, ajustam-se, marcham direitos ao cárcere: e aí (oh! é preciso que o mundo inteiro aplauda) a faca, o pau, a enxada, o machado, matam valentemente a *quatro homens*, menos ainda, a quatro negros; ou, ainda menos, a quatro escravos manietados numa prisão.

Não! Nunca! Sublimaram-se pelo martírio, em uma só apoteose, quatro entidades imortais!

Quê! Horrorizam-se os assassinos de que quatro escravos matassem seu Senhor! Tremem porque eles, depois de lutuosa cena, se fossem apresentar à autoridade?

Miseráveis, ignoram que mais glorioso é morrer livre numa forca, ou dilacerado pelos cães na praça pública, do que banquetear-se com os Neros na escravidão.

Sim! Já que a quadra é dos acontecimentos; já que as cenas de horror estão na moda; e que os nobilíssimos corações estão em boa maré de exemplares vinditas, leiam mais esta:

Foi no município de Limeira; o fato deu-se há dois anos.

Um rico e distinto fazendeiro tinha um crioulo do norte, esbelto, moço, bem parecido, forte, ativo, que nutria o vício de detestar o cativoiro: em três meses fez dez fugidas!

Em cada volta sofria um rigoroso castigo, incentivo para nova fuga.

[A] mania era péssima, o vício contagioso e perigosíssima a imitação.

Era indeclinável um pronto e edificante castigo.

Era a décima fugida, e dez são também os mandamentos da lei de Deus, um dos quais, o mais filosófico e mais salutar é *castigar os que erram*.

O escravo foi amarrado, foi despido, foi conduzido no seio do cafezal, entre o bando mudo, escuro, taciturno dos aterrados parceiros; um Cristo negro, que se ia sacrificar pelos irmãos de todas as cores.

Fizeram-no deitar; e cortaram-no a chicote, por todas as partes do corpo; o negro transformou-se em Lázaro, o que era preto se tornou vermelho.

Envolveram-no em trapos... Irrigaram-no de querosene, deitaram-lhe fogo... Auto-de-fé agrário!...

Foi o restabelecimento da Inquisição, foi o renovamento do touro de Fálaris, com a dispensa do simulacro de bronze, foi a figura das candeias vivas dos jardins romanos: davam-se, porém, aqui duas diferenças: a iluminação fazia-se em pleno dia; o combustor não estava

de pé, empalado, estava decúbito; tinha por leito o chão, de que saíra e para o qual ia volver em cinzas.

Isto tudo consta de um auto, de um processo formal; está arquivado em cartório, enquanto seu autor, rico, livre, poderoso, respeitado, entre sinceras homenagens, passeia ufano por entre seus iguais.

Dirão que é justiça de salteadores?

Eu limito-me a dizer que é digna dos nobres ituanos, dos limeirenses e dos habitantes Entre-Rios.

Estes quatro negros, espicaçados pelo povo, ou por uma alivião de abutres, não eram quatro homens, eram quatro idéias, quatro luzes, quatro astros; em uma convulsão sidérea desfizeram-se, pulverizaram-se, formaram uma nebulosa.

Nas épocas por vir, os sábios astrônomos, os Aragos do futuro hão de notá-los entre os planetas: os sóis produzem mundos.

Teu,

Luiz Gama

(Publicado originalmente nos jornais *A Gazeta da Tarde*, em 16 de dezembro de 1880, e *A Província de São Paulo*, em 18 de dezembro de 1880. In: FERREIRA, Ligia (organização, introdução e notas). **Lições de resistência:** artigos de Luiz Gama publicados na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. p. 262-265)

Referências bibliográficas

- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.
- BARBOSA, Marialva. **Escravos e o mundo da comunicação**. Oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad: 2016
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENNETI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BERLIN, Isaiah. **As raízes do romantismo**. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- BERTIN, Enidelce. **Os meia-cara**. Africanos livres em São Paulo no século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.
- CAMARGO, Oswaldo. **O negro escrito**. Apontamentos sobre a presença do negro na Literatura Brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1987.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.
- CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva (orgs.). **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

_____ ; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Carlos Roberto da. **A revista no Brasil, o século XIX**. Tese de doutorado. São Paulo: ECA-USP, 2007.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DELEGÁ, Etson. **O Polichinelo (1876): a expressão da imprensa ilustrada em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Imprensa negra. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DUARTE, Eduardo Assis. O negro na literatura brasileira. In: **Revista Navegações**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Lígia Fonseca. **Primeiras trovas burlescas & outros poemas**. Edição preparada por Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'œuvre d'un Noir citoyen, militant de la lutte anti-esclavagiste au Brésil**. Tese de doutorado. Paris: Universidade de Paris 3 / Sorbonne Nouvelle, 2001, 4 vols.

_____. “Negritude”, “Negridade”, “Negricia”: história e sentidos de três conceitos viajantes. In: **Revista Via Atlântica**, n. 9, jun/2006. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. In: **Revista de Estudos Avançados**. n. 21 (60). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007

_____. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. In: **Teresa Revista de Literatura Brasileira**. n. 8/9. p. 300 – 321. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____(organização, seleção e notas). **Com a Palavra, Luiz Gama – Poemas, Artigos, Cartas, Máximas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

_____. Ethos, poética e política nos escritos de Luiz Gama. Artigo Mestre in: **Revista Crioula** n. 12, novembro 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/57813/60862>

_____. Luiz Gama autor, leitor, editor: revisitando as *Primeiras Trovas Burlescas* de 1859 e 1861. In: **Revista de Estudos Avançados**. nº 33 (96). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

_____(organização, introdução e notas). **Lições de Resistência**: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. São Paulo, Edições Sesc São Paulo, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** [Aula inaugural]. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

GAMA, Luiz. **Diabo Coxo**. São Paulo: Edusp, 2005.

FRANCHETTI, Paulo. **O riso romântico**. Notas sobre o cômico na poesia de Bernardo Guimarães e seus contemporâneos. Campinas: Remate de Males, 1987.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. **A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Comunicação e identificação**: ressonâncias no jornalismo. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2008.

_____. **Ética no Jornalismo**: uma cartografia dos valores. São Paulo: Escrituras, 2004.

HALL, Stuart (org.). **Representation**. Cultural Representations and Signifying Practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications/Open University, 1997.

- HEYWOOD, Linda M. **Jinga de Angola: A rainha guerreira da África**. São Paulo: Todavia, 2019.
- HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.
- hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LAGO, Cláudia. Pierre Bourdieu e algumas lições para o Campo da Comunicação. In: **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 728-744, set./dez. 2015.
- LIMA, Dulcilei da Conceição. **Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do feminismo negro**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.
- MATOS, Odilon Nogueira de. “A cidade de São Paulo no século XIX”. In: **Revista de História**. v.10, n. 21-22, 1955, p.89-125. Departamento de História/FFLCH/USP.
- MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- _____. Necropolítica. In: **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, dezembro 2016.
- MEDINA, Cremilda. Narrativas da Contemporaneidade: Epistemologia do Diálogo Social. In **Tríade: comunicação, cultura e mídia**. Sorocaba, SP, v. 2, n. 4, p. 8-22, dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/note/Downloads/2030-Texto%20do%20artigo-3920-1-10-20141215.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2018.

- MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In **Revista Symposium**. Universidade Católica de Pernambuco. Ano 5, nº 1, janeiro-junho 2001. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>. Acesso em 31 de julho de 2020.
- MENUCCI, Sud. **O precursor do abolicionismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito**. Jundiá: Paco, 2017.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Autêntica, 2009.
- _____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **Revista Afrodiáspora**. Ano 3, nº 6 e 7, p. 40 – 49.
- OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das bulas *Dum Diversas* (1452) e *Romanus Pontifex* (1455)**. Dissertação de Mestrado. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2018.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Iniciação aos estudos de jornalismo**. São Paulo: Abya Yala, 2020.
- OLIVEIRA, Silvio Roberto dos Santos. **Gamacopeia: ficções sobre o poeta Luiz Gama**. Tese (doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- PAULA JUNIOR, Antonio Filogenio. **Filosofia afro-brasileira: epistemologia, cultura e educação na Caiumba Paulista**. Tese de Doutorado. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2019.
- PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2014.

POPKIN, Jeremy D. Uma revolução racial em perspectiva: relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.293-310, jan/jun 2008.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Ser peça, ser coisa: definições e especificidades da escravidão no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e REIS, Letícia Vidor de Souza (orgs). **Negras Imagens: Ensaio sobre Cultura e Escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

_____. **Retrato em branco e negro** – Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____; GOMES, Flávio (organizadores). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Uma lógica perversa de lugar. In: **Dossiê Racismo** – revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos – ISSN 2175-8689 – v. 21, n. 3, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de resistência: poesia, grafite, música dança: HIP-HOP**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

TOLEDO, Anecide. **Luiz Gama**. Capivari: Projeto Casa de Batuqueiro de Piracicaba. CD.